



MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL
CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

ATA DA 53ª REUNIÃO ORDINÁRIA

DATA: 20 de agosto de 1998

HORÁRIO: 8h30min

LOCAL: Sala de reuniões do 9º Andar do Edifício-sede do Ministério da Previdência e Assistência Social

PRESIDENTE (Gilson Assis Dayrell) – Havendo *quorum*, declaro aberta a reunião do Conselho Nacional de Assistência Social.

Temos a satisfação de contar com a presença da Secretaria de Assistência Social, na pessoa do Secretário Nacional, Dr. João Cândido, que vai participar dos trabalhos de hoje. É uma alegria receber o Sr. Secretário e poder contar com o brilho de sua inteligência nos nossos trabalhos.

A pauta da 53ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Assistência Social tem dois itens anteriores à exposição que será feita pelo Prof. Vilmar Faria: aprovação da ata da reunião anterior e aprovação de resoluções do CNAS *ad referendum* do Conselho. Acredito que isso levará um tempo relativamente pequeno.

Eu gostaria de sugerir uma pequena alteração na pauta. O Dr. Augusto de Franco, do programa Comunidade Solidária, pede que sua exposição seja antecipada e aconteça logo após o item 4, porque terá de se retirar mais cedo da nossa reunião. Então, houve solicitação de que o assunto constante do item 8 passe a ser o item 5.

Com essa alteração, coloco em discussão a pauta da reunião, para aprovação pelos Srs. Conselheiros. Se alguém tiver algum comentário a respeito, que o faça. (Pausa.)

Como não há manifestações, vamos considerar a pauta aprovada por unanimidade.

Em discussão a Ata da 52ª Reunião Ordinária realizada no dia 21 de julho de 1998. Nessa reunião houve a eleição da nova Presidência do Conselho Nacional de Assistência Social. Elegemos o Vice-Presidente, Dr. José Carlos Lassi Caldeira, representante dos membros da sociedade civil, e este Presidente, que está falando.

Quanto à organização da reunião ampliada em Belém, já houve evolução do assunto. Eu pediria ao Secretário-Executivo que prestasse informação sobre essa matéria, quando da discussão da matéria no item 9.

Em discussão a ata. (Pausa.)

Em votação a ata.

Os que estiverem de acordo permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovada a Ata da 52ª Reunião Ordinária, que elegeu o Presidente e o Vice-Presidente do Conselho.

Vamos passar ao segundo ponto da pauta.

Eu pediria ao Sr. Secretário-Executivo que fizesse comentários a respeito das resoluções que estarão sendo referendadas pelo Conselho, caso haja alguma observação especial.

São resoluções rotineiras de concessão de certificado, registro e renovação.

MARCOS MAIA JÚNIOR – Eu gostaria apenas de ressaltar que, a partir deste mês, deliberamos na *Secretaria Executiva* que quando algum processo for deferido por advocatória ministerial, ou seja, por decisão do Sr. Ministro, o Conselho vai publicar uma resolução deferindo o certificado.

Entendemos que, de acordo com a Lei n.º 8.742 compete ao CNAS conceder o certificado. O mérito é analisado pela Consultoria Jurídica do Ministério, mas a concessão é de competência do Conselho. Então, a partir da Resolução n.º 101, o Conselho vai publicar todos os

processos que forem decididos por advocatória ministerial, porque, na verdade, conforme a lei, o Conselho é o órgão competente para conceder o certificado.

Na Resolução n.º 101 já fizemos esse tipo de trabalho. É a única diferença das outras resoluções que estão sendo submetidas ao Plenário.

PRESIDENTE (Gilson Assis Dayrell) – Estamos recebendo, neste momento, o Prof. Vilmar Faria. De acordo com a informação que tivemos do Sr. Secretário-Executivo, agora devemos solicitar a presença do Sr. Ministro. Vou pedir, então, ao Sr. Secretário-Executivo, após esses esclarecimentos, que faça o favor de avisar o Sr. Ministro da presença do Prof. Vilmar Faria.

Estão em discussão as Resoluções nºs 101 a 113, que foram incluídas na pauta da reunião.

JOSE CARLOS LASSI CALDEIRA – Gilson, na advocatória ministerial e na renovação dos certificados, os critérios também são analisados por nossas equipes técnicas?

PRESIDENTE (Gilson Assis Dayrell) – Advocatória ministerial é uma prerrogativa do Sr. Ministro em avocar a si processos que estão tramitando no Conselho. Em geral, o pronunciamento é feito pela Consultoria Jurídica do Ministério.

Conforme expôs o Secretário, de acordo com a lei, temos de fazer uma resolução aprovando a decisão, pois cabe ao Conselho conceder o registro e o certificado. O Conselho faz uma resolução baseada no parecer da Consultoria Jurídica do Ministério que normalmente analisa aspectos jurídicos e outras questões em seus pronunciamentos. Uma vez exercida essa prerrogativa do Ministro, e havendo uma manifestação do Conselho favorável à aprovação, fica aprovada a resolução. Se o Conselho quiser pedir vista do processo, pode fazê-lo.

Sempre é o Conselho que irá finalmente decidir a aprovação. É claro que com um parecer jurídico fundamentado teremos razões suficientes, no meu entendimento, para dizer

que há um arrazoadado favorável à aprovação. Mesmo assim, o Conselho pode se pronunciar a qualquer momento.

JOSÉ CARLOS LASSI CALDEIRA – A responsabilidade jurídica pela concessão é da Consultoria Jurídica?

PRESIDENTE (Gilson Assis Dayrell) – Quem aprova a resolução é o responsável. Acredito que seja o CNAS.

JOSÉ CARLOS LASSI CALDEIRA – Minha primeira pergunta foi nesse sentido. As nossas equipes técnicas têm acompanhado os critérios? Essas instituições estão sendo consideradas do ponto de vista de critérios e de normas?

PRESIDENTE (Gilson Assis Dayrell) – A Comissão de Normas deve examinar essa questão.

Normalmente esses processos passaram pela Comissão de Normas. Se a Comissão de Normas indeferiu e depois houve a advocatória ministerial para reexame do assunto, apresentando argumentos que possam ser considerados válidos, o Plenário tem de decidir.

Com a palavra a Luíza.

LUÍZA NOGUEIRA – Os processos têm duas instâncias de recorrência. Há uma instância de reconsideração ao CNAS e, caso o processo seja indeferido, uma instância de recurso ao Ministro, que pode contrariar a decisão do CNAS, sim. O Conselho unicamente vai conceder o certificado após a advocatória ministerial, mesmo que não tenha deferido o processo.

PRESIDENTE (Gilson Assis Dayrell) – A questão que o Dr. José Carlos levanta é se o Conselho é o responsável pela concessão. Essa é a questão colocada.

No meu entendimento, se cabe ao Conselho estabelecer normas e critérios para concessão de registro e certificado e concedê-los, quando referenda uma decisão do Ministro, ele estará, automaticamente, respaldando essa decisão. É competência do Conselho também.

A questão que poderia ser colocada é: após um pronunciamento como esse, caberia a aprovação do Conselho? Foi nesse sentido que o Secretário-Executivo disse que as resoluções do Conselho realmente prevalecem.

JOSÉ CARLOS LASSI CALDEIRA – Gilson, não se trata de uma análise personalista ou pessoal de quem concedeu ou de como foi concedido. Trata-se de um processo.

Houve, recentemente, a questão do CNSS, a CPI das instituições filantrópicas que não existiam. Houve muita publicidade. Temos de ser muito cuidadosos com relação a esses precedentes.

Um dos motivos da criação deste Conselho foi o fato de o CNSS, daquela época, ter se transformado em uma instituição absolutamente à parte do controle social.

Quero deixar bem claro que não se trata de nenhum prejulgamento moral da questão. É processual.

PRESIDENTE (Gilson Assis Dayrell) – Acredito que o Conselheiro, com esse pronunciamento, esteja querendo ratificar a posição apresentada pelo Secretário-Executivo no sentido de que cabe ao Conselho, por resoluções, referendar esses pareceres da Consultoria Jurídica do Ministério.

Com a palavra a Conselheira Dora.

DORA SÍLVIA BITTENCOURT CUNHA BUENO – Sr. Presidente, eu gostaria de informar que, no dia 18 de agosto, enviei ao senhor uma correspondência a respeito do assunto, pedindo uma resposta formal, que eu gostaria de obter posteriormente, por favor.

Na página 44, nos itens 13 e 14, eu pedi a correção do meu nome para Dora Sílvia Bittencourt Cunha Bueno.

Obrigada.

PRESIDENTE (Gilson Assis Dayrell) – De fato recebemos essas duas questões.

Eu gostaria que ficasse claro que é por resoluções que se concede registro e certificado de entidades que se inscrevem no Conselho. É este o posicionamento que estamos assumindo. Em que pese haver pronunciamento da Consultoria Jurídica do Ministério, deveremos referendá-lo ou não.

Com essas observações, e para evitar que daqui para a frente venhamos a ter alguma dúvida, poderemos também propor uma resolução a respeito dessa questão. Talvez valha a pena fazer uma resolução a respeito dessa questão, para que haja uma regra.

Está em votação o conjunto de resoluções.

Os que estiverem de acordo permaneçam como estão. (Pausa.)

Estão aprovadas as resoluções.

Concluídos os dois primeiros itens, estamos em condições de dar prosseguimento à pauta, passando ao assunto seguinte, que se refere à exposição do Prof. Vilmar Faria.

Eu gostaria que estivesse presente o Sr. Ministro. Como o Sr. Secretário já foi buscá-lo, vamos aguardar alguns minutos para a chegada de S.Exa.

Aproveitarei esse tempo para informar que estará presente à exposição do Prof. Vilmar Faria a Diretoria da Secretaria Nacional de Assistência Social, composta pela Dra. Albamaria, pela Dra. Tânia Monteiro e pelo Dr. César. Contaremos também com a presença da Dra. Elizabeth e do Dr. Augusto Franco, do Comunidade Solidária.

Eu pediria aos que estão encarregados pela organização da reunião que verifiquem se todos já estão acomodados. As reuniões do Conselho são públicas e sempre poderemos receber pessoas de diversas origens e interesses.

Estamos, neste momento, recebendo o Ministro Waldeck Ornélas.

MINISTRO WALDECK ORNÉLAS – Bom dia, prezados amigos.

Infelizmente estive ausente das duas últimas reuniões, não podendo cumprir meu compromisso de vir a todas. O Gilson já encaminhou o calendário de reuniões à minha Secretária para que não haja mais dificuldades.

Nesse período, houve a designação do novo Secretário de Assistência Social, Dr. João Cândido, que está participando da reunião.

Ocorreram algumas ações importantes, inclusive por recomendação expressa do Presidente Fernando Henrique, em relação ao programa de erradicação do trabalho infantil. Fui, inclusive, a Pernambuco fazer uma reunião com a Comissão Especial de Erradicação e, na próxima semana, vou à Bahia. Estamos implantando o programa no Rio de Janeiro, na área dos canaviais. Teremos a meta, que estava em execução, praticamente multiplicada por três até o final do ano.

Estamos modificando - e é isso que eu queria dar conhecimento ao Conselho - a sistemática gerencial desses programas. A execução é descentralizada, mas, de um lado, gera-se a demanda, sem nenhum entendimento sobre disponibilidade de recursos, e, de outro lado, faz-se a transferência automática de recursos, sem nenhum acompanhamento do que está acontecendo nas bases.

A partir de agora estamos estabelecendo um mecanismo de gerenciamento de todos os programas da SAS para que aloquemos metas trimestrais mas só as disponibilizemos no trimestre seguinte, na medida em que o desempenho seja satisfatório. Vamos cobrar qualidade e eficiência na execução desses programas. O Governo Federal paga a conta e ainda passa como vilão na história. Diz-se que as metas são tais e o dinheiro não veio, que não ocorre o desempenho adequado. Então, estamos montando, na Secretaria de Assistência Social, um esquema gerencial que nos permita acompanhar e avaliar o desempenho.

No caso do programa de erradicação do trabalho infantil, estamos pedindo que as comissões estaduais mandem um relatório mensal sobre o desempenho do programa em cada município para que possamos ter uma avaliação adequada. O Dr. João Cândido dará informações sobre esse assunto ao Conselho. Essas avaliações serão feitas trimestralmente.

Estou trazendo esse assunto para que, dentro daquela proposta que fiz, o Conselho acompanhe os atos e as ações administrativos e esteja ciente do que está ocorrendo.

Por que a meta é tanto e por que prevíamos tanto? O que se fez? Quando não houver o desempenho adequado na execução, não ampliaremos as metas, de modo a garantir uma boa aplicação dos recursos.

Estamos, também, montando um projeto do qual já dei ciência e o Dr. Gilson já falou sobre ele na última reunião. Estamos trabalhando com o Banco Mundial para que possamos ter um programa de capacitação de recursos humanos e de assistência técnica aos Estados e municípios bem como uma análise do financiamento da assistência social no Brasil para podermos apresentar ao Conselho dados sobre o comportamento dos fundos estaduais e municipais de assistência social.

Esse será um outro elemento fundamental para que possamos ter uma avaliação e um acompanhamento do que se passa em cada município e em cada Estado, quer dizer, qual tem sido a participação federal no esforço de assistência social.

O Governo Federal está iniciando a execução do programa bolsa-escola, que, na verdade, é o programa de renda mínima associado a ações educacionais. Esses recursos vão transitar pelo Fundo Nacional de Assistência Social, mas a execução será feita pelo FNDE. Transferiremos os recursos para o FNDE, que fará convênios com os municípios incluídos no programa. A lei estabeleceu os critérios para que esses municípios sejam incluídos.

Há um Comitê Executivo do qual fazem parte os Ministérios da Educação, da Previdência e Assistência Social, do Planejamento e da Fazenda. A previsão, para o próximo ano, é de uma aplicação da ordem de 320 milhões de reais nesse programa.

Estamos entendendo que os municípios que estão executando o programa de erradicação do trabalho infantil, que serão 134 até o final do ano, não devem estar incluídos no programa de renda mínima associado a ações educacionais.

Essas são algumas informações breves que eu gostaria de prestar.

PRESIDENTE (Gilson Assis Dayrell) – Muito obrigado, Sr. Ministro, principalmente por estar conosco mostrando a disposição deste Ministério em acompanhar as ações que se desenvolvem no Conselho Nacional de Assistência Social e mostrando, também, que deverá estar conosco nessa caminhada que se inicia daqui para a frente.

Sinto-me muito à vontade para apresentar o Prof. Vilmar Faria, porque o conheço desde o tempo de faculdade, quando juntos, em Minas Gerais, participávamos de diversos trabalhos no movimento estudantil.

O Prof. Vilmar Faria é seguramente o que de melhor temos no país nessa tarefa de análise, de crítica e de formulação de políticas públicas, pelo seu currículo e pela sua experiência. Ele é formado pela Universidade de Harvard, nos Estados Unidos. É uma honra recebermos o professor, que falará sobre a política social do Governo.

Tenho certeza de que a omissão em ressaltar as suas qualidades, o que, aliás, combina com sua discrição e modéstia, será largamente superada pelo ganho em podermos ouvi-lo.

Sem muita delonga, quero passar a palavra ao Prof. Vilmar, dizendo que a sua vinda hoje é muito importante para este Conselho, porque estamos interessados em responder à seguinte pergunta: como a política nacional de assistência social se insere na política social do Governo? Esse é o tema central que vai motivar, daqui para a frente, a construção da política nacional de assistência social.

Não estamos interessados em fazer um documento de política que não venha a ter respaldo da Casa Civil, do Ministério ou da Secretaria de Assistência Social. É esse o motivo de ouvirmos, em primeiro lugar, as formulações que estão sendo feitas pela política social do Governo para, hoje à tarde, podermos caminhar, discutindo a política nacional de assistência social.

Tenho certeza de que haverá diversas questões conceituais a serem tratadas. A conferência que ouviremos do Prof. Vilmar Faria seguramente nos trará um rumo, sugestões de caminhos a percorrer, indicando metas a serem cumpridas para que o nosso documento de política venha a ser efetivo e possa ter uma importância na implementação dessa política no Brasil.

Com a palavra o Prof. Vilmar Faria.

VILMAR FARIA – Exmo. Sr. Ministro da Previdência e Assistência Social, Dr. Waldeck Ornélas; Sr. Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social, Dr. Gilson Dayrell,

meu amigo há muito tempo; Sr. Secretário de Assistência Social, do Ministério da Previdência e Assistência Social, Dr. João Cândido, demais autoridades, Sras. e Srs. Conselheiros, é motivo de honra e de distinção estar no Conselho Nacional de Assistência Social para trocar idéias em torno do grave desafio social brasileiro e das estratégias e políticas necessárias para vencê-lo.

O Dr. Gilson já havia me convidado em várias oportunidades, mas infelizmente não pude atendê-lo antes.

Realmente é motivo de grande satisfação estar aqui com as senhoras e com os senhores.

Inicialmente, eu gostaria de dar um esclarecimento - além desse agradecimento - sobre o caráter da exposição que vou fazer. Muito embora a exposição tenha por base informações que tenho pela posição que ocupo no Governo, a manifestação que farei aqui será pessoal, uma visão pessoal minha. Não tenho autoridade formal para expor a política social do Governo, quem a tem formal é o Senhor Presidente da República e seus Ministros. Por isso, eu queria dizer que a exposição que vou fazer aqui reflete o meu modo de entender a política social do Governo mas não é uma prestação de contas ou qualquer coisa assim. Acredito que esse esclarecimento seja importante para resguardar as responsabilidades formais.

Tampouco vou falar de uma parte importantíssima da política do Governo, que é precisamente a política de assistência social, porque me ensinaram, na minha terra que não se deve falar de corda em casa de enforcado. Portanto, vou deixar de lado essa área extremamente importante porque quem pode falar dela são as senhoras e os senhores.

Não sei exatamente de quanto tempo disponho. Dependendo do tempo, poderei apresentar mais ou menos informações de natureza quantitativa.

PRESIDENTE (Gilson Assis Dayrell) – Estamos prevendo que a sua exposição e o debate ocorram até o meio-dia.

Fica a seu critério o tempo de exposição.

VILMAR FARIA – Eu vou dividir a minha exposição em quatro partes principais.

Na primeira parte, vou tentar recordar, com as senhores e com os senhores, os principais aspectos do grave problema social brasileiro. Na segunda parte, vou procurar indicar as principais dimensões da estratégia de desenvolvimento social proposta, na minha apreciação, pelo Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Na terceira parte vou chamar a atenção para as principais limitações e dificuldades para levar a cabo essa empreitada e, na última parte, vou apresentar alguns dos principais resultados dessa estratégia alcançados até agora. Se o tempo permitir, chamarei a atenção para as principais tarefas de um futuro próximo, em prosseguimento a essa estratégia.

Começo chamando a atenção para o que me parece ser um ponto fundamental. Se analisarmos o começo da década de 90, por volta dos anos de 1992, 1993 e 1994, vamos observar que a situação social brasileira estava marcada, em primeiro lugar, por uma pesadíssima herança do passado, um passado secular. Apesar de termos conseguido constituir na periferia do mundo capitalista a economia urbano-industrial mais complexa, herdamos desse passado uma intrincada estrutura de vulnerabilidades, discriminações, desigualdades e exclusões. Essas vulnerabilidades são no sentido de que diversos segmentos da população brasileira viviam, e ainda vivem, como costumamos dizer, da mão para a boca, isto é, qualquer situação excepcional, uma seca ou uma calamidade de qualquer natureza, fragiliza esses grupos.

Há situações graves de discriminações sutis ou não tão sutis afetando segmentos majoritários da população brasileira, como os negros e as mulheres. Basta lembrar que o rendimento de uma mulher negra em igualdade de condições educacionais e ocupacionais, quando comparado ao do homem branco, na média é de um quarto. Essas discriminações tanto de gênero quanto de raça são sutis às vezes, mas extremamente poderosas.

Em terceiro lugar, uma situação grave de desigualdade. Não cabe dúvida de que o Brasil é um dos países mais desiguais do mundo. Na verdade, no seu tipo de país, com o mesmo tamanho e nível de industrialização e urbanização, o Brasil seguramente é o país mais desigual.

Por último, situações graves de exclusões, isto é, segmentos que nunca conseguiram se inserir de forma adequada e correta nos frutos do desenvolvimento, como, por exemplo, os trabalhadores rurais sem-terra e os pequenos proprietários empobrecidos.

Por outro lado, tomando o ano de 1990 como referência, herdamos também uma série de atrasos e desequilíbrios. Há coisas que deveríamos ter feito, e não fizemos, e uma enorme desigualdade, tanto setorial quanto regional.

Talvez um aspecto mais agudo dessa situação de atraso nos seja dado na área educacional. Nesse gráfico temos os anos médios de escolaridade por idade. A linha tracejada, cheia, representa a escolaridade média dos homens, e a linha tracejada, interrompida, a das mulheres. Embora exista um dado alvissareiro num certo ponto de vista, que é a escolaridade mais elevada das mulheres, especialmente nos segmentos mais jovens, é facilmente observável que a escolaridade média da nossa população economicamente ativa deve estar por volta de cinco anos, enquanto em países como Chile e Argentina essa escolaridade é da ordem de onze anos.

Mesmo a escolaridade dos segmentos mais jovens ainda não chega a completar os oito anos, na média.

Esse é um atraso imperdoável, que tem implicações extremamente fortes para situações de pobreza e de desigualdade.

Um outro aspecto dessa grave herança social tem a ver com os desequilíbrios regionais. Há muitos indicadores disso. Mostrarei aqui o indicador da mortalidade infantil. Essas diferenças vão de uma mortalidade de cerca de 28 por mil na zona rural do Centro-Sul a uma mortalidade de 85 por mil nas regiões rurais do Nordeste. Houve reduções, vou falar sobre isso daqui a pouco, mas no começo da década de 90 eram essas as diferenças.

A esses atrasos, desigualdades, exclusões e discriminações de natureza histórica, secular, agregaram-se, a partir do final da década de 70 e ao longo da década de 80, novas vulnerabilidades derivadas de um fato extremamente significativo e importante que foi o esgotamento do padrão anterior de crescimento.

Como eu disse, a industrialização protegida, a despeito das suas mazelas sociais, constituiu na periferia do capitalismo mundial uma das economias mais diversificadas e

desenvolvidas. No entanto, no final da década de 80, por um conjunto de razões que não nos cabe analisar, esse padrão de crescimento se esgotou. É importante debater essa idéia de esgotamento. Não estou dizendo que entrou em crise, estou dizendo que se esgotou, que não tinha mais nenhuma possibilidade dinâmica. Portanto, não se trata, pura e simplesmente, de sair da crise de um modelo anterior; trata-se de constituir um outro paradigma de crescimento, porque o crescimento anterior esgotou-se.

Prova disso é o que aconteceu ao longo da década de 80, em que houve uma exacerbação inflacionária. É conveniente lembrar que a inflação chegou a 50% ao mês, com completa desorganização do Estado devido à desorganização do serviço público, à exacerbada desorganização das finanças públicas, à crise que passou a afetar os servidores públicos. Então, desorganizou-se o Estado tributário daquele padrão de crescimento.

Mais recentemente, novos desafios foram acrescentados a essa situação já grave. Esses novos desafios têm relação com um profundo processo de reestruturação produtiva pelo qual o país vem passando já nos últimos quinze anos. Essa profunda reestruturação produtiva vulnerabiliza certos segmentos que tinham uma posição estratégica no padrão anterior de crescimento. Refiro-me, por exemplo, aos trabalhadores da indústria metal-mecânica e aos trabalhadores do setor bancário, que são afetados pela reestruturação por que vem passando tanto o setor industrial quanto o setor de serviços, com implicações importantes sobre o movimento sindical.

Finalmente, é conveniente chamar a atenção para um outro aspecto que marca os problemas sociais. Ao contrário do que muitos imaginam, a sociedade brasileira, pelos seus diferentes níveis de Governo – municípios, Estado e União -, realiza um esforço bastante significativo de gasto na área social. Se compararmos o volume de gasto social brasileiro, hoje, com o de países da América Latina e com o de países parecidos com o Brasil, o Brasil é hoje, na América Latina, o país que apresenta o maior esforço de gasto social, com exceção, talvez, do Uruguai. Gastamos hoje na área social cerca de 21% do Produto Interno Bruto. Este esforço de gasto não é do Governo - não existe isso -, é da sociedade. Esse esforço de gasto é maior do que a média dos países parecidos com o Brasil e, mais do que isso, esse esforço de gasto é maior do que aquele que os países hoje desenvolvidos faziam quando apresentavam o mesmo

nível – se me perdoam o anacronismo – de desenvolvimento das forças produtivas. Os Estados Unidos, nos anos 60, e os países da Europa, nos anos 50, apresentavam um esforço de gasto inferior ao do Brasil.

No entanto, esse esforço de gasto é marcado por duas características extremamente perversas. Em primeiro lugar, é um gasto extremamente ineficiente. Por um conjunto de razões a que não vou me referir, uma parte ponderável dos recursos envolvidos nesse gasto é usada de forma ineficiente. Mais grave do que isso: esse gasto, infelizmente, tem um escasso impacto redistributivo.

Se compararmos o gasto social brasileiro com o gasto social chileno, que não é nenhuma “Brastemp” em matéria redistributiva, vamos ver que 36% do gasto no Chile vão para os 20% mais pobres e 4% do gasto vão para os 20% mais ricos. No Brasil, em 1990, apenas 15% do gasto eram para os 20% mais pobres e 21% do gasto para os 20% mais ricos. Os dados são do Banco Mundial. Há problemas nessas estimativas, mas se esquecermos o primeiro decimal, certamente os inteiros são razoáveis. O que isso significa? Se a distribuição de renda no Brasil era imoral antes das transferências governamentais, ela não é muito melhor depois das transferências governamentais.

O que é importante ter presente? Por trás dessa estrutura de dados – não é um dado técnico – existe um conjunto de direitos adquiridos que precisam ser respeitados e existe, sobretudo, um conjunto de privilégios que precisa ser vencido. Vencer os privilégios que estão por detrás de uma distribuição tão perversa do gasto não é uma questão técnica, é uma questão política.

O resultado dessa grave situação social é conhecido. Talvez o indicador mais sintético disso seja a proporção de pessoas que viviam abaixo da linha de indigência naquele momento: cerca de 16,5 milhões de pessoas, 12% da população. Entende-se por indigência a ausência de recursos financeiros e orçamentários ou de capacidade de produção para manter a família com os níveis mais elementares de alimentação.

O segundo aspecto relacionado a esse que resume essa grave situação social, tem a ver com a questão da desigualdade. Essas barras medem o grau de desigualdade,

entendido como razão entre a renda média dos 10% mais ricos e a renda média dos 40% mais pobres. Os dados são do Prof. Ricardo Barros.

A renda média dos 10% mais ricos é cinco vezes a renda média dos 40% mais pobres. É o caso dos Estados Unidos. Os países que estão acima dessa linha são países desenvolvidos da Europa e o Canadá.

A segunda linha amarela é a Argentina. Os países que estão acima da Argentina representam um conjunto amplo de países da Europa e da Ásia.

A última linha, tristemente, representa a desigualdade no Brasil. Os países que estão acima dessa linha são, em geral, árabes, produtores de petróleo, ou da latino-americanos.

É importante ter presente que o desafio social brasileiro, acumulado ao longo de quatrocentos anos, agravado ao longo da última década, é um desafio de bom tamanho.

Num futuro próximo, para completar esse quadro, ainda temos um ou dois fatores que agravam essa situação. Refiro-me ao que está acontecendo, e vai acontecer, no Brasil nos próximos dez ou quinze anos em termos de mudanças demográficas. Como se sabe, o Brasil vem passando, nos últimos trinta anos, por uma profunda mudança nas suas variáveis demográficas, particularmente no que se refere à fecundidade. O Brasil é um dos países do mundo em que a fecundidade baixou mais drasticamente e mais concentradamente. Houve uma redução substancial da fecundidade nos últimos trinta anos.

Houve uma redução da mortalidade, tanto a geral quanto a infantil, embora menos espetacular, porque já vinha baixando desde antes. Portanto, a esperança de vida aumentou.

Há várias conseqüências disso. A mais importante delas é que o Brasil vem passado, e vai passar, por uma profunda mudança na sua estrutura por idades. Isso é certo, não há dúvida. É praticamente certo o que vou dizer, porque as pessoas que vão constituir esse processo já nasceram. O que vai acontecer nos próximos trinta anos? Vai acontecer o que os demógrafos chamam de “idade de ouro”. Durante os próximos quinze anos a população adulta – de quinze a sessenta e quatro anos – vai estar crescendo a faixas ainda relativamente elevadas e, portanto, haverá um grande contingente de população adulta em proporção à chamada população dependente, composta por jovens e idosos. A população de jovens vai diminuir

inclusive em termos absolutos, que é o que está marcado no gráfico pela linha amarela, e vai se acelerar o crescimento da população idosa, de tal maneira que daqui a quinze anos, se não me falha a memória, o Brasil será o sexto país do mundo em tamanho de população idosa, depois da Índia, da China, dos Estados Unidos e do Japão.

O que isso significa? Significa que essa “idade de ouro” pode se transformar muito facilmente numa “idade de chumbo” se não formos capazes de proporcionar emprego para a população adulta. Se por um lado a população adulta grande é uma vantagem, por outro lado teremos um problema muito grave se não conseguirmos criar trabalho para essa população. Para que se tenha uma idéia disso, entre 1990 e o ano 2010, vamos ter de criar 26 milhões de novos empregos - uma Alemanha em 20 anos -, em condições em que a relação produto/emprego é cada vez mais adversa, como mostra esse gráfico.

A linha vermelha mostra o crescimento do produto e a linha azul mostra a evolução do emprego. Isso seguiu um certo paralelismo até o final da década de 80 e de lá para cá essas coisas tendem a divergir. Esse não é um fenômeno brasileiro, é um fenômeno mundial. Há um problema sério de geração de emprego.

Há um outro aspecto grave que só vou apontar, porque, como já disse, não vou falar de corda em casa de enforcado. Evidentemente, essa evolução, sobretudo da população mais idosa, pressiona os três sistemas de proteção que exigem maior volume de recursos: saúde, previdência e assistência social. No futuro próximo, a pressão sobre o sistema brasileiro de proteção social será bastante forte.

Esse é, em linhas gerais, o tamanho do problema social brasileiro.

A primeira consideração que quero submeter às senhoras e aos senhores é que aqui não existe mágica. O problema social brasileiro é grave, a situação é extremamente desigual, com muita vulnerabilidade e alta exclusão. Não existe milagre. Não há, na minha opinião, uma política capaz de enfrentar esse problema. Por baixo desses números existem situações sociais muito diversificadas e os problemas são de natureza muito diferente.

Um dos problemas centrais, senão o problema central, no futuro próximo do Brasil, tem a ver com a criação de oportunidades de trabalho e obtenção de renda. O aumento das oportunidades de trabalho e da obtenção de renda não é passível de ser conseguido através

de umas ou de algumas poucas políticas estatais. É um problema muito mais complexo que exige a sincronização de um conjunto muito amplo de políticas.

Voltarei a falar sobre isso daqui a pouco.

Em face dessa grande dificuldade e do caráter imoral, por assim dizer, da situação social brasileira, é preciso, na minha opinião – esta é a posição assumida pelo Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso -, articular uma estratégia de desenvolvimento social ampla e complexa. Da minha leitura dessa estratégia, eu diria que ela está baseada em alguns pontos que vou tentar apresentar.

Em primeiro lugar, existem algumas condições necessárias para que possa haver uma estratégia de desenvolvimento social a longo prazo. Condições necessárias não significam precondições, ou seja, primeiro é preciso fazer uma coisa para depois fazer outra. Não é isso. Condições necessárias representam aquilo que precisa ser continuamente reposto e garantido para que uma estratégia mais específica de desenvolvimento social possa germinar num solo fértil. Essas condições necessárias não são condições suficientes.

Em segundo lugar, é preciso discutir e adotar alguns princípios que organizem essa estratégia de desenvolvimento social. Posteriormente vou dizer quais são as principais linhas dessa política de desenvolvimento social e quais os programas que dão materialidade a essa política.

Começo pelas condições necessárias. O Governo do Presidente Fernando Henrique adota como estratégia a idéia de que são quatro as condições necessárias, embora não suficientes para um desenvolvimento social, e que, portanto, fazem parte de uma estratégia de desenvolvimento social. O aspecto mais importante de uma estratégia de desenvolvimento social é que ela acaba, ou precisa acabar, com o falso maniqueísmo entre política econômica e política social. Não existe isso. Não existe melhor política social do que uma adequada política econômica, da mesma forma que no mundo contemporâneo, sobretudo, uma adequada política social é um fator estratégico na garantia de uma economia saudável.

A primeira condição necessária é a manutenção e a consolidação da estabilidade macroeconômica e do equilíbrio das contas públicas, por duas razões fundamentais. A primeira razão é que a garantia da estabilidade e o equilíbrio das contas públicas traz

resultados benéficos *per se*. Numa economia altamente indexada e hiperinflacionária, o peso do imposto inflacionário caía sobretudo nos segmentos mais pobres da população. A obtenção da estabilidade e sua manutenção têm tido comprovadamente um efeito benéfico sobre a população mais pobre.

Deve haver garantia da estabilidade macroeconômica e do equilíbrio das contas públicas pois num mundo crescentemente competitivo essa condição de estabilidade e de equilíbrio consiste em fator extremamente ponderável na diminuição do chamado Custo Brasil e no aumento da capacidade competitiva, sistêmica do país na nova divisão internacional do trabalho, para não falar dos efeitos sociológicos da estabilidade. O país havia perdido a sua medida. Não havia mais medida. Em nenhum setor da atividade era possível, no primeiro semestre de 1994, fazer cálculos com o mínimo de confiabilidade do que iria acontecer no futuro. A obtenção da estabilidade tem a vantagem de permitir o reencontro da sociedade com as suas medidas.

Do ponto de vista social, talvez o aspecto mais importante da estabilidade seja tirar a espuma do conflito distributivo. A inflação mascarava, enfumaçava, ensaboava o conflito distributivo, dava a impressão de que estavam realizando políticas redistributivas quando, na verdade, a situação distributiva estava sendo agravada. Portanto, a estabilidade tem esse efeito.

Em segundo lugar, é absolutamente fundamental, para enfrentar esses graves problemas, uma profunda reforma do Estado. O Estado tributário da industrialização protegida teve o seu mérito, porque foi capaz de dar direção ao país durante um certo período da sua história. Como eu disse, esse Estado entrou em crise juntamente com o esgotamento da industrialização protegida. É preciso fazer uma reforma funcional do Estado, isto é, fazer com que o Estado deixe de fazer o que faz de forma incompetente, deixe de fazer o que não é preciso que faça mais, como, por exemplo, arrancar pedra do chão, colocar no trem e transportar lá para fora. Essa função não é mais estratégica. Dessa forma, poderá se dedicar efetivamente a funções que só ele pode desempenhar.

Não se trata da discussão tola, e ideológica, que não leva à coisa alguma, de Estado mínimo ou de Estado máximo. Isso é uma tolice. Trata-se de Estado necessário, trata-se de definir novamente quais são as tarefas estratégicas do Estado neste momento. Deve ser um

Estado ágil, inteligente, capaz de tomar decisões democráticas com velocidade, e não um Estado pesado e preguiçoso que se dedica a coisas a que não precisa se dedicar mais.

Reforma administrativa do Estado, isto é, recuperar a dignidade do setor público, do servidor público, agilizar as estruturas burocráticas, dispor de instrumentos de gestão mais eficientes e assim sucessivamente. Essa é a segunda condição necessária.

A terceira condição necessária é a consolidação da democracia. Embora em outros países isso às vezes tenha sido feito em regimes autoritários, no caso brasileiro, felizmente, pelo menos para mim, teremos de desempenhar essa grave tarefa e vencer esses graves desafios em condições democráticas. O desenho da política social também tem de ser feito pensando na sua contribuição para a consolidação da democracia. O que quer dizer isso? Não é um mero desiderato de valor nem uma mera palavra. Significa que o processo de transformação da política social tem de se fazer por procedimentos democráticos.

Num país complexo como o Brasil em que os interesses legítimos existem, embora diferentes e, às vezes, conflitantes, a tarefa de transformar e de ampliar a política social requer enorme capacidade de engenharia política. Nunca a política foi tão importante, porque supõe um processo complexo de negociação, de busca de consenso, de produção do bem comum através dessas instituições.

Por último, mas não menos importante, é absolutamente fundamental e imperativo que o país volte a crescer a taxas mais elevadas por duas razões fundamentais. Em primeiro lugar, ainda é necessário aumentar a disponibilidade de bens e serviços, produzir mais riqueza, e, em segundo lugar, é absolutamente fundamental do ponto de vista do emprego.

Como se pode observar, são quatro condições fáceis de desejar e extremamente difíceis de conseguir e de harmonizar no curto prazo. São muitas as situações e ocasiões em que a demanda de uma condição necessária entra em conflito com a demanda de outra condição necessária, e outra vez é absolutamente fundamental dispor de instituições políticas capazes de processar esses conflitos de curto prazo.

Cito um exemplo. No começo de 1995 e outra vez no final de 1997, a grave instabilidade econômica internacional forçou que se tomassem medidas de defesa da estabilidade da economia. Essas medidas certamente têm efeitos negativos em algumas das outras

condições necessárias, como, por exemplo, o crescimento econômico. A tarefa de harmonizar e de sinergizar essas medidas é inadiável.

Segundo aspecto para a montagem de uma estratégia de desenvolvimento social digna desse nome: acordo a respeito de alguns princípios organizativos básicos dessa estratégia de desenvolvimento social. Eu diria que o Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso organiza sua estratégia de desenvolvimento social com base em cinco princípios básicos.

Em primeiro lugar, e fundamentalmente, o princípio de igualdade e de oportunidade. Isso não é um jogo de palavras. É preciso assumir isso, com a idéia de que se está defendendo uma política social capaz de aprimorar a igualdade de oportunidades, para dizer que não se trata de obter a igualdade no ponto de chegada. Trata-se de proporcionar a igualdade no ponto de partida. É também importante assinalar que igualdade no ponto de partida não significa igualdade apenas quando se nasce. Igualdade no ponto de partida significa identificar momentos estratégicos do ciclo de vida das pessoas e das famílias e proporcionar bens e serviços nesses momentos estratégicos de maneira que as pessoas possam ter, a partir de cada um desses momentos, igualdade de oportunidades, seja na infância, quando se manda as crianças para a escola, seja quando ocorrem situações de desemprego, velhice. Igualdade de oportunidade, portanto, ao longo do ciclo vital, mas igualdade no ponto de partida.

Em segundo lugar, esse princípio, embora fundamental, e por isso está em primeiro lugar, não deve obscurecer um outro princípio, também fundamental: projetos, programas e ações de políticas sociais, porque são importantes do ponto de vista social, não podem ser ineficientes ou ineficazes. Portanto, tem de ser uma preocupação constante da área social a relação custo/eficácia. É preciso desenvolver a capacidade governamental de avaliar a relação custo/eficácia permanentemente.

Em terceiro lugar, num país do tamanho do Brasil, e com as diferenças que tem, é absolutamente fundamental que as políticas sejam executadas descentralizadamente. Essa descentralização, contudo, precisa ser promovida com uma precaução e com o seguinte cuidado: não se pode eximir a União de uma de suas responsabilidades fundamentais, que é a responsabilidade redistributiva. Só a União, e fundamentalmente a União, tem mandado e

capacidade para promover essa função redistributiva. Então, descentralização sem ausência da União nas responsabilidades de natureza distributiva.

Em quarto lugar, o princípio da participação. Não vou elaborar sobre isso, porque é óbvio. É a participação no sentido de multiplicar as formas de controle público sobre a atuação governamental. Essa participação também tem de ser introduzida com um cuidado, com uma precaução: tem de ser de tal maneira que se ampliem os espaços públicos e que se acabe com a presença dos interesses privados no interior do Estado, que se acabe com a presença dos interesses corporativos no interior do Estado. Portanto, não é participação de qualquer maneira, mas participação que tenha como objetivo a ampliação dos espaços públicos no interior do Estado.

Por último, uma tarefa dessa magnitude não pode ser levada a cabo só pelo Estado - só pelo Governo Federal, muito menos. Portanto, o conjunto de projetos que precisam ser desenvolvidos e de políticas que precisam ser implementadas têm de levar em consideração a necessária parceria entre os diferentes níveis de Governo e, sobretudo, a parceria entre o setor estatal e as múltiplas formas de presença pública que a sociedade civil pode proporcionar. Há parcerias do Governo com as empresas, com os sindicatos, com as universidades, com as igrejas, com as organizações não-governamentais e assim sucessivamente.

De novo é preciso ter claro que para o Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso parceria não quer dizer ausência da responsabilidade governamental. Quer dizer precisamente o que o nome quer dizer: parceria, entendimento entre o setor governamental e as múltiplas formas organizadas da sociedade civil.

Com base nesse diagnóstico, a respeito do qual pode haver desacordo - pois as pessoas podem achar que a questão social não é tão grave assim ou podem achar que a situação social pode ser resolvida pela ação dos mecanismos de mercado -, e com base nessa orientação valorativa, o Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso propôs e vem desenvolvendo uma estratégia de desenvolvimento social articulada em torno de quatro eixos fundamentais.

O primeiro objetivo fundamental - partindo da base de que é preciso proporcionar um conjunto de serviços sociais básicos de responsabilidade pública (insisto no

básico e insisto na responsabilidade pública) e partindo do quadro de gasto social que assinaiei -, a tarefa fundamental da política social é realizar uma profunda reforma e melhoria dos serviços sociais básicos de responsabilidade pública. Entende-se por serviços sociais básicos de responsabilidade pública a saúde, a educação, a previdência social básica, a assistência social em sentido restrito, a proteção do trabalho e a qualificação profissional. São as grandes áreas de prestação de serviços sociais básicos reconhecidas no mundo inteiro, especialmente nos países de tradição social-democrática ou republicana como serviços de responsabilidade pública.

A melhoria desse sistema de serviços sociais básicos tem a ver basicamente com três coisas. Em primeiro lugar, com a universalização da cobertura desses serviços básicos – educação básica, saúde básica, previdência social básica – e com a melhoria da qualidade desses serviços. Em algumas áreas, felizmente, a pressão demográfica sobre esses serviços permitirá isso, como é o caso, por exemplo, da educação fundamental.

Em terceiro lugar, e talvez o aspecto mais difícil dessa necessidade de reforma profunda e de melhoria fundamental, está o aumento do impacto redistributivo das políticas. Como macroeconomicamente é extremamente difícil ampliar o volume de gasto, a única possibilidade é redefinir, reestruturar o gasto de tal maneira que tenha um impacto redistributivo maior.

O exemplo mais óbvio disso – aí, sim, para falar de corda em casa de enforcado – tem relação com a previdência social, tanto o INSS quanto os serviços previdenciários do Estado. Todos sabem que esses dois sistemas são de repartição, isto é, são sistemas em que os que contribuem no presente sustentam os que contribuíram no passado. Como o sistema foi estruturado sem nenhum critério de natureza demográfica e como os recursos não foram capitalizados, foram acumulados déficits extremamente profundos.

Não vou falar especificamente do INSS, mas quero lembrar que no setor público, para um gasto da ordem de 19 bilhões de reais, neste ano, a arrecadação foi da ordem de 3 bilhões. Portanto, há um déficit de 16 bilhões de reais na aposentadoria do setor público. Se somarmos a isso o déficit previdenciário, podemos observar que uma parte ponderável dos recursos gastos na área social vão para benefícios previdenciários. Se examinarmos esses

benefícios vamos ver que eles não são fortemente redistributivos, com uma ou outra exceção. O mesmo se dá em outras áreas, como no sistema habitacional, no gasto educacional.

Há todo um problema nessa área de reforma e de melhoria. Foram feitas reformas, e elas continuarão sendo feitas. Do ponto de vista estatal, seja lá que Governo for, essa profunda reforma dos serviços sociais básicos de responsabilidade pública tem de ser feita.

Chamo a atenção para o básico para dizer que não se trata, na minha opinião pessoal, de proteção para todos do berço ao túmulo, para todas as condições. O país não tem condição de proporcionar isso. É preciso insistir em proporcionar proteção básica igual para todos, universal, porque isso terá um forte impacto redistributivo.

É preciso sempre lembrar, quando se cobra a prestação do serviço, que não é o Estado que paga. Isso é uma ficção. Quem paga é a sociedade, e a sociedade é que tem de decidir quanto quer dedicar a essas coisas.

A segunda área em torno da qual é preciso articular um conjunto de políticas diz respeito precisamente ao grave problema de melhorar a capacidade do país em oferecer oportunidades de trabalho e de obtenção de renda. Prefiro falar em gerar oportunidades melhores de trabalho e de obtenção de renda do que falar em geração de emprego por uma questão bastante simples. O mundo está passando por uma tal transformação que a idéia da década de 40 ou de 50 de emprego não existe mais. Toda o sistema social que serviu de base para a construção de um sistema de *welfare* na Europa nas décadas de 40 e 50 não existe mais. A família nuclear com o chefe, que obtinha um emprego no começo da sua carreira e tinha uma estabilidade razoável ao longo da vida, mudou completamente. Não estou fazendo nenhum juízo de valor, se mudou para melhor ou se mudou para pior. É preciso pensar a questão do emprego e da renda em condições diferentes.

Chamo a atenção para o fato de que atacar esse problema exige a articulação de um conjunto extremamente amplo de políticas tanto do lado da oferta de oportunidades de trabalho quanto do lado da capacidade de as pessoas melhor aproveitarem essas ofertas de trabalho. Passa, portanto, por políticas de aumento da poupança.

As pessoas costumam dizer que o Brasil precisa crescer 6% ao ano, mas é macroeconomicamente impossível crescer 6% ao ano com uma taxa de poupança de 14% do

PIB. É impossível, as contas não fecham. É preciso aumentar a poupança, aumentar o investimento, com poupança interna ou com investimento internacional. É preciso apoiar a micro, a pequena e a média empresa; é preciso apoiar os setores que, sendo competitivos, são intensivos em mão-de-obra, como, por exemplo, o turismo, a construção civil e certos segmentos da agricultura. Seriam políticas do lado da oferta de oportunidades de trabalho e de renda.

Fundamentalmente, também, políticas do lado da capacidade de os trabalhadores aproveitarem essas oportunidades e terem maior produtividade.

Eu diria que três áreas são extremamente importantes. A primeira é obviamente a área educacional, a educação fundamental. O mundo contemporâneo exige trabalhadores qualificados. Portanto, dado o nosso atraso, precisamos fazer um fortíssimo investimento na área educacional *strictu sensu* e na área de qualificação e requalificação profissional, tanto em virtude do nosso atraso quanto em virtude do enorme dinamismo das estruturas produtivas no que se refere à necessidade de insumos de trabalhadores qualificados. O conhecimento é o fator produtivo mais estratégico hoje.

Em terceiro lugar, é preciso trabalhar, agir concertada e democraticamente através de um diálogo extremamente profundo nas relações de trabalhos. É preciso encontrar um novo equilíbrio nas relações de trabalho, o que significa valorizar a negociação coletiva, flexibilizar sem desproteger. É um desafio de muito bom tamanho.

O terceiro eixo em torno do qual precisamos estruturar um conjunto de políticas relacionam-se a um problema muito complicado e sério que existe no Brasil. O Brasil tem hoje provavelmente 20 a 25% da sua população vivendo nas áreas rurais e mais ou menos isso de população dependente das atividades ditas primárias: agricultura, silvicultura, avicultura, pesca. A agricultura mais desenvolvida do mundo, que é a agricultura de um país continental e não baseada na grande propriedade, tem 3% da população empregada na agricultura. Com esse volume de população dependendo da agricultura, boa parte dessas pessoas infelizmente vive em situação de baixíssima produtividade, são pessoas extremamente pobres. Devemos resgatar boa parte dessa população da situação de miséria e de indigência, ao mesmo tempo em que a agricultura e o setor primário da economia ganham em dinamismo e em produtividade. É uma tarefa de bom tamanho!

Na minha opinião, enganam-se os que acham que há uma solução fácil para isso. Aqui também é absolutamente fundamental desenvolver um conjunto articulado de políticas, que vão desde assentamento de terra, acesso à terra por vários mecanismos, acesso à tecnologia, acesso a canais de comercialização e também auxílio, proteção e apoio à agricultura familiar. Não adianta estar assentando ao mesmo tempo em que a agricultura familiar está expulsando. É uma tarefa de Sísifo. Sísifo é aquele herói grego que foi condenado a rolar uma pedra montanha acima. Quando chegava ao topo da montanha, a pedra rolava de novo para baixo, e no dia seguinte ele tinha de começar de novo. Aqui temos um problema desse tipo. É preciso de novo articular um conjunto básico de políticas com o objetivo de enfrentar essa grave situação do mundo rural brasileiro.

Por último, mas não menos importante, enquanto o conjunto de políticas que descrevi até aqui em sua imensa maioria tem caráter não seletivo, caráter universal, existem segmentos, grupos, situações e áreas do país que infelizmente não podem esperar os efeitos dessa política que é de médio e de longo prazo. É preciso dispor de instrumentos eficazes, capazes de, focalizada e seletivamente, atender a esses grupos, dando cumprimento a um princípio fundamental, que é a idéia de atender de forma desigual aos desiguais.

Desse eixo deriva um conjunto de iniciativas, dentre as quais a área de assistência social e o programa Comunidade Solidária.

A partir desse desenho, o que propôs o Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso? Selecionou um conjunto de cerca de cinquenta programas, que dão substância a essa estratégia de desenvolvimento social. Não tenho tempo, infelizmente, para falar de todos esses programas, mas menciono alguns, para que tenhamos exemplos.

Na área de educação, há um conjunto de programas voltados para realizar uma revolução na educação fundamental: criação do plano de valorização do ensino fundamental; a TV – Escola; o esforço de colocar todas as crianças na escola; dinheiro na escola; iniciativas na área de merenda escolar; livro didático. Há um conjunto de iniciativas.

Na área de saúde, temos a criação de equipes de saúde da família, com a presença de agentes comunitários de saúde; modificação substancial na forma de redistribuição dos recursos, o chamado PAB; uma aceleração do processo de descentralização.

Na área de reforma agrária, de agricultura familiar, cito a criação do PRONAF, programa de apoio à agricultura familiar.

Há um conjunto amplo de programas agrupados de diferentes maneiras em três grandes blocos. Há programas de reforma institucional, como o caso da reforma da Previdência; a reforma do ensino fundamental; o modo de financiamento da saúde básica.

Há um conjunto de programas do Brasil em Ação, entendido como investimento social, como os que mencionei de valorização do professor, o PRONAF, a reforma agrária.

Há, também, programas agrupados no Comunidade Solidária.

Depois vou dar uma indicação rápida dos principais resultados de cada uma dessas áreas. Eu gostaria de terminar falando das dificuldades de levar a cabo uma estratégia de desenvolvimento social desse tipo.

A primeira dificuldade, que eu já mencionei, é a de compatibilizar no curto prazo esses diferentes objetivos. Volta e meia há conflitos de curto prazo nesses objetivos. Como costumo dizer que tudo o que estou assinalando aqui é extremamente fácil de desejar, mas extremamente difícil de implementar. Volta e meia é preciso tomar medidas que têm relação com essa compatibilização dos objetivos.

Em segundo lugar, há esse problema extremamente difícil do emprego. Como decorrência das dificuldades assinaladas no primeiro ponto, existem situações em que as exigências para cumprir certos requisitos afetam de forma negativa o emprego, e é um problema bastante grave.

Em terceiro lugar, existem dificuldades financeiras e orçamentárias. Na área social, talvez como em qualquer área, nunca se gasta o suficiente, sempre seria melhor gastar mais, mas existem limites para esse gasto que têm a ver com a carga tributária que a população pode suportar.

Ao contrário do que muitos pensam, talvez a maior dificuldade no plano orçamentário não seja apenas a dificuldade de recursos. Existe uma outra dificuldade extremamente importante no caso brasileiro: a rigidez orçamentária.

Vou mostrar alguns dados do orçamento da União do ano de 1996, para que os senhores tenham uma idéia dessas dificuldades. De um orçamento da ordem de 165 bilhões de

reais, que não é um orçamento pequeno, o gasto se distribuía da seguinte maneira: 40 bilhões diziam respeito a gasto com pessoal, ativos e inativos, um gasto crescente e incompressível, dos quais, cerca de 16 bilhões eram gastos com inativos; 43 bilhões, pensões e aposentadorias; outros 40 bilhões, transferências constitucionais para Estados e Municípios, também incompressíveis; 22 bilhões, serviços da dívida, também incompressíveis; 11 bilhões, pagamentos de serviços de saúde do setor privado já prestados. Se olharmos a conta, os gastos incompressíveis, que crescem, somavam 157 bilhões de reais, havendo, portanto, cerca de 10 bilhões de reais de flexibilidade orçamentária para tudo.

Essa é uma das razões que vem exigindo a criação do Fundo de Estabilização Fiscal. É exatamente para dar um pouco mais de flexibilidade na execução orçamentária.

Portanto, não é só uma questão de mais recursos, mas de que recursos e de que maneira.

Outra dificuldade muito importante para levar a cabo uma política de desenvolvimento social são as enormes dificuldades gerenciais.

O Ministro, ainda há pouco, fez referência à necessidade de melhorar essa área do Governo. Esse é um problema de todas as áreas do Governo, especialmente da área social. Por que razão? Porque o setor público foi completamente desorganizado. Os servidores públicos vêm sendo mal pagos, mal treinados, estão desmotivados. Portanto, é necessária uma profunda reforma gerencial.

Em penúltimo lugar, existem os problemas da descentralização e do federalismo. A capacidade de executar políticas é muito desigual no Brasil como um todo. Se há uma coisa que aprendi, eu que sou acadêmico, professor de universidade e estou tendo essa experiência fascinante no Governo, é que qualquer coisa que se pensar para o Brasil como um todo dá errado. O mais grave que aprendi é que muitas vezes não dá errado onde se imagina. Pensamos um programa de qualificação profissional que vai funcionar às mil maravilhas no Rio de Janeiro e em São Paulo e não vai funcionar em Roraima ou no Piauí. Errado. Funciona bem lá e não funciona bem nas áreas mais desenvolvidas, por um conjunto de razões.

O Brasil não é um país de federalismo fraco. O Brasil é um país de federalismo forte e tem a peculiaridade de os municípios serem entes federativos de pleno direito. São entes

federativos de pleno direito o município com 500 habitantes no interior de qualquer Estado pobre do Brasil e o município de 16 ou 17 milhões de habitantes, que tem 30% da produção industrial do Brasil. Eles são iguais e isso dificulta.

Vou dar um exemplo típico: programas focalizados de bolsa-escola por município. Você poderia focalizar nos municípios mais pobres do Brasil, mas como o país é federativo não se pode fazer isso. Tem que focalizar nos municípios mais pobres de cada Estado. Pode-se, com isso, estar fazendo um programa em um município muito pobre de um Estado rico, que é um município relativamente rico se comparado com o município considerado rico no Estado pobre. Há mil distorções que fazem parte da história.

Por último, o que talvez constitua a dificuldade maior de levar a cabo uma estratégia desse tipo seja um aspecto que perpassou toda a minha exposição: implementar uma política de desenvolvimento social no Brasil passa por uma série de conflitos de natureza política. Não é um mero problema técnico, em primeiro lugar. Em segundo lugar, para que possamos obter resultados duradouros, de longo prazo, a estratégia precisa ser desenvolvida com uma certa persistência ao longo de muitos anos. O grande desafio é compatibilizar a democracia, como condição necessária para que se possa negociar mudanças que ferem interesses; a persistência na ação, ser capaz de sustentar políticas a longo prazo, com a necessária alternância no poder, que é parte da democracia. Como combinar essas coisas num sistema político ainda frágil, em que as estruturas partidárias são extremamente frágeis? Na minha opinião, a possibilidade disso está na construção de uma aliança política ampla, capaz de sustentar a longo prazo uma política de crescimento com equidade. Por que isso? Uma aliança política provavelmente fixará alguns objetivos comuns e haverá alternância no poder dentro dessa aliança e diferentes segmentos dessa aliança levarão a cabo uma estratégia geral, com diferença de ênfase. A construção de uma aliança desse tipo parece-me fundamental.

Vou deixar para o debate alguns resultados dessa política. Caso seja de interesse, tenho aqui os dados e posso apresentá-los.

Eu gostaria de encerrar dizendo duas coisas a respeito de um futuro próximo. Além de levar a cabo uma estratégia desse tipo, num futuro próximo deveríamos nos dedicar a cinco coisas com mais afinco e com mais empenho. Em primeiro lugar, acredito que temos de

nos dedicar com mais afinco a garantir e a implementar melhor as políticas de transferência de renda. Não estou de acordo com os que pensam que seria bom fazer um programa único de transferência de renda. Acho isso inadequado. As situações são diversas e é preciso haver programas de transferência diferenciados para atender precisamente a situações diferentes de crise no ciclo vital.

Muitos não sabem que a União gasta hoje 17 bilhões de reais com programas de transferência de renda. Não é pouca coisa. É 2% do PIB. Precisamos garantir esses programas de transferência e melhorar a performance e desempenho.

O Ministro deve saber bastante bem do que estamos falando. É preciso garantir a aposentadoria rural, que é um programa de transferência de renda dos mais importantes. Agora, é preciso haver uma Previdência Social hígida, saudável.

O programa que este Conselho tem responsabilidade direta em administrar, da Lei Orgânica da Assistência Social, representa 1 bilhão e 200 milhões, se não me falha a memória. É preciso fazer com que efetivamente os benefícios desse programa cheguem àqueles que precisam focalizá-los adequadamente. Quanto aos programas sociais, temos, também, o programa de bolsa-escola, que se vai iniciar, PIS-PASEP, abono salarial, subsídios dados por taxas de equalização em vários programas. Se somarmos tudo isso, são 17 ou 18 bilhões de reais. Eu diria que é uma tarefa importante olhar esses programas de transferência de renda mais de perto, garantindo-os e melhorando a performance.

Em segundo lugar, não se beneficia do gasto social, não se desfruta o direito do gasto social no corredor dos Ministérios. Não é aí que a ação se dá. A ação se dá lá no pequeno distrito, no bairro, no município. É absolutamente fundamental, num futuro próximo, dedicação a uma experiência bem-sucedida, tanto nos programas de assistência social quanto nos programas do Comunidade Solidária, de articulação local dos programas e fazer com que os programas cheguem aos lugares e, em segundo lugar, produzam sinergia.

Há situações em que o Brasil tem a característica de um sistema federativo forte e a perversidade de uma administração fragmentada em União, Estados e municípios. Às vezes, a massa de recursos posta nesses programas lá embaixo não produzem nenhuma sinergia, não produzem nenhum resultado. O que estou querendo dizer? Parecem-me absolutamente

fundamentais atividades de desenvolvimento local integrado. Num país complexo como o Brasil não existe modelo de desenvolvimento local integrado. É preciso fazer isso com criatividade e flexibilidade. É absolutamente fundamentalmente nos dedicarmos a isso num futuro próximo.

Em terceiro lugar, é preciso dar uma atenção prioritária, orgânica e articulada ao mundo rural brasileiro. Precisamos transformar o mundo rural brasileiro, não no sentido de fazê-lo urbano ou convertê-lo em cidade, mas transformá-lo no sentido de fazer com que a qualidade de vida melhore. Portanto, articulando programas de reforma agrária, de agricultura familiar, de infra-estrutura urbana, de infra-estrutura de serviços, diversificando ocupacionalmente o mundo rural, ou seja, produzindo uma revolução no mundo rural. Esse é um terceiro foco de atenção que me parece extremamente importante.

Em quarto lugar, acredito que infelizmente continuamos a ter um grave problema no Nordeste. Só que há uma diferença. O Nordeste de hoje são vários nordestes. É preciso investir fortemente para aprofundar essa diferenciação do Nordeste, de modo a efetivamente aproveitar as muitas e múltiplas oportunidades que tem. Identificar eixos diferenciados de desenvolvimento na área costeira, com o turismo, em certas regiões com a fruticultura irrigada e em outras regiões com a extração mineral. Quer dizer, um forte investimento no sentido de multiplicar os muitos nordestes e dar dinamismo a essa região, evidentemente sem descuidar das outras.

Por último, acredito que é preciso dedicar uma enorme atenção às grandes aglomerações urbanas brasileiras. São cerca de cinquenta ou sessenta grandes aglomerações, em que vivem aproximadamente sessenta milhões de pessoas. É preciso ser contemporâneo, não adianta olhar para trás. Essas regiões enfrentam uma acirradíssima competição internacional. Uma das principais características de um mundo globalizado é que ele intensifica a competição entre os lugares, inclusive dentro do país. Barcelona compete com Madri; Lion compete com Paris; Nova Orleans compete com Chigaco; Porto Alegre compete com Curitiba; Fortaleza compete com Recife. Essas áreas competem internacionalmente. Não é à toa, por exemplo, que passa a ter uma enorme importância a capacidade de as metrópoles atraírem atividades cosméticas, que as projetem no mundo. Nunca foi tão importante sediar uma

Olimpíada, uma Copa do Mundo, estar presente perante três bilhões de pessoas no mundo inteiro.

Nessas áreas precisamos aumentar enormemente a competitividade sistêmica. Talvez o aspecto mais estratégico da competitividade sistêmica dessas áreas seja a população, a higidez, o bem-estar da população em termos de educação, segurança, moradia, infra-estrutura básica. Então, é preciso um programa forte de articulação nas áreas metropolitanas.

Peço desculpas por ter tomado tanto tempo. O problema é de tal tamanho e as dificuldades de tal ordem, que para termos uma visão minimamente integrada dos problemas e minimamente integradas dos desafios a ser enfrentados eu precisaria de um pouco mais de tempo.

Agradeço às senhoras e aos senhores pela atenção e digo mais uma vez que é uma honra muito grande poder compartilhar esse conjunto de idéias.

Muito obrigado. (Palmas.)

MINISTRO WALDECK ORNÉLAS – Ouvida essas enriquecedora exposição do Prof. Vilmar Faria, sociólogo e assessor especial da Presidência da República na área social, vamos aos debates, perguntas e questionamentos que desejem fazer.

PRESIDENTE (Gilson Assis Dayrell) – Eu gostaria que cada Conselheiro tivesse oportunidade de fazer pelo menos uma pergunta, mas pediria que fossem extremamente concisos, para que possamos aproveitar a presença do Prof. Vilmar.

Como eu disse no início, a finalidade da vinda do Prof. Vilmar foi abrir o campo das preocupações que hoje estão orientando a ação política do Governo na área social para que possamos realmente, com muito mais condições, tratar do problema específico que temos da área da assistência social, com o agravante de que o Conselho Nacional de Assistência Social tem a responsabilidade de fornecer certificados filantrópicos na área de educação e de saúde. Há uma interface com as políticas de educação e de saúde na medida em que favorecemos entidades que atuam nessas áreas com incentivos e benefícios assegurados pela lei.

Portanto, o Conselho Nacional de Assistência Social deve ter muito claro que a política nacional de assistência social tem interface com as áreas de educação e de saúde. É uma questão que ainda não tratamos adequadamente no Conselho. Sei que há uma preocupação do Ministério em tratar essa questão e temos de definir, como diz a Lei Orgânica da Assistência Social, normas, padrões de qualidade e condições para discutir a inserção de critérios de elegibilidade para as pessoas e para as entidades poderem participar dos benefícios da lei. Isso está na LOAS e é competência nossa.

Há dezoito Conselheiros. Se cada um fizer uma pergunta de um minuto, já vamos quase que extrapolar o nosso tempo. Eu gostaria que se inscrevessem aqueles que quiserem fazer perguntas.

Com a palavra a Conselheira Fátima.

MARIA DE FÁTIMA DE AZEVEDO FERREIRA – Como só dispomos de um minuto, vou apenas perguntar.

Eu gostaria de dizer que a exposição foi esclarecedora.

São três perguntas.

Eu gostaria de saber o que o senhor entende por serviços sociais básicos. O senhor fala em assistência social restrita. Como vamos discutir a política de assistência social, o que vamos entender por restrito? O que é básico do ponto de vista da saúde e da previdência?

O senhor falou que a sociedade decide. Como isso vai ser discutido com a sociedade, como se está pensando fazer isso? Senão estaríamos falando de democracia teoricamente.

Quanto ao orçamento, estamos tendo um orçamento cada vez menor para a área pública. O senhor não falou isso, mas quando falava em assistência, saúde e previdência, referia-se à seguridade social. Como estaria o orçamento, na seguridade social, e como romper com essa questão do orçamento para que se dê boa qualidade de serviços?

Há uma pergunta que é feita em todos os debates que participamos, inclusive o Gilson participou de um em que essa questão foi levantada, e temos de dar respostas mais concretas. Trata-se do Comunidade Solidária e da Lei Orgânica da Assistência Social. Sabemos

que o Comunidade Solidária tem um orçamento. Tem orçamento, ninguém vive sem orçamento. Pode usar orçamento de outros Ministérios, mas tem orçamento. Então, seria o controle social sobre o orçamento no Comunidade Solidária.

Seriam essas as questões.

VILMAR FARIA – Obrigado pelas perguntas.

São todas extremamente importantes, chamando a atenção para aspectos nevrálgicos da questão social no Brasil.

Evidentemente não vou poder responder a cada uma delas com a agudeza que exigem. Vou simplesmente tematizar pontos relativos a cada uma delas.

Quanto ao que quer dizer assistência social em sentido restrito, eu quis pura e simplesmente dizer que no meu entendimento a política social envolve um conjunto extremamente amplo de ações: incentivo da poupança, passando pelo aumento da taxa de investimento; programas de qualificação profissional; ações na área de ensino superior e ações de alta complexidade na de saúde; previdência social em sentido de repartição, quando se recebe um benefício em função da contribuição que se fez. É um conjunto extremamente amplo e dentro dele existem atividades de assistência social propriamente ditas, como o atendimento de direitos de certos segmentos da população.

Foi pura e simplesmente nesse sentido. É claro que pessoalmente não estou entre aqueles que acham que a política de assistência social, em sentido restrito, cubra o amplo leque de ações da política social que mencionei. Não acredito que a política de assistência social tenha muito a ver, por exemplo, com ensino superior. É um exemplo qualquer. A área de assistência social é um subconjunto de um conjunto mais amplo de áreas que chamo de políticas sociais.

É restrita nesse sentido muito específico e muito simples.

Quanto à sociedade decidir, eu não poderia estar mais de acordo. Estou entre aqueles que defendem que a democracia contemporaneamente é formada por aspectos fundamentais, igualmente fundamentais. O primeiro é a democracia representativa. Um país do tamanho do Brasil, com a complexidade que tem, precisa de instituições da democracia

representativa clássica funcionando. Precisa ter um sistema político eficiente, um sistema eleitoral eficiente, um Congresso eficiente, relações orgânicas entre Executivo, Legislativo e Judiciário. As instituições da democracia representativa não podem ser atropeladas por outras instituições da democracia, a que vou me referir.

Um primeiro plano em que a sociedade decide, talvez o plano fundamental, básico, são as eleições. As pessoas se apresentam, apresentam os seus programas, ganham e perdem as eleições. A partir do momento em que ganham as eleições, recebem um mandato da população.

Segunda dimensão da democracia, importante e fundamental: democracia participativa. Também num país complexo e em situações que requerem cada vez mais um conjunto sistemático de programas, é absolutamente fundamental o aperfeiçoamento das instituições da democracia participativa. Essas instituições ampliam o espaço público e não podem ser mecanismos disfarçados para colocar no interior do espaço público os interesses privados ou corporativos. O fundamental na democracia participativa é a ampliação do espaço público, no qual interesses divergentes são capazes de produzir algum tipo de bem comum, algum tipo de bem público. Isso é fundamental na democracia participativa, no meu modo de entender.

Em terceiro lugar, é preciso fortalecer uma última dimensão moderna, contemporânea da democracia, que é a democracia deliberativa, isto é, a democracia em que vence a força do melhor argumento e não o argumento da força. Instituições em que o debate se faça baseado em argumentos tão racionais quanto possíveis. Nesse sentido é absolutamente fundamental, por exemplo, uma compreensão clara e racional do orçamento público. Não pode haver democracia se há uma incompreensão de como funciona o orçamento, quais os seus limites, o que se pode fazer ou não. Caso contrário, a democracia não avança no plano deliberativo.

A sociedade decide por esses três planos: participando das instituições da democracia representativa, participando, com espírito público, das instituições da democracia participativa e participando do debate tão racional quanto possível da democracia deliberativa. Nesse sentido a imprensa e os fóruns de debate têm papel importante.

Com relação ao orçamento menor, esse assunto é passível de debate. Os dados que tenho não sustentam a afirmação de que ultimamente o orçamento tenha diminuído. Pelo contrário. Apesar das dificuldades e de todas as limitações que existem, há um aumento relativamente significativo com o gasto social depois de 1994.

Esse gráfico mostra o volume de gasto e a média de gasto por período de Governo, começando com a redemocratização. É visível a melhoria no nível do gasto social nos últimos dez anos.

Onde caiu? É claro que uma parte substancial desse aumento deve-se aos gastos incompressíveis. É evidente. Portanto, é um diagnóstico mais profundo dizer que o gasto está aumentando, mas não necessariamente o gasto está aumentado onde deveria aumentar. Para isso é preciso modificar a estrutura do gasto, como tentei colocar aqui.

Por último, a questão relativa ao Comunidade Solidária. Talvez aqui sejam convenientes alguns esclarecimentos. Em primeiro lugar, o que se conhece como programa Comunidade Solidária tem dois aspectos fundamentais - está aqui o Conselheiro Augusto Franco que pode me ajudar a esclarecer esses pontos.

Existe um aspecto do programa Comunidade Solidária que realmente tem muito pouco a ver com o Governo, que é o Conselho do Comunidade Solidária. Este Conselho não tem nenhum orçamento público, exceto o orçamento para funcionar. O que quer dizer funcionar? Fazer os encontros, manter dois ou três técnicos. Esse Conselho, além de servir de fórum de interlocução política e de ser um dos diversos fóruns que existem de controle do Governo na área social, desenvolve programas em parceria com a sociedade civil. De todo o orçamento social, da ordem de 100 bilhões de reais, o orçamento envolvido nos programas experimentais do Conselho, especialmente a parte governamental, é extremamente pequeno. Uma boa parte desses recursos são do setor privado, especialmente das empresas que apóiam o programa de alfabetização solidária e o de capacitação solidária, para citar dois exemplos.

Outro lado do programa Comunidade Solidária é a Secretaria Executiva, subordinada à Casa Civil da Presidência da República, que tem por função desempenhar, no plano federal, um papel de advogado para que um conjunto de programas, escolhidos pela sua importância, efetivamente chegue aos municípios mais pobres. Nesse sentido, a Secretaria

Executiva - não há nada de especioso, isso é totalmente transparente - não tem nenhum recurso próprio, os programas são executados e administrados nos respectivos Ministérios. É uma iniciativa totalmente diferente das que existiram no começo da década de 90 em outros países, quando foram criadas novas estruturas, estruturas paralelas. Isso não ocorre aqui.

O papel da Secretaria Executiva do Comunidade Solidária - que é pequena, tem uma estrutura mínima e recursos realmente muito escassos - é de articulação, de advocacia, por assim dizer, desses programas.

Evidentemente, existem os programas que cada Ministério desenvolve. Se considerarmos isso, os programas prioritários e básicos do Comunidade Solidária, num quadro de cem bilhões de gasto, é realmente muito pequeno. Não me lembro exatamente a cifra, mas creio que o conjunto de programas não passa de 3 bilhões de reais.

Espero ter respondido as perguntas, embora de forma meramente indicativa.

PRESIDENTE (Gilson Assis Dayrell) – Vamos dar seqüência às perguntas, com o Conselheiro João Batista.

JOÃO BATISTA LIMA FILHO – Prof. Vilmar Faria, eu também queria parabenizá-lo por sua exposição, como já foi feito pela Conselheira Fátima.

Eu represento a CNBB nos trabalhos para a terceira idade. Eu queria me reportar, Prof. Vilmar, à reunião que tivemos com o senhor no dia 11 de março de 1998, no gabinete do então Ministro Stephanes, quando foram colocados dez ou doze trabalhos significativos com relação à atenção ao idoso no país.

Hoje o senhor usou uma frase muito importante: o melhor argumento. Disse, também, que, nesse momento, a Câmara de Política Social, da Presidência da República, se aterria e daria total apoio a três questões. A primeira delas seria o Programa Nacional de Cuidadores de Idosos, que realmente está começando. Creio que posso falar em nome da Coordenação da Política Nacional do Idoso e, assim, eu gostaria que houvesse uma agilidade maior e o programa saísse dos entraves burocráticos ligados à empregabilidade. A questão dos

cuidadores de idosos acaba entrando em aspectos informais, e deve ser informal, até porque, como o senhor falou, a terceira idade, pela idade de ouro, é um grupo extremamente vulnerável.

A segunda questão seria o apoio da Câmara de Política Social do Governo a fim de que o CNPq veja com melhores olhos as pesquisas ligadas a todas essas noções de envelhecimento. Sobre isso, houve comprometimento do senhor, na oportunidade, com alguns representantes de universidades.

A terceira questão que, neste primeiro momento talvez seja mais fácil para se fazer, refere-se ao fato de que o senhor abriu as portas, e praticamente acionou a Secretaria de Comunicação Social, para que a população em geral conheça os programas do Governo, dentre eles o do idoso. A esse propósito, no dia 27 de setembro, em função das comemorações do Dia Nacional do Idoso, será realizada a caminhada pelo envelhecimento saudável. Entretanto, ainda não vimos, pela Agência Nacional ou por qualquer órgão de comunicação, o apoio devido a essas ações que têm sido realizadas.

O senhor colocou como princípios organizativos que essa ação deve ter sinergismo. Dentre os melhores argumentos - o senhor optou por três - que um deles seja os mínimos sociais em relação aos idosos, visto que o ano que vem é o Ano Internacional do Idoso. Que eles realmente venham à ação!

VILMAR FARIA – Começo pela última questão.

Primeiro, eu reitero o compromisso da Câmara Social de examinar essas questões, desde que elas cheguem à Câmara. Não me cabe levar as questões à Câmara. Se chegarem lá, reitero o compromisso da Câmara em examiná-las.

Alguém deste Conselho poderia procurar o Embaixador Sérgio Amaral, em meu nome, e dizer que assumi o compromisso de dar publicidade a esse evento.

Lembro que é possível que exista uma proibição eleitoral para fazer isso. Portanto, é possível que não se possa fazer isso devido à legislação eleitoral. Isso constituirá um empecilho fundamental.

Hoje mesmo falarei com o Embaixador Sérgio Amaral e se alguém der o nome da pessoa que vai procurá-lo, eu transmitirei a ele.

Com relação às outras duas questões, lembro-me perfeitamente bem delas. O que vou dizer me salva, mas não salva o Governo.

Não recebi nenhum prosseguimento daquela iniciativa formulada lá. Se eu receber, encaminharei ao CNPq e ao PLANFOR. A menção que fiz, no caso de treinamento de pessoas para cuidar de idosos, foi encaminhar ao PLANFOR o exame dessa questão.

Nesse último caso, eu diria mais. Se organizações que se dedicam a isso encaminharem pedido de financiamento com recursos do FAT, tenho certeza de que o PLANFOR examinará. Podem contar comigo para reiterar, junto aos que operam o PLANFOR, esse compromisso que assumi e que assumo de novo aqui.

PRESIDENTE (Gilson Assis Dayrell) – Prof. Vilmar, eu gostaria de prestar uma informação.

Esse programa de cuidadores de idosos já está em pleno desenvolvimento. Já foi feito em Pirenópolis um curso para cuidadores, financiado pelo PLANFOR. Está aqui a coordenadora dessa área na Secretaria de Assistência Social. Estamos partindo, agora, para a segunda etapa desse curso, que é o aprimoramento.

É importante contar com o seu apoio. Vamos mencioná-lo ao Prof. Nassim.

VILMAR FARIA – Não é o meu apoio, é o meu serviço.

PRESIDENTE (Gilson Assis Dayrell) – Eu passaria a palavra ao Conselheiro Luiz Geraldo.

LUIZ GERALDO DE MATTOS – Eu gostaria de cumprimentá-lo pelo brilhantismo da conferência.

Pergunto ao senhor se há alguma proposta de estratégia com relação à integração do portador de deficiência na política social do Governo, tendo em vista que hoje há um contingente de 15 milhões de portadores de deficiência. Deficientes visuais e cegos estão em

torno de 1,5 milhão de pessoas. O preconceito é o problema mais grave que ainda continuamos a enfrentar.

Einstein, no princípio do século, dizia que era mais fácil desintegrar o átomo que desintegrar o preconceito. Agora, no final do século, ainda continuamos a enfrentar o problema do preconceito, fundamentalmente quanto à integração do portador de deficiência.

Eu gostaria que o senhor nos informasse se há algo em termos de estratégia para integração do portador de deficiência.

VILMAR FARIA – Lamentavelmente, pela função que desempenho, não tenho conhecimento detalhado das políticas tópicas e, portanto, não saberia responder com a precisão que a pergunta merece.

Eu gostaria de dizer, e talvez o Dr. Gilson possa me ajudar, que o meu entendimento é que isso tem uma posição importante no sistema de política social do Governo até porque, se entendo bem, existe um organismo do Ministério da Justiça, a CORDE, que é responsável por essa política. Portanto, do ponto de vista institucional, certamente essa política existe.

Eu não saberia, por ignorância minha, detalhar quais as prioridades dessa área específica, porque não a conheço. Não sei se o Dr. Gilson pode dar alguma informação a esse respeito.

LUIZ GERALDO DE MATTOS – Em Harvard, na sua brilhante passagem por lá, o senhor viu alguma proposta nesse sentido para os países em desenvolvimento?

VILMAR FARIA – Não sei se foi brilhante a minha passagem, mas fiz doutorado em Harvard há vinte anos. Nessa ocasião, as minhas preocupações estavam em outra área. Não vi, porque não era a minha preocupação naquele momento.

PRESIDENTE (Gilson Assis Dayrell) – Professor, creio que essa questão levantada pelo Conselheiro Luiz Geraldo será muito importante em nossos debates sobre a

política nacional de assistência social. Seguramente o Conselheiro sabe de tudo o que se passa na área da pessoa portadora de deficiência nos programas de Governo.

Há o benefício de prestação continuada e programas da Secretaria de Assistência Social para a área da pessoa portadora de deficiência, mas queremos construir alguma coisa bastante clara a partir deste momento. É por isso que estamos aqui discutindo. A palestra do Prof. Vilmar foi muito clara no sentido de mostrar que dentro da política social existe um local para atender às exclusões e às vulnerabilidades como preocupações centrais. Isso ficou claramente demonstrado na palestra. Trata-se, agora, de detalhar isso. Essa é a nossa missão aqui.

Passo a palavra à Irmã Teresa.

IRMÃ TEREZA – Tenho uma preocupação muito grande como Conselheira e o senhor poderia apresentar algum esclarecimento.

Várias vezes o senhor enfocou a responsabilidade do CNAS na qualificação das entidades que solicitarão o certificado de entidades de fins filantrópicos. Estamos justamente passando por essa fase conflitante com pontos ainda ambíguos na legislação. Sabemos que o Conselho foi criado pela Lei Orgânica da Assistência Social, em 1993, a estrutura mudou, mas ainda permanece uma prática quanto às entidades prestadoras de serviço na área da educação e também na área de saúde.

Sobre a atualização da legislação e da regulamentação do artigo da LOAS quanto ao certificado, eu pediria um esclarecimento. Quanto aos princípios organizadores, o senhor colocou o aspecto da parceria e ficou muito bem esclarecido. Inclusive falou universidades.

Haveria alguma coisa a respeito da normatização, com essa parceria da área de educação, mesmo não sendo contempladas as entidades? Há um entendimento quanto à gratuidade e à não-gratuidade. Haveria alguma legislação nesse sentido ou seria de responsabilidade deste Conselho? Isso já deveria ter sido feito quando da criação pela LOAS e está pesando sobre este Conselho atual em vista do novo decreto em vigor.

VILMAR FARIA – É uma pergunta extremamente importante, assim como as demais.

Acredito que essa é uma das áreas de maior importância para um revigoramento da política social no Brasil, para corrigir distorções que existem e para inovar tanto do ponto de vista institucional quanto do ponto de vista legal.

É uma área extremamente importante, que diz respeito ao chamado terceiro setor, mais especificamente quanto aos incentivos às atividades de natureza filantrópica.

Eu diria que as linhas da política de governo nessa área são claras. Em primeiro lugar, como em muitas outros setores da área social, é preciso eliminar as distorções, as fontes de malversação de recurso, de desperdício de recursos. Vocês têm uma terminologia muito própria para dizer isso: é preciso acabar com as atividades “pilantrópicas”. É claro que, muitas vezes, é difícil precisar o limite entre o filantrópico e o lucrativo. Há um empenho bastante marcado do Governo nessa direção e há diversas iniciativas para introduzir modificações de natureza legal com o objetivo de corrigir essas distorções.

O problema é bastante complicado, principalmente em certas áreas, sobre a fronteira entre o filantrópico e o lucrativo.

Cito um exemplo que sempre me chama bastante a atenção nessa discussão e diz respeito a entidades educacionais. Houve uma empresa de prestação de serviços educacionais, isenta, que tinha gasto com a compra de avião a jato. A fiscalização indagou o objetivo. Explicou-se que o avião serviria para transportar os professores de um lugar para outro, a fim de darem aula, e, portanto, fazia parte da atividade educacional. Evidentemente é um abuso. Estou dizendo isso para assinalar que não é uma área fácil. Existem problemas.

Outro aspecto igualmente importante, que tem sido objeto da ação do Governo - aliás, provocado pela ação de Conselheiros do Conselho Nacional de Assistência Social e também de Conselheiros do Comunidade Solidária -, é dotar o país de uma legislação mais moderna para permitir o incentivo às atividades de filantropia. Se entendo bem, acaba de ser enviada ao Congresso Nacional uma lei com o objetivo de tornar mais atraente, ou possível, o incentivo às atividades filantrópicas.

Tenho a sorte de contar com a presença de uma pessoa que tem ajudado e pressionado muito nessa direção que é o Conselheiro Augusto Franco, do Comunidade Solidária. Talvez a senhora pudesse conversar com ele, que tem a visão do lado da sociedade civil e mais profunda.

Eu diria que há um enorme interesse do Governo, potencializado por um enorme interesse da Dra. Ruth Cardoso, de também incentivar o terceiro setor no Brasil. Portanto, as parcerias entre Governo e terceiro setor são peça fundamental na política de governo.

PRESIDENTE (Gilson Assis Dayrell) – Como o prazo da nossa reunião está chegando ao final, eu gostaria de consultar o Prof. Vilmar sobre sua disponibilidade de tempo, porque sei que ele tem compromisso no Palácio.

Há três pessoas inscritas. Eu pergunto se poderíamos fazer as três perguntas, que poderiam ser respondidas em bloco. (Pausa.)

Com a palavra a Conselheira Cristina.

CRISTINA MARIA SILVA ALBUQUERQUE – As reuniões do Conselho têm sido cada vez mais enriquecedoras e a de hoje foi abrilhantada com a sua presença, professor.

Pela sua fala, o programa de erradicação do trabalho infantil na área de assistência social traz como um princípio fundamental a necessidade da articulação local. Mesmo sendo um programa de caráter intergovernamental, há presença forte da sociedade em seus resultados. A Dra. Tânia Garib, que tem o programa em seu município, entende o que estamos falando.

Temos insistido que o êxito desse programa depende diretamente da articulação feita no locus operacional, que, na verdade, são os municípios, tirando do Governo o protagonismo desse programa e exigindo que as ações sejam devidamente apropriadas pelos municípios.

Eu gostaria de saber sua opinião sobre esse enfoque e sobre essa necessidade que está sendo dada na fase de implementação de um programa dessa natureza.

PRESIDENTE (Gilson Assis Dayrell) – Com a palavra o Conselheiro César.

CÉSAR RODRIGUES VIANA – Em primeiro lugar, eu queria parabenizar o Prof. Vilmar pela brilhante exposição e esclarecer algo que foi levantado pelo Conselheiro João Batista a respeito dos idosos.

Lá no Maranhão fizemos uma consulta à Justiça Eleitoral e, como resultado dessa consulta, foi podada de tal forma a programação que tomamos a decisão de deixar para depois do período eleitoral. Eles consideram que grande parte disso teria implicação política. Alguma coisa poderia ser feita, mas de tal forma que não haveria impacto. Então, nós transferimos.

Uma pergunta diz respeito aos resultados. Durante a sua exposição, por mais de uma vez o senhor falou que teria resultado de alguma experiência exitosa no que diz respeito ao desenvolvimento social, local e integrado. Fiquei com a expectativa de quais seriam os resultados que o senhor poderia passar para nós.

A segunda questão diz respeito a uma realidade muito nordestina e mais especificamente do Estado do Maranhão. Como o senhor falou, vivemos em um país em que cerca de 20 a 25% da população estão no meio rural. No Maranhão a realidade é bem diferente. Temos mais de 50% da população residindo no meio rural e produzindo apenas 10 a 12% do Produto Interno Bruto. O grau de pobreza no meio rural do Maranhão é extremamente grande.

Hoje, quando estamos fazendo uma avaliação dos quatro anos de Governo e de uma possível proposta para o segundo mandato, estamos discutindo muito fortemente esse dilema. Na medida em que é inevitável a modernização da atividade rural para que seja competitiva vamos ter de retirar pessoas do meio rural. Não podemos fixar esse pessoa no meio rural porque significa fixar pobreza. Não temos condições de gerar emprego no meio urbano. Então, a alternativa tem passado por alguns caminhos como a geração de emprego não-agrícola, no meio agrícola, e trabalhos muito sérios na área de ecoturismo e indústria rural.

Há um problema, objeto da questão, com relação à reforma agrária. O Maranhão avançou muito e no contexto do Brasil foi o Estado que mais realizou assentamento no período do Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso. O que sentimos hoje é uma

dificuldade muito grande desses assentados, nesse período, de competirem no mercado, ou seja, como o senhor falou, a reforma agrária no Brasil está sendo feita fora de época. Enquanto em outros países foi feita há cem anos, cinquenta anos, ela está sendo feita no Brasil no período da globalização, da modernização. O produtor, que vive numa tecnologia extremamente atrasada, é exposto, de um momento para outro, a um mecanismo de mercado, e tem dificuldade de competir. Consideramos que esse assentado deve ter proteção especial, assim como o idoso e a criança. A proteção através do PRONAF, com crédito subsidiado, para nós não é suficiente. Tem de haver uma discussão mais forte sobre esse produtor, sob pena de criarmos novos usuários da assistência social, quer dizer, ao invés de trazermos desenvolvimento acabamos criando maior nível de pobreza ou de exclusão desses novos assentados.

Desculpe-me a forma rápida, uma vez que a questão é bastante profunda. Falarmos em um minuto é complicado.

Seria, então, o que poderíamos pensar em termos de um esquema de proteção maior. Na reforma agrária feita há cinquenta anos, os agricultores tinham subsídios em todo o mundo, e na reforma agrária hoje não há subsídios.

A última questão é sobre a renda mínima. Está se discutindo neste país uma medida provisória que instituiu a renda mínima. Sentimos que a renda mínima é um programa que diz respeito à assistência social e aqui não discutimos a renda mínima. Pelo que o Ministro falou, a SA é apenas uma repassadora de recursos – o recurso vai para o Fundo mas volta para o FNDE – e enquanto Estado também não discutimos.

Lá no Maranhão, a Governadora determinou que se criasse uma comissão para estudar como o Estado pode participar, mas é uma atitude voluntária do Estado, que não foi consultado e não participou desse processo e dessa medida provisória que criou a renda mínima atualmente em processo de implantação no país.

PRESIDENTE (Gilson Assis Dayrell) – Conselheiro Guilhermino.

GUILHERMINO CUNHA – Dr. Vilmar, apreciamos muito a sua palestra, muito esclarecedora como já constatado.

Há uma preocupação que está crescendo entre Conselheiros do CNAS pela leitura que fazemos dos diferentes documentos, projetos e decretos. Tanto a educação quanto a saúde estão sendo lentamente colocadas de lado dentro dessa visão da estratégia social do Governo.

Quando olhamos a existência desse terceiro setor, que é não-governamental e não lucrativo, parece-me, Dr. Vilmar, que há uma confusão dessa expressão não-lucrativo com entidades que são mal administrativas, ou com as que de maneira alguma deixam resultados para que sejam reinvestidos na sua própria atividade-fim. Parece-me que, se fizermos esse tipo de insistência, vamos acabar premiando aqueles que só sobem receber recursos e gastar - aqueles que recebem os talentos e não são capazes de multiplicá-los como o Evangelho ensinou.

Eu gostaria que o senhor nos ajudasse a compreender. Quando se diz que só vamos contemplar a educação e saúde com absoluta gratuidade, é absolutamente inviável, a não ser que o próprio Governo dê educação e saúde gratuitamente. Na verdade, o terceiro setor está abraçando o Estado e deixando de lado a sociedade. A parceria com a sociedade civil envolve a idéia de contrapartida até para que a pessoa não caia no assistencialismo, mas seja assistida, ajudada a se erguer e a caminhar com os seus próprios pés.

Sem educação e sem saúde, Dr. Vilmar, não é possível.

VILMAR FARIA – As perguntas são todas de muita complexidade. Infelizmente vou pedir desculpas, pois não vou poder responder com a profundidade que merecem. Vou responder, primeiro, desfazendo alguns mal-entendidos, para podermos caminhar rapidamente.

Os programas de renda mínima e de bolsa-escola não foram instituídos por medida provisória, foram instituídos por uma lei do Congresso Nacional. Uma parte da reclamação que o senhor está fazendo tem de ser dirigida a um outro Poder. Tomou-se um conjunto de iniciativas que existiam lá, especialmente do Deputado Nelson Marchezan, e pelo Congresso instituiu-se, não com o caráter obrigatório, esse programa. A implementação do programa está começando a ter lugar.

O Ministro disse hoje que está começando a se inteirar do que vai acontecer. Espero que a implementação do programa, determinado por lei do Congresso Nacional, seja discutida.

O segundo aspecto diz respeito à diminuição dos recursos. Se entendi bem a observação, é preciso fazer uma distinção entre os recursos fiscais para educação e para saúde. Não estão diminuindo. Pelo contrário. O gasto por pessoa/ano, em saúde, dobrou nos últimos quatro anos. Aumentou também de forma significativa o gasto por aluno/ano no ensino fundamental. A lei de valorização do ensino fundamental vai permitir, pela primeira vez, que em todo o Brasil, em qualquer lugar do Brasil, se possa gastar R\$ 315,00 por aluno/ano. Isso permitirá, inclusive, o pagamento de uma média de salário aos professores, em todo o Brasil, dessa ordem de grandeza.

Então, não é correto, pelas informações que tenho, dizer que o gasto público, orçamentário, em saúde e em educação esteja diminuindo.

Pode estar havendo, pelas razões que assinalei, mudança interna no gasto, e é possível que isso esteja efetivamente acontecendo.

Com relação à reforma agrária, concordo inteiramente com as ponderações que foram feitas. Quando assinalei a necessidade de olharmos com mais atenção e produzirmos uma atuação mais sinérgica no mundo rural brasileiro, eu fazia referência precisamente aos dilemas que o senhor assinalava. Eu mencionei, inclusive, o aspecto sisífico dos assentamentos: de nada vale assentar se não formos capazes de muito rapidamente emancipar esses segmentos.

Talvez eu tenha uma pequena discordância. Pessoalmente, acredito que é preciso investir muito mais no sentido de que esse segmento se torne produtivo e se insira em cadeias produtivas, fazendo-se investimentos em eletrificações e meios de comunicação, para que não se crie uma nova clientela, um novo conjunto de dependentes do Estado. O horizonte da política deve ser o de torná-los agentes produtivos dignos e participantes do processo.

Concordo inteiramente que é preciso uma atenção muito especial e muito privilegiada nessa área.

Com relação a alguns resultados, vou apresentá-los de forma extremamente rápida.

O primeiro resultado mais importante da estratégia geral evidentemente tem a ver com o fato de que se baixou a inflação de 2% ao dia para 2% ao ano, que será a taxa de inflação de 1999. Há uma diferença: são quatro ou cinco anos de estabilidade.

Em segundo lugar, mudou brutalmente a capacidade do país de atrair investimentos. Em 1991, 1992, 1993 e 1994 atraímos cerca de 2 bilhões de reais. Em 1998, seremos capazes de atrair volumes de investimento da ordem de 50 bilhões de reais. Vai ser um resultado importante.

Isso aqui é o que aconteceu com o PIB *per capita*. Depois de um período de incerteza e de declínio do PIB *per capita*, estamos há quatro ou cinco anos com crescimento moderado, pequeno, mas sustentado do produto *per capita*.

Uma outra indicação dos resultados na área econômica é a relação salário mínimo/cesta básica. Já há algum tempo estamos conseguindo que o preço da cesta básica em relação ao salário mínimo permaneça estável, melhorando o poder de compra do salário mínimo.

Outro resultado extremamente importante. As colunas em azul indicavam o que estava acontecendo com a renda de cada um dos decis da distribuição de renda, os mais pobres e os mais ricos. No período que vai de 1990 a 1992, todos os segmentos estavam perdendo renda. No período de 1992 a 1994, de exacerbação inflacionária, a desigualdade aumentava: os segmentos mais baixos perdiam renda enquanto os segmentos mais altos estavam ganhando renda.

Entre 1994 e 1996 todos os segmentos passaram a melhorar a renda, muito mais os segmentos mais baixos, provocando uma ligeira, mas não muito significativa, mudança na distribuição de renda até 1996.

Aqui temos os resultados por alguns dos programas.

Dotaram-se 43.600 escolas de *kit*; 280 milhões de livros foram entregues; 1.506 equipes de agente de saúde atuando em 491 municípios; distribuíram-se 25 milhões de cestas básicas. Na agricultura familiar, concedidos 280 mil créditos na ordem de 1,3 bilhão de reais. Só no ano passado foram qualificados 2 milhões de trabalhadores, no programa PLANFOR.

Chamo a atenção, especialmente, para a área de reforma agrária. Sem nenhuma dúvida, realizou-se, nos últimos quatro anos, o maior programa de reforma agrária da

história do país. Nesse período, tanto em termos de quantidade de terras quanto em termos de família assentadas em comparação com períodos anteriores, não cabe dúvida de que foi um período extremamente ativo do ponto de vista da reforma agrária. Na verdade, foram assentadas mais famílias do que se assentou em todo o período anterior.

Outro resultado extremamente importante é visto nesse mapa. No mapa de cima, há quanto cada município do Brasil recebia em termos *per capita* para o atendimento básico de saúde.

A área em vermelho no segundo mapa significa a área do Brasil que foi beneficiada com as mudanças no PAB. Agora todos os municípios recebem um piso básico de R\$ 10,00 por pessoa/ano. É fácil perceber como essa medida beneficiou a imensa maioria do país. A área vermelha é o que os municípios hoje recebem a mais do que recebiam *per capita* em toda a sua história. Portanto, é uma corroboração a mais de que não está havendo negligenciamento nem com a área de educação nem com a área de saúde, especialmente no que se refere à saúde básica.

Talvez os dois resultados mais significativos que resumam tudo isso é que entre 1993 e 1995 houve uma significativa melhoria na proporção de famílias pobres: 10 milhões de famílias saíram da linha de pobreza. Esse resultado não é desprezível.

Talvez o resultado mais interessante, resumo do que aconteceu, graças não só ao Governo, certamente, mas à ação crescente da sociedade civil e da parceria entre o Governo e a sociedade civil, seja a redução da mortalidade infantil que ocorreu nessas regiões. Essas cifras não são do Governo, mas da Pastoral da Criança.

Vou ter de encerrar a exposição.

Costumo dizer que, atualmente, quando olho para a questão social do Governo, estou na função de dizer o quanto conseguimos encher de um imenso copo vazio. Procurei mostrar como temos trabalhado para enchê-lo. Os senhores avaliarão: um terço, um quarto, metade. Em nenhum momento desconheço que existe uma proporção muito grande do copo que precisa ser preenchida. Por isso acredito que só poderemos vencer essa grave situação de pobreza se nos dedicarmos com afinho e com persistência a sanar essa imensa dívida social.

Termino trazendo uma palavra do Senhor Presidente. Ontem, quando comentei que viria aqui, Sua Excelência me pediu que dissesse, em primeiro lugar, que agradece a colaboração recebida da sociedade civil, em uma multiplicidade de iniciativas, e espera continuar contando com essa colaboração porque tem a absoluta convicção de que sem a ajuda fundamental da sociedade civil o Governo nada pode.

Muito obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (Gilson Assis Dayrell) – Mais uma vez reitero o que disse aqui, no início: todos nós nos beneficiaríamos do brilho da inteligência do Prof. Vilmar Faria. Desde já ele está convidado a voltar aqui quantas vezes desejar para trazer as novas informações a este Conselho.

Quero agradecer ao Prof. Vilmar Faria pela presença e pelas referências que fez a este Conselho, particularmente as vindas do Senhor Presidente da República.

Convoco os Conselheiros para estarem aqui novamente às 14 horas, quando iniciaremos a segunda parte da nossa reunião de hoje, debatendo com os diversos Conselheiros que estarão aqui presentes, e tendo a oportunidade de ouvir o Dr. Augusto Franco, do Comunidade Solidária.

Esta reunião de hoje acaba sendo uma integração de vários atores da área social no momento em que iremos discutir as questões mais importantes que atualmente afligem a todos nós, brasileiros.

Muito obrigado, Professor.

VILMAR FARIA – Presidente, deixei de comentar uma questão que me parece absolutamente importante: erradicação do trabalho infantil.

Posso dizer, com relação a isso, duas coisas. Primeiro, parece-me, do ponto de vista pessoal e político, imoral que exista trabalho infantil no Brasil, particularmente trabalho infantil em condições degradantes, prejudiciais e adversas. Acredito que seja absolutamente fundamental que o Governo empenhe toda a sua energia na erradicação do trabalho infantil.

Por outro lado, não se erradica o trabalho infantil nos corredores dos Ministérios.

A erradicação do trabalho infantil se dá na ponta da linha, lá embaixo, no distrito, no bairro. A erradicação do trabalho infantil deve ser uma parte muito importante daquilo que chamei de prioridade para o futuro, que é desenvolvimento local integrado. O trabalho infantil deve ser inscrito nisso.

Também deixei de fazer um pequeno comentário com relação a uma pergunta feita pelo último Conselheiro a se pronunciar. Embora eu tenha dito que não há queda nos recursos da área de educação e de saúde, evidentemente existe um debate sobre a linha divisória de financiamento de instituições que têm fins lucrativos disfarçados e daquelas que não têm esse fim.

No entanto, há um ponto fundamental nessa questão toda: os direitos trabalhistas das pessoas que trabalham nessas organizações. O Governo efetivamente tem uma opinião: os direitos desses trabalhadores não podem ser prejudicados e, portanto, é preciso examinar a forma das isenções. É um pouco absurdo que se prive um trabalhador da sua contribuição previdenciária, uma vez que o sistema é de repartição. Portanto, não se pode confundir as coisas. É preciso ter muito cuidado para não jogar a criança fora com a água do banho. Certamente não se pode deixar a criança o tempo todo na água porque a água esfria e a criança fica doente. É preciso tirar a criança apropriadamente da água do banho. É isso que está sendo feito e discutido. Na minha opinião pessoal, essa legislação carece de um melhor equacionamento para que possamos separar o joio do trigo.

Muito obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (Gilson Assis Dayrell) - Está suspensa a nossa reunião.

PRESIDENTE (Gilson Assis Dayrell) - Boa-tarde, Conselheiros. Vamos reiniciar os nossos trabalhos. Já estamos com certo atraso e alguns Conselheiros terão que se retirar mais cedo.

Solicito que o Dr. Augusto Franco componha a Mesa.

Vamos dar prosseguimento à nossa pauta da reunião, passando ao item 4: Política Nacional de Assistência Social.

Todo o esforço que fizemos de ter hoje tanto a Casa Civil, quanto o Dr. Augusto de Franco e a Secretaria Nacional de Assistência Social, tem uma razão muito importante: o desdobramento de uma discussão que se torna imperativa para nós, sobre a Política Nacional de Assistência Social, nesta parte da tarde.

Conforme todos os Conselheiros sabem, embora já tenha havido uma apresentação de um documento a respeito do assunto, não houve ainda uma manifestação formal do Conselho a esse respeito. Então, para começarmos o assunto, gostaria de passar a palavra ao Dr. João Cândido, Secretário de Assistência Social, para que ele faça uma exposição inicial a respeito de como vamos discutir e tratar esse assunto aqui no Conselho.

Vou passar a palavra ao Dr. João Cândido, depois poderemos fazer um pequeno debate sobre o assunto. Logo em seguida, ouviremos o Dr. Augusto Franco, que terá que se retirar mais cedo.

Passo a palavra ao Dr. João Cândido, para que faça as suas considerações.

JOÃO JOSÉ CÂNDIDO DA SILVA - Quero agradecer o convite do Presidente do CNAS, Dr. Gilson Dayrell e a todos os Conselheiros. Gostaria de registrar a presença da Dra. Albamaria, uma das nossas diretoras, e da Dra. Tânia Monteiro. O Dr. César esteve aqui hoje de manhã. Eles são os três diretores da área da Assistência Social.

Temos ciência de que existe um documento de Política Nacional de Assistência Social circulando no CNAS, que já foi amplamente debatido com todas as instâncias, mas que necessita de mais debate. Tendo em vista a mudança na condução da Secretaria de Assistência Social, especialmente em virtude das orientações básicas que o Sr. Ministro Waldeck Ornélas determinou, gostaríamos de fazer uma proposta ao CNAS. Tal proposta decorre não só dessa mudança determinada pelo Ministro Ornélas, como também das que estão sendo feitas na

Secretaria, além de há outros fatores prementes da Política Social do Governo, dos novos enfoques dados à área social. Inclusive as atuais inferências feitas pelo Prof. Vilmar Faria, Secretário-Executivo da Câmara de Política Social do Governo, levam-nos a propor a revisão do documento que hoje está circulando no Conselho.

Nossa sugestão, diante de todas essas modificações na condução, na filosofia e na política, é que rapidamente possamos formar grupos de trabalho com a SAS, Secretaria de Assistência Social, com o CNAS, com a Casa Civil, com o FONSEAS e o FONGEMAS e possamos reescrever esse documento, dentro desses novos enfoques, em um prazo muito curto. Talvez em novembro possamos ter um novo documento de Política Nacional de Assistência Social. Esta a proposta.

Metodologicamente, seria feito um roteiro em que obedeceríamos rigidamente os dispositivos constitucionais, o que pragmatiza a LOAS, a Lei nº 8.212, as medidas provisórias em vigor e, de novo, a norteadora exposição do Prof. Vilmar Faria feita hoje, neste Conselho.

Levando em consideração todos esses dispositivos, reescreveremos rapidamente essa Política Nacional de Assistência Social e submeteremos ao Conselho um documento pactuado entre o Governo, por meio da SAS, o Conselho, o FONSEAS e o FONGEMAS.

Com isso teremos objetivos comuns. A busca de metas comuns nessa política, evitará tensões entre vários segmentos da sociedade, e trabalharemos mais juntos e com menos obstáculos. Esse é o nosso objetivo.

Temos que entrar em acordo quanto ao prazo.

A metodologia já expus: grupos de trabalhos que poderiam trabalhar juntos nessas áreas.

Uma vez aprovado o documento da Política Nacional de Assistência Social, passaremos rapidamente para rever os programas de execução que existem dentro da Assistência Social.

Há várias propostas que eu gostaria de fazer ao Conselho. Há várias propostas nas quais gostaria de estar trabalhando com o FONGEMAS e o FONSEAS para trazer ao Conselho, para modificar algumas atuações da Secretaria, mas pretendo dar legitimidade a todos

os programas que estão sendo tocados, e abrir o controle social para o conselho estadual. O compromisso que tenho com o FONSEAS é de abertura com os conselhos estaduais; e com o FONGEMAS, de abrir esse compromisso com os conselhos municipais.

Há várias idéias circulando na Secretaria.

Centralizamos muitas coisas e hoje a Secretaria está atulhada de papel. Dou um exemplo: as prestações de contas. São coisas horrorosas. No âmbito central, tentar dizer que existe esse número de crianças, de idosos ou de portadores de deficiência lá na base, e ainda dizer aqui que estão sendo atendidos com qualidade é difícil.

Os conselhos municipais podem atestar trimestralmente esse fato. Isso tem validade legal, pelo amor de Deus. Pode vir para nós só uma comunicação de que está atestado.

Ao se aprovar a política e ter um rumo, um norte, começa a se mudar também a NOB, Norma Operacional Básica, que está eivada de política. Mas ela tem que ser uma norma operacional. A política está em no documento de Política Nacional de Assistência Social. A Norma Operacional Básica é uma norma para operar isso. Vamos simplificar. A NOB é um livro, e não deve passar de três ou quatro folhas. Vamos simplificar as nossas relações. Temos que acreditar nos órgãos que criamos, os conselhos municipais, pois sua criação foi estimulada pelo Conselho Nacional e baseada em uma legislação aprovada pelo Congresso Nacional, a LOAS.

Existem conselhos municipais de erradicação do trabalho infantil, existem conselhos de assistência social, da proteção dos idosos, da cidadania. Eles têm que fazer parte e referendar aquilo que está sendo repassado ou não para os municípios no que se refere ao *per capita* etc.

Vamos ter que modificar esses critérios de financiamento e deixá-los claros. A responsabilidade é do governo federal, estadual, municipal e também da sociedade. Se não tivermos um documento de política norteadora das nossas ações, legitimada e referendada pelo Conselho, não teremos segurança para estabelecer todas essas modificações que pretendemos fazer até o final do ano.

O prazo que tenho é 31 de dezembro de 1998. É o prazo que tenho para permanecer nessa Secretaria, e gostaria de realizar essa tarefa, com a ajuda de vocês, do FONSEAS e do FONGEMAS. Obrigado.

PRESIDENTE (Gilson Assis Dayrell) - Acho que o Secretário Nacional de Assistência Social foi bem claro, e devemos entender que esse documento, que circula atualmente no Conselho, deve merecer uma revisão.

A proposta é que dessa revisão participem aqueles que não só têm um interesse imediato no documento, como é o caso da SAS, mas também aqueles, como nós, que precisam ter uma política que oriente a ação do Conselho em suas funções, inclusive as cartoriais.

O que se abre aqui é uma conversa sobre como constituir esses grupos para fazer esse trabalho. Já que o prazo que estamos nos dando é até o final do ano, teremos a oportunidade de levar essas questões para a nossa reunião ampliada, que será realizada em Belém. Será uma oportunidade muito boa de conversarmos com o Brasil sobre esse assunto. Será uma oportunidade excelente para verificar como os Conselhos, tanto estaduais, como municipais, podem também participar dessa política. Até novembro ou dezembro já estaremos com um documento para voltar ao Conselho e com o referendo de todos os envolvidos na sua elaboração.

O Secretário foi muito claro. Está trazendo uma posição de muita prudência, porque não adianta discutirmos um documento que a própria SAS considera que deverá ser revisto.

Consulto os Conselheiros sobre a sugestão trazida pelo Secretário, e pergunto como poderemos montar esses grupos, para realizar esse trabalho.

Havia solicitado a presença da Dra. Ceres, mas deve ter havido algum impedimento que tenha tornado impossível sua vinda aqui, pois gostaríamos que esse trabalho contasse também com esse entrosamento com a Casa Civil, conforme expôs o Dr. João Cândido.

Vou passar a palavra para a Conselheira Rosângela.

ROSÂNGELA DIAS DE OLIVEIRA DA PAZ - Concordo que é um momento importante para formar os grupos de trabalho e rever aquele primeiro documento. Mas me parece importante que tenhamos como meta a definição de um documento de política. Mesmo que não consigamos abranger todos os aspectos, é preferível ter uma primeira versão do documento

aprovada no Conselho de Política Nacional a não ter nenhuma política nacional. A ausência de um documento de política nacional parece-me prejudicial para conseguir pelo menos dar um passo. Depois, podemos ir construindo e melhorando esse documento.

Nesse sentido, concordo com o encaminhamento feito: talvez já possamos pensar em uma discussão sobre o documento para a nossa reunião de setembro, para que em outubro, na reunião ampliada, tenhamos algo a apresentar e não deixemos tudo para novembro.

A minha preocupação é que não consigamos resolver tudo. A tarefa é grande. Há uma série de questões em relação ao documento que já discutimos em outros momentos, em outros seminários.

Essa é uma prioridade do Conselho, não apenas da Comissão de Normas. Todos os Conselheiros devem retomar o documento e já devemos pensar em uma discussão organizada do documento, para ver que pontos começaremos a abordar em setembro. Essa deveria ser uma discussão que envolvesse todos, não apenas a Comissão de Normas, para que realmente tenhamos o objetivo de, em outubro, fazer uma discussão ampliada e, em novembro, estar fechando esse documento, para a SAS poder encaminhá-lo.

PRESIDENTE (Gilson Assis Dayrell) - A Conselheira está sugerindo que na reunião de setembro já tenhamos aqui um boneco, com roteiro e metodologia já acertados.

Nessa discussão já poderíamos trazer observações e também levar, para a reunião ampliada de outubro, algo trabalhado internamente dentro do Conselho.

A Conselheira fez a sugestão que esse boneco seja preparado em conjunto pela SAS, Conselho e Casa Civil. Concorde com essa metodologia?

ROSÂNGELA DIAS DE OLIVEIRA DA PAZ - Concorde.

ANTÔNIO LUIZ P. RIBEIRO LEITE DE BRITO - Quero dizer que meu pensamento é igual ao do Secretário no que diz respeito à necessidade de se provocar os conselhos municipais.

Apesar de as funções dos conselhos estaduais e municipais, até o momento, estarem evoluindo muito, não o estão proporcionalmente ao processo de descentralização que estamos preconizando aqui no Distrito Federal, uma vez que está chegando aos municípios apenas na linha do repasse do recurso.

O que havia sido discutido desde o início, e foi passado para os conselhos municipais há mais ou menos dois anos, foi que teríamos a função de planejador: por intermédio do plano municipal, teríamos a função de montar o fundo e, a partir daí, o recurso chegaria — isso nos foi dito e pode ser comprovado, se o Conselho Nacional quiser. Os municípios meramente cumpriram funções burocráticas, isto é, fizeram seus planos, muitas vezes seguiram o plano de outros municípios ou até o próprio plano nacional, e montaram o fundo sem nem saber qual a sua operacionalização.

Agora, sugiro mais ainda. A SAS tem um papel na formulação desse novo documento, mesmo que não possamos chegar a isso, mas o Conselho Nacional tem o papel inclusive de influenciar os conselhos estaduais e municipais. Temos que provocar os Conselhos municipais a participarem, mesmo que de uma forma ainda incipiente, pois não temos política municipal ou estadual de assistência social na maioria dos municípios brasileiros.

Construir uma política nacional sem pelo menos alguns modelos municipais e estaduais seria uma teoria. Faríamos e aprovaríamos apenas mais um documento teórico, que não teria pelo menos a experiência, ou algumas políticas mais ou menos desenhadas para termos uma noção regional do que podemos ter como política no âmbito do País.

Sugiro, nesse processo de formação da Política Nacional, que o Conselho Nacional possa provocar alguma discussão sobre o assunto, juntamente com os Estados e municípios que já têm alguma política. Os que tiverem, remetam para nós, para que possamos trabalhar em função de algo mais ou menos concreto, que subsidie o documento. Pode ser na Comissão de Política, mas não sei como seria. Penso algo na linha que o Secretário expôs. Foi bastante interessante ele citar os conselhos municipais que são sempre deixados de lado, e às vezes isso dificulta o processo.

MARIA DE FÁTIMA DE A. FERREIRA - Os encaminhamentos dos dois Conselheiros que me antecederam foram muito bons.

Quero acrescentar algo extremamente importante: nesse processo da Política não se pode esquecer que fizemos duas conferências, principalmente a 2ª Conferência Nacional, que teve deliberações importantes dos conselhos estaduais e municipais. Eles já avançaram e esse avanço é o que vamos mobilizar. Concordo com você.

Vamos ter que rever o documento da conferência, verificar quais as deliberações, fazer um trabalho que foi iniciado e temos que continuar para dar uma resposta. Não adianta ficar fazendo conferências sem dar as respostas conseqüentes a elas.

Há uma segunda questão. Penso que esse trabalho não deveria ficar só a cargo da Comissão de Política. Ela pode ter peso maior, mas proponho que, em determinados momentos, façamos reuniões de grupo formado por Comissões diferentes, pois esse assunto envolve todas as comissões.

PRESIDENTE (Gilson Assis Dayrell) - A de Normas e a de Orçamento.

MARIA DE FÁTIMA DE A. FERREIRA - Exatamente. Envolve todas. Não adianta fazer uma política, onde não teremos o respaldo econômico, e essa questão da NOB é fundamental.

Faço essas duas propostas.

TÂNIA MARA GARIB - Quero parabenizar a SAS. Se essa atitude tivesse sido tomada no início do processo de implantação da LOAS, provavelmente estaríamos bem mais avançados na implantação dessa lei e na execução de uma política, da qual pelo menos existe um esboço.

De qualquer forma, como Conselheira do CNAS sinto-me gratificada. Estou começando a achar a razão do porquê estarmos aqui, principalmente no que diz respeito ao processo de descentralização, não só a descentralização das ações governamentais, mas

fundamentalmente a descentralização nos Conselhos, para que se chegue até o conselho municipal.

Gostaria de dizer, Fátima, que a Comissão de Política já está analisando todas as proposições e deliberações da Conferência Nacional. Inclusive estamos relacionando, de cada eixo temático, de cada proposição, o seguinte quadro: o que fazer, a proposição, a deliberação da conferência; como fazer; quem deve fazer e o que o CNAS está fazendo ou já fez a respeito. Isso foi tarefa de casa de cada Conselheiro da Comissão de Política. Esperamos acabar isso na próxima reunião, pois alguns não trouxeram a tarefa de casa. Há tarefas para as Comissões de Financiamento e de Normas. Não é prepotência da Comissão de Política, mas as deliberações dizem respeito a essas Comissões. Esperamos que, na próxima reunião, já tenhamos esses dados, pois vão contribuir na proposta.

Concordo, também, que devamos, o mais urgente possível, ter uma proposição de política nacional.

Quero trazer uma manifestação, falando pelos municípios — não está aqui o Dr. César, representante do FONSEAS, mas isso também se passa no âmbito do Estado.

Historicamente, há uma grande dependência do município e do Estado em relação à União. Espera-se sempre que a União dê algumas linhas, para que haja a decodificação disso nos Estados e municípios. Já que estamos propondo fazer esse trabalho conjunto com os Fóruns de Secretários Estaduais, de gestores municipais, com o CNAS e a SAS, penso que podemos sugerir que esse mesmo processo seja desencadeado nos Estados e municípios em uma segunda etapa.

Nem sei se teremos uma proposta de política acabada e ideal até novembro, até o final do ano. Pelo menos temos, como disse a Conselheira Rosângela, uma proposta de política que pode nortear Estados e municípios, e vamos aprimorando essa proposta. O ato louvável é esta busca de parceria para elaborar um documento que já sai pactuado, e que ninguém fique brigando, dizendo que o direito é meu ou é seu. O direito é do cidadão brasileiro que, em última análise, é o usuário da Assistência Social.

JOSÉ CARLOS LASSI CALDEIRA - Ano passado tivemos acesso ao documento produzido pela SAS sobre a Política Nacional de Assistência Social, que particularmente avalio ser um documento que precisa ser considerado. Talvez ele não contemple tudo o que os fóruns de organizações de Assistência Social levantaram na área das políticas de assistência social durante a Conferência, mas é um documento que tem o seu valor. Não devemos ficar sempre repisando ou desprezando aqueles documentos que já constituíram um determinado passo na questão do estabelecimento. Não aprovamos esse documento. Essa foi a verdade.

Aprovamos a NOB e a sua sistemática, que diz respeito à operacionalização da política nacional do jeito que está hoje. Sobre isso, vejo problemas de toda a ordem nesses dois instrumentos. Inclusive um deles é muito sério e está trazendo impossibilidade para os conselhos estaduais e municipais.

Este Conselho aprovou a NOB depois de ela ter sido publicada. Temos as atas e as gravações que dizem o seguinte: ela deveria estar incorporando determinados pressupostos legais, determinadas reorientações no seu corpo e isso não foi publicado.

Os conselhos estaduais, assim, têm a NOB e a sistemática de financiamento que não foram aprovadas pelo Conselho. Esse fato está criando um problema operacional muito sério.

Temos também que pegar a NOB, inclusive porque está inviabilizando uma série de projetos lá na base dos conselhos municipais.

PRESIDENTE (Gilson Assis Dayrell) - Conforme o Secretário inclusive expôs, a NOB é consequência imediata da política. As observações do Conselheiro José Carlos foram muito bem lembradas.

Não sei se o Dr. Luiz Geraldo pediu a palavra.

LUIZ GERALDO DE MATTOS - Pedi.

PRESIDENTE (Gilson Assis Dayrell) - Então, depois vamos ter novamente a manifestação do Secretário João Cândido.

LUIZ GERALDO DE MATTOS - Dr. João Cândido, gostaria apenas de um esclarecimento. Nesse novo estudo gostaria de me orientar com relação ao segmento do portador de deficiência.

Na Secretaria de Ação Social existe uma área destinada a dar um atendimento mais direto ao portador de deficiência, é uma coordenadoria de atendimento ao portador de deficiência. Qual é a posição dessa coordenadoria no organograma da Secretaria neste momento?

PRESIDENTE (Gilson Assis Dayrell) - Passo a palavra ao Dr. João Cândido que, depois desse esclarecimento, poderá encerrar sua intervenção.

JOÃO JOSÉ CÂNDIDO DA SILVA - Quero responder ao Conselheiro que na estrutura formal da Secretaria não existe essa coordenadoria — se vocês olharem o *Diário Oficial* do dia 6 de agosto, verão que a estrutura está lá publicada. Entretanto, há pessoas com o título de coordenadores, que atuam nessa área de portadores de deficiência. Precisamos organizar isso dentro da Secretaria. Existem esforços muito grandes de trabalhos, de áreas, mas não estão sistematizados dentro da Secretaria.

Toda a Secretaria deveria ser montada a partir de uma política. Não estabelecida a política, está montada a partir das necessidades antigas e novas que vão acontecendo dentro do Governo. Por quê? Não existe uma base de montagem, um organograma, como o senhor disse, em que possamos atuar com segurança. A minha resposta não está sistematizada lá dentro, mas existem pessoas e coordenadorias que estão atuando nessa área.

LUIZ GERALDO DE MATTOS - Existe de fato, não de direito.

JOÃO JOSÉ CÂNDIDO DA SILVA - Exatamente.

LUIZ GERALDO DE MATTOS - É uma pena. Vamos ver se conseguimos implantar, pois é muito importante para nós, inclusive para o cumprimento da legislação. Há muita coisa aprovada e decidida, como o José Carlos disse, que precisa ser implementada e não pode ser desprezada. Nesses estudos não podemos abandonar o que já está pronto. Não podemos parar também de trabalhar e ficar só voltados para os estudos. Temos que continuar o nosso trabalho normal, implementando esses estudos. Muito obrigado.

JOÃO JOSÉ CÂNDIDO DA SILVA - Quero terminar dizendo que a minha proposta não é abandonar o documento que já existe circulando aqui, mas reescrevê-lo, com todos esses enfoques novos das conferências, das novas exposições, como a Política Social do Governo, com toda a legislação existente. Temos só que reescrever, não vamos inventar.

JOSÉ CARLOS LASSI CALDEIRA - Nesse caso estamos absolutamente de acordo.

JOÃO JOSÉ CÂNDIDO DA SILVA - Eu não disse que faria um documento novo.

JOSÉ CARLOS LASSI CALDEIRA - Entendemos nessa perspectiva mesmo.

JOÃO JOSÉ CÂNDIDO DA SILVA - Há outra coisa. Não será o documento da Política a panacéia que irá solucionar o funcionamento da Secretaria. Não! Por trás das políticas, existem pessoas que podem atuar de acordo com ela, ou podem atuar contra ela. Mas uma vez estabelecido esse pacto de ação com os Conselhos, com a Câmara Setorial de Política Social do Governo, com o FONSEAS, com o FONGEMAS e especialmente com a representação da sociedade, que está neste Conselho, daí em diante vamos ter mais segurança para enfrentar e buscar os recursos necessários para implementar as políticas definidas, porque elas são previamente pactuadas.

É isto o que quero dizer claramente aos senhores: o investimento do Governo na área social cresceu, sim, mas todas as vezes em que temos que buscar recursos para a área

social, temos que provar que somos competentes. Não adianta atirar na equipe econômica. Temos que provar que somos competentes e só conseguimos isso quando temos metas definidas dentro de uma política pactuada. Se tivermos metas definidas e cumprirmos os passos dentro de uma política pactuada, conseguiremos ter a credibilidade do Governo como um todo. Muito obrigado.

PRESIDENTE (Gilson Assis Dayrell) - Proponho que as comissões técnicas do CNAS, juntamente com suas coordenações e a Diretoria da SAS, envolvida na elaboração e revisão desse documento, possam se reunir imediatamente, fazer uma proposta de trabalho, para que possamos distribuir as tarefas.

Sugiro que possamos contar, nessa reunião, com a presença de alguém indicado pela Casa Civil para nos acompanhar nesse trabalho. Já podemos marcar a data. O Secretário já está querendo marcar uma data.

Na segunda-feira faremos essa reunião para começar o trabalho. Hoje é quinta-feira. Daria a oportunidade de todos, no final de semana, imaginar quais seriam os requisitos necessários para esse grupo de trabalho funcionar. Peço ao Secretário-Executivo do CNAS que...

MARIA DE FÁTIMA DE A. FERREIRA - Quero saber quem é o grupo de trabalho.

PRESIDENTE (Gilson Assis Dayrell) - Para propor um roteiro de trabalho, o grupo deveria ser composto pelos coordenadores das comissões técnicas do CNAS, com os respectivos funcionários internos, que no fundo vão dar o suporte ao trabalho operacional, juntamente com aqueles elementos que a diretoria da SAS considerasse necessários para integrar esse grupo de trabalho.

MARIA DE FÁTIMA DE A. FERREIRA - Concordo com isso. Só peço para ser na terça-feira, em vez de segunda-feira, em função do deslocamento dos Conselheiros.

PRESIDENTE (Gilson Assis Dayrell) - São três Conselheiros: da Comissão de Normas, da de Financiamento e da de Política. O pessoal interno do CNAS estará à disposição.

MARIA DE FÁTIMA DE A. FERREIRA - Está bem fazer na terça-feira, Ângela?

PRESIDENTE (Gilson Assis Dayrell) - Se terça-feira for possível, no dia 25 já faremos uma reunião para tentar trazer cada um a sua contribuição, para a montagem de um esqueleto do trabalho.

Convocaremos para essa reunião alguém da Casa Civil que possa nos acompanhar.

Se todos estiverem de acordo, peço ao Secretário-Executivo do CNAS que tome as providências necessárias no sentido de que possa ocorrer essa reunião.

ÂNGELA SILVIA COSTA DE PAULA - Será às 9h30min?

PRESIDENTE (Gilson Assis Dayrell) - Será às 9h30min.

JOÃO JOSÉ CÂNDIDO DA SILVA - Já teria a presença da SAS?

PRESIDENTE (Gilson Assis Dayrell) - Sim.

JOÃO JOSÉ CÂNDIDO DA SILVA - Então, a Dra. Albamaria, diretora, está designada para, junto com o Dr. Maia, tomar as providências para a reunião.

PRESIDENTE (Gilson Assis Dayrell) - Para tomar as providências logísticas para que possa acontecer essa reunião.

Gostaria de perguntar aos senhores onde poderíamos fazer essa reunião, se na SAS ou no CNAS?

JOÃO JOSÉ CÂNDIDO DA SILVA - No CNAS. Já tem o material lá e tudo o mais.

PRESIDENTE (Gilson Assis Dayrell) - Está de acordo, Alba? (Pausa)

O FONGEMAS estará representado, porque a Tânia estará lá. O FONSEAS será representado pelo Conselheiro César, que estará aqui daqui a pouco, e teremos oportunidade de comunicar isso a ele.

Solicito que cada um dos envolvidos nesse trabalho possa trazer, na reunião de terça-feira, algumas sugestões sobre a forma de produção desse documento. Não só em termos de roteiro e de metodologia, mas também na forma de produção do documento, pois vamos ter que apresentar um documento final, que será, evidentemente, de responsabilidade desse grupo de trabalho mas, pela lei, é da responsabilidade da SAS. Temos que ver como vamos fazer para que seja editado e venha depois para o CNAS. Todas as sugestões serão bem-vindas.

JOSÉ CARLOS LASSI CALDEIRA - Quero ainda aproveitar a presença do Secretário aqui, porque o Presidente da APAE de Maceió está aqui do meu lado e há uma demanda exatamente com relação à NOB, a Norma Operacional Básica.

Este Conselho aprovou, juntamente com a SAS, na última reunião do ano passado, que a Lei nº 8.666, a que trata de contratos administrativos, estivesse entre os pressupostos legais da NOB, para possibilitar que as instituições prestadoras de serviço recebessem pelos serviços prestados e pudessem utilizar esses recursos para aquilo que fosse necessário no cumprimento dos objetos dos contratos e convênios. Ele está me dizendo que, por outras razões, a grande parte dos conselhos municipais têm entendido diferente, porque a NOB publicada não trouxe a Lei nº 8.666, embora o Conselho tenha exposto essa questão.

Na verdade, acontece que a prefeitura de Maceió glosou o pagamento de todas as instituições, porque pensa que não podem pagar os funcionários. Mas uma prestação de serviços que não se pode pagar funcionários não existe. Isso está acontecendo com as creches, com os idosos, com os portadores de deficiência de uma forma generalizada no Brasil.

Quero aproveitar a sua presença aqui, pois em Maceió, desde março, eles não recebem. Há uma equipe técnica de vinte e tantas pessoas para serem pagas. Penso que eles têm que saber que este Conselho aprovou a NOB, com a Lei nº 8.666, que permite os contratos e a utilização dos recursos com a maior flexibilidade para o atendimento disso. Acontece que os conselhos municipais estão entendendo que ainda é um instrumento conveniente e não pode pagar o funcionário. Isso não existe.

ALBAMARIA PAULINO DE CAMPOS ABIGALIL - José Carlos, só um minutinho.

JOSÉ CARLOS LASSI CALDEIRA - Estou expondo a posição real de uma pessoa que veio da cidade de Maceió, e isso está se repetindo no Brasil inteiro.

PRESIDENTE (Gilson Assis Dayrell) - Após os esclarecimentos da Dra. Albamaria, passaremos à palestra do Dr. Augusto de Franco.

ALBAMARIA PAULINO DE CAMPOS ABIGALIL - Estamos nos comprometendo a republicar, no *Diário Oficial*, esse artigo abolido da NOB. Na verdade, o Conselho aprovou a NOB com restrições, para que ela fosse revista em fevereiro, e isso não foi possível.

Poderíamos aprovar, para revê-la logo após a aprovação da política. Mas vamos republicar esse artigo.

MARIA DE FÁTIMA DE A. FERREIRA - Aliás, esta é uma das deliberações da Conferência: rever a NOB.

JOSÉ CARLOS LASSI CALDEIRA - Essa questão específica que a Albamaria citou, o pressuposto da Lei nº 8.666...

ALBAMARIA PAULINO DE CAMPOS ABIGALIL - Está afetando a prática.

JOSÉ CARLOS LASSI CALDEIRA - ...teria que ser para a semana que vem, pois uma instituição não pode ficar sem receber desde março.

ALBAMARIA PAULINO DE CAMPOS ABIGALIL - Está certo. Já nos comprometemos em fazer a correção, José Carlos.

TÂNIA MARA GARIB - Quero citar, José Carlos, que exatamente o Secretário de Maceió me ligou em maio, para tratar do problema da APAE, para ver se no âmbito do Fórum de Gestores tínhamos uma resposta. O único Tribunal de Contas de Estado que tem uma norma regulamentando o que se pode e o que não se pode fazer é o Tribunal dos Municípios de Goiás.

Anteontem, passei a tarde inteira com o Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul, implorando a ele que faça uma norma, pois os tribunais estaduais entendem que, se foi delegada competência aos tribunais, eles têm de legislar de acordo com as normas do tribunal estadual.

Essa questão não vai dar para esperar a política, não vai dar para esperar a NOB. Tem que sair algo emergencial, pois as instituições estão sofrendo consequências.

Vou citar um exemplo particular. O presidente do Tribunal de Contas do Mato Grosso do Sul entende que ação continuada é ressarcimento, então tudo o que se refere à manutenção é válido, e ele entende que pessoal é manutenção. Antes dessa conversa eu não tinha nem coragem de repassar os recursos de maio e junho, já repassados para os municípios, por ter essa dúvida, por não saber ao certo.

Há exemplos, como o da Prefeitura de Recife, que está fazendo um carimbo e passa nas instituições carimbando as notas dos serviços efetuados, para ter uma garantia de que amanhã não vai ser pega.

Vou dizer mais a vocês: na última reunião da Diretoria do Fórum chegamos a uma conclusão. Foi dito lá que, se esse assunto não for esclarecido urgentemente, daqui a um ou dois anos o destino dos gestores municipais de assistência social será a cadeia, pois cada tribunal de contas entende essa situação de uma forma diferente.

JOÃO JOSÉ CÂNDIDO DA SILVA - Rapidamente vou encerrar esse assunto.

A norma será republicada semana que vem.

Penso ser de uma idiotice muito grande fazer uma interpretação desse tipo, como os tribunais estão fazendo. Do contrário, todos os dirigentes do SUS teriam que estar na cadeia. Todos os pagamentos do SUS, de trinta anos até hoje, são feitos por prestação de serviço, e os hospitais privados contratam pessoal com esse dinheiro. Lá não está citada a Lei nº 8.666. Não há nada disso citado.

Vim do Ministério da Saúde, fui Secretário de Projetos Especiais até maio deste ano. No contrato existente entre a iniciativa privada e o Governo não há nada escrito sobre isso. Simplesmente o hospital está sendo contratado para prestar serviços de saúde, ele paga pessoal e tudo o mais e não há questionamento dos tribunais de contas. Fomos nós quem levantamos uma lebre que não deveríamos ter levantado. Essa é minha interpretação.

Formalmente, comprometo-me a republicar rapidamente para tirar os transtornos da vida de vocês.

PRESIDENTE (Gilson Assis Dayrell) - Vamos dar prosseguimento aos nossos trabalhos.

Vamos ao item 8 da pauta que, por inversão, passou a ser o 5: a exposição do Dr. Augusto de Franco sobre o Projeto de Lei do Marco Legal do Terceiro Setor.

Inicialmente, devo dizer ao Dr. Augusto de Franco que é um grande prazer e satisfação este Conselho contar hoje com o brilho da sua inteligência, para nos expor esse trabalho desenvolvido juntamente com o programa Comunidade Solidária, em uma tentativa de trazer um novo marco legal para o terceiro setor no Brasil.

Esse projeto de lei é o resultado de um longo debate, conforme ele vai expor hoje. Penso que será de grande interesse para nós nesse limiar de revisão da Política Nacional de Assistência Social.

Com a palavra o Dr. Augusto de Franco.

AUGUSTO DE FRANCO - Muito obrigado, Dr. Gilson, Presidente do CNAS.

Para mim é um prazer estar mais uma vez neste Conselho.

Sou daqueles que acredita e luta para o fortalecimento dos Conselhos, como um instrumento da democracia deliberativa, como quer o Vilmar.

Na verdade, o que quero fazer hoje aqui é algo muito prático: esclarecer em que pé está esse processo de reforma do Marco Legal e pedir a ajuda do CNAS nos pontos em que vou citar.

Nos últimos três meses, temos feito um processo de interlocução política com a sociedade civil, envolvendo não apenas o Conselho do Comunidade Solidária, mas uma série de instituições da sociedade e inclusive alguns Conselheiros do CNAS participaram desse processo. Evidentemente não pudemos envolver todos, pois temos centenas de milhares de organizações do terceiro setor no Brasil, mas houve uma amostra significativa e bastante razoável das organizações de âmbito nacional que participaram desse processo.

Começamos a reforma do marco legal do terceiro setor por meio de quatro iniciativas. A primeira foi um novo sistema classificatório; a segunda, um instrumento jurídico de relação do Estado com o terceiro setor, quando envolvidos recursos estatais, que não os contratos ou convênios, tal como existem hoje esses instrumentos. A terceira iniciativa é a volta das deduções das doações para instituições sem fins lucrativos, que existia e foi parcialmente abolida em 1995. Possivelmente, esse assunto estará contemplado ainda nos próximos dias, na edição da medida provisória que regulamentará o Imposto de Renda no ano de 1999. Ou seja, volta a dedução tanto de pessoa física, quanto de pessoa jurídica. A de pessoa jurídica foi de 5% para 2%; a de pessoa física foi de 10% para 0%. Vamos voltar com as deduções nas doações.

Por último, há um contrato especial de trabalho para quem trabalha por projetos nas organizações sem fins lucrativos do terceiro setor. Isso é difícil, pois há toda a legislação trabalhista pela frente, mas foi diagnosticado como absolutamente necessário e justo. Ou seja, quem trabalha por projeto em uma organização sem fins lucrativos, não só nas filantrópicas, mas às dedicadas ao desenvolvimento social, à filantropia, à assistência social e a uma série de outros itens, de outros objetivos ou finalidades, não pode ter a mesma relação como quem trabalha com

a iniciativa privada, por exemplo, mesmo porque os projetos acabam e as instituições ficam com aquele passivo trabalhista imenso.

Ainda estamos no meio do caminho desse quarto ponto.

Já avançamos significativamente nos três primeiros, ou seja, já há decisão política pactuada entre o Governo e os setores da sociedade que participaram desse processo de encaminhá-los.

No dia 24 de julho último o Presidente da República mandou ao Congresso Nacional um projeto de lei que cria um novo sistema classificatório e, ao mesmo tempo, institui e disciplina um novo instrumento jurídico chamado termo de parceria.

Os produtos 1 e 2 estão mais ou menos aglutinados em um mesmo projeto de lei. Estamos lutando para que esse projeto de lei seja aprovado o mais rapidamente, se possível sem emendas, e por acordo de lideranças, ainda agora no ano de 1998.

Nesse sentido, as instituições que participaram desse processo e aquelas que acreditam nesse tipo de processo podem prestar uma enorme ajuda, juntamente com as organizações estatais que evidentemente vão estar empenhadas na aprovação desse projeto de lei, de iniciativa do Executivo.

Quanto ao outro projeto — a volta das deduções das doações —, isso se faz por meio de medida provisória, como os instrumentos de política econômica. Infelizmente é assim pelo sistema de governo que temos, e continuará sendo assim. Existe a vantagem da rapidez, mas há outras desvantagens do ponto de vista democrático, mas isso não se resolve nos marcos do presidencialismo de maneira muito fácil.

De qualquer maneira, gostaria de dizer aqui o que norteou o início dessa reforma do marco legal.

Quero tranquilizar a todos dizendo que isso não prejudica nenhum direito conquistado ou estabelecido no chamado Velho Regime. O que é o Velho Regime? Era um conjunto de cinco títulos: a utilidade pública federal, estadual e municipal; o registro no CNAS e o Certificado de Fins Filantrópicos.

À semelhança da reforma do marco legal nos Estados Unidos, optamos por não mexer nesse velho sistema, e criar um novo, paralelamente. Vamos possibilitar que as pessoas,

se puderem entrar no novo sistema, chamado de organizações da sociedade civil de caráter público, possam acumular os títulos que porventura tiverem do velho sistema. Essa acumulação pode se dar durante dois anos, a partir de promulgada a lei. Depois de dois anos, ele tem que optar se acha mais vantajoso ficar no velho sistema ou se quer migrar definitivamente para o novo. Vai haver essa coexistência dos dois sistemas, o que vai facilitar, de certa maneira, do ponto de vista tático da implantação do novo sistema.

O que presidiu essa idéia de reforma de criar um novo sistema classificatório? Não podemos deixar de reconhecer pelo velho sistema, digamos, as centenas de milhares de organizações do terceiro setor que temos e privilegiar apenas as dedicadas à filantropia. Isso é muito importante, mas não é apenas isso. Existem uma série de novas instituições dedicadas ao desenvolvimento social, ao microcrédito ou ao crédito produtivo popular, dedicados a *advocacy*, dedicadas à defesa de direitos, a grupos de direitos humanos; estão dedicadas à universalização da cidadania; estão dedicadas à defesa do meio ambiente, à promoção do desenvolvimento sustentável. Então, tenho um rol imenso de finalidades que são públicas e até então não eram reconhecidas adequadamente pelo velho sistema classificatório que, de certa maneira, estava circunscrito ao âmbito das atividades da assistência social, saúde, educação e à alguma outra coisa que possa ser análoga a essas atividades, que são extremamente importantes, mas não conseguem abranger todo o universo.

Por que queremos estimular esse universo? Porque queremos aumentar o capital social. Queremos estimular o crescimento do chamado terceiro setor e, dentro do terceiro setor, estimular o crescimento daquelas instituições que têm caráter público. O que quer dizer isso? Respondo: tem finalidade pública, não apenas coletiva, e tem um regime de funcionamento que pode ser considerado público, embora não-estatal.

O que presidiu todo esse esforço? A idéia de que existe um espaço público não-estatal em emersão no Brasil e no mundo. Essa é uma grande novidade desse final de século, de milênio. Essa esfera pública não-estatal é fundamental para que o Brasil, e outros países, evidentemente, supere os seus impasses estratégicos, sobretudo na área social e de desenvolvimento. Esse foi o pensamento que presidiu esse esforço.

Haverá um benefício importante, que não cassa benefícios anteriores, nem colide com eles, para quem for se classificar como organização da sociedade civil de caráter público: poder celebrar com o Estado o termo de parceria. É um instrumento de caráter negocial, um instrumento de fomento. Determinado órgão do poder público, em cada ministério, vai celebrar termo de parceria com as organizações do terceiro setor que tenham o novo registro e, por meio desse termo, o regime que regerá essa relação, envolvendo recursos estatais, será um regime negociado também. Cada termo de parceria será diferente do outro, não terei dois termos iguais. Eles terão um núcleo obrigatório, evidentemente, o que está na lei, mas vão poder inovar.

Quais as novidades disso daí? O controle pelos resultados, em vez do controle pelo gasto, que atualmente é feito. Há outra novidade também. As organizações assim classificadas vão poder pagar seus diretores pelas funções de diretores e não apenas por funções técnicas que eventualmente exerçam, acabando com a hipocrisia reinante dos verdadeiros diretores das instituições do terceiro setor contratados por elas como uma espécie de secretários-executivos, uma vez que a legislação atual impede sua remuneração.

Há outro avanço importante: neste termo de parceria é permitido pagar custeio. Esse era um motivo de muitas reclamações por parte das organizações do terceiro setor, uma vez que as instruções normativas do Tesouro Nacional, que regem convênios, vedam pagamento de custeio. Sem pagar custeio, evidentemente não estímulo o crescimento do terceiro setor no Brasil, nem em lugar algum, pois pressupõe que alguém já existe institucionalmente com um financiamento institucional extra aos projetos que realiza, para poder realizar os projetos que quero que realize.

Outro ponto importantíssimo, que também está no pensamento que preside essa reforma, é que são consideradas de caráter público não aquelas instituições que atuam supletiva ou complementarmente à atuação do Estado. Não é por razões de Estado que tenho que julgar se uma organização da sociedade civil tem caráter público ou não. Em parte é por razões de Estado; em parte, por razões de sociedade. Se essa esfera pública é social, não é apenas aquilo que o Estado deixou de fazer, e agora outra organização vai fazer, que posso considerar como público. Dou um exemplo. É evidente que a finalidade de um grupo que defende direitos humanos é pública, embora o Estado, em muitas circunstâncias, não possa ter uma

atuação de defesa tal qual aquele grupo tem em relação a direitos humanos. Temos muitos exemplos de ações públicas por razões de sociedade. Essa é uma novidade importante na concepção que presidiu todo esse debate e foi consensual ao seu final.

Evidentemente, um novo sistema como esse pode ser privilegiado ao longo do tempo com mais benefícios, de sorte que fique tão ou mais atrativo que o velho sistema e as pessoas naturalmente passem a migrar do velho para o novo sistema.

O Governo também está interferindo no que estou chamando de velho sistema. O nosso esforço não compreendeu esse tipo de atividade, portanto, temos aí pela frente uma zona de entendimentos entre todo esse processo de interrupção sobre a mudança do marco legal e outras atividades governamentais.

O Governo está mexendo na filantropia e em outras coisas do chamado velho sistema. Então, ainda é um processo que vai caminhar, mas vai caminhar já com uma expectativa importante. Existe um caminho desenhado, que para nós é estratégico, e vai inclusive facilitar o tratamento de outras questões que foram ficando para trás. Dou um exemplo: a saúde e a educação. Parece-me, a mim e a várias pessoas que participaram desse processo, não só as que o coordenaram, que a saúde e a educação têm que ter um tratamento especial. Não estão bem enquadradas no velho sistema, nem cabem no novo de maneira adequada, pois o novo está tratando de organizações da sociedade civil sem fins lucrativos, *strictu senso*, que têm caráter público.

Hospitais privados e escolas privadas que cobram mensalidades, mesmo que não repassem seus lucros de maneira diretamente disfarçada para os seus diretores, associados, donos ou patrocinadores, mesmo assim merecem um tratamento especial, não podem ficar relegadas, serem expulsas do velho sistema e não poderem entrar nos novos sistemas que estão sendo construídos. Esse é um ponto para trabalharmos com afinco daqui para frente também, sem misturar as coisas.

Na verdade, o caminho melhor é este: ir divisando, dentro dessa variedade imensa que é o terceiro setor, cada coisa como ela de fato é ou como de fato pode ser.

Esse terceiro setor é múltiplo, é variável ao extremo. Nem todo ele tem fim público. É importantíssimo dizer isto: nem todo o terceiro setor tem fim público. Ainda bem, pois é

ótimo que existam atividades com fins privados não lucrativas. É direito do cidadão. Em um mundo que fosse todo público, em uma sociedade que fosse toda pública, seria um horror.

Existem muitas atividades do terceiro setor que têm fins privados, coletivos e legítimos. Se fizermos aqui um clube de leitura e começarmos a ler literatura árabe, por exemplo, ou uma literatura portuguesa antiga, somos uma associação sem fins lucrativos, temos um fim coletivo, pois várias pessoas são atendidas, mas não posso dizer que esse fim é público. Entretanto, se construirmos aqui um grupo para lutar pela prevenção da AIDS, por exemplo, evidentemente a nossa finalidade será pública. Dessa forma, temos que discutir bem a diferença entre o interesse coletivo e o interesse comum; entre a finalidade que, embora atenda a uma parcela do cidadão, não atende universalmente à expectativa do conjunto da sociedade. Isso é fundamental.

Tanto esse debate é novo, quanto a ligação desse debate com a questão do desenvolvimento é nova. Na parte da manhã, do que pude perceber da exposição do Vilmar, ficou mais ou menos claro que o Governo está tentando trabalhar na direção de fazer coincidir a política social com a de desenvolvimento. Se não houver essa coincidência, a política social vai ser sempre de segunda categoria, pois se pensa que o desenvolvimento é apenas aqueles investimentos que podem produzir crescimento econômico. Na verdade, sabemos que isso não acontece em um país de exclusão social com as características do nosso.

A inserção do terceiro setor é fundamental, assim como a do mercado, de outra forma evidentemente, desde que haja o marco legal adequado, nas iniciativas conjuntas da sociedade global, para enfrentar seus impasses estratégicos.

Hoje, as instituições do terceiro setor no Brasil devem mobilizar algo em torno de menos de 0.5% do PIB, contando o equivalente monetário ao trabalho voluntário. Podemos ter como meta, até atingi-las, talvez dentro de uma ou duas décadas, mobilizar algo em torno de 5% do PIB, só no terceiro setor. Isso daria a quantidade necessária de recursos da própria sociedade, que não podem ser extraídos via impostos, que não fazem parte de receita fiscal, portanto, não fazem parte do conjunto orçamentário, que podem ser dinamizados para projetos em desenvolvimento na base da sociedade. Essa força é importantíssima para que o Estado —

necessário, imprescindível e insubstituível, mas não é suficiente — possa, juntamente com a sociedade, enfrentar os impasses estratégicos que temos.

Da mesma maneira, a mudança do marco legal, regulatório das relações do Estado com o mercado também deve ser um objetivo estratégico. Liberar as forças produtivas, ter uma legislação mais adequada para as formas cooperativas, associativas da produção é urgente, e tão urgente quanto o que estou dizendo aqui.

Quero, então, fazer um pedido àqueles que concordarem que o CNAS como instituição ajude esse processo, que agora se abre, de aprovação dessa lei, uma vez que ela atende a interesses comuns e não prejudica interesses adquiridos por nenhuma instituição. Podem ler, a lei está nessa apostila, e verão que não prejudica de modo algum. Não tira, não restringe, nem cassa nada conquistado ou que já está estabelecido. Ela possibilita o reconhecimento de uma gama muito maior de organizações: a assistência social, a promoção da cultura, a defesa e a conservação do patrimônio histórico e artístico; a promoção gratuita da educação e da saúde; a promoção da segurança alimentar e nutricional; a defesa, preservação e conservação do meio ambiente, e a promoção do desenvolvimento sustentável; a promoção do voluntariado - o que é importantíssimo; a promoção do desenvolvimento econômico e social e combate à pobreza; a experimentação de novos modelos socioprodutivos e de sistemas alternativos de produção, comércio, emprego e crédito; a defesa e promoção de direitos estabelecidos e construção de novos direitos, inclusive os coletivos, difusos e emergentes; a promoção da ética, da paz, da cidadania, da democracia e de outros valores universais; estudos e pesquisas sobre tudo isso e a assistência judiciária e proteção jurídica.

Aumentou bastante a gama. Achamos que aqui podemos ter, concorrendo para a adesão a esse novo sistema, um conjunto de instituições que até então não tinham como se relacionar com o Estado de uma forma mais positiva, de uma forma mais construtiva.

Gostaria de fazer esse esclarecimento, pedir esse apoio e dizer que continuamos o trabalho.

A volta das deduções das doações no Imposto de Renda de pessoa física e jurídica também é algo que existe em todos os países do mundo, praticamente, e havia sido, de certa maneira, suprimido em nosso País.

O estudo de uma nova relação trabalhista e previdenciária adequada ao setor, que também é novo, portanto, tem uma dinâmica própria, também é um objetivo que tem que ser perseguido, embora talvez não alcançado ainda este ano. Vamos continuar trabalhando nessa direção, se tudo der certo.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (Gilson Assis Dayrell) - Agradeço ao Dr. Augusto de Franco pela sua exposição, pela abertura que concede a este Conselho e a todos de poder participar do processo de aprovação deste documento.

Consulto o Dr. Augusto Franco se estaria disposto a aceitar algumas questões sobre o assunto.

AUGUSTO DE FRANCO - Claro. Apenas em função de um compromisso já assumido tenho que sair às 16h25min.

PRESIDENTE (Gilson Assis Dayrell) - Algum Conselheiro quer se manifestar?

JOSÉ CARLOS LASSI CALDEIRA - Parabéns, Dr. Augusto. O texto está muito claro, transparente. Esse *modus operandi* é muito mais moderno do que o que tem sido feito até então.

Penso ser meio preocupante o fato de isso poder, no meu entendimento, entrar em uma rota paralela com a Lei Orgânica de Assistência Social e com o próprio Conselho Nacional de Assistência Social.

Um segundo aspecto é sobre o próprio CNAS. Tenho acompanhado aquela questão do Ministério da Administração e Reforma do Estado, toda aquela problema das organizações sociais, aquele primeiro documento. Tenho acompanhado essa questão há mais tempo, e penso que é uma preocupação muito grande. Temos a Lei Orgânica de Assistência Social que estabelece os mecanismos e os critérios, as normas de concessão desse *status* não lucrativo. É o que vale hoje. A função do Conselho é cartorial, o que está sendo chamado de

velho modelo, e creio que é o modelo contemporâneo, pois é o que existe hoje. A nossa ação cartorial existe com uma demanda enorme de 4 mil processos que entraram este ano.

Isso não entra no mérito do projeto de lei, porque ele é muito interessante e deveríamos estar mais participantes. Sinto um pouco uma certa ausência do CNAS no processo de discussão desse projeto, pois ele tem muito a ver com a nossa função aqui e, se não for por nada, temos um escopo neste País de descentralizações de conselhos estaduais e municipais de uma certa magnitude, e deveria ter valido a pena o CNAS estar participando da discussão desse tipo de situação, muito presentemente, desde o início.

PRESIDENTE (Gilson Assis Dayrell) - Antes de passar a palavra ao Dr. Augusto de Franco gostaria de dizer que a Presidência do CNAS e a Vice-Presidência estiveram em reuniões em que esse assunto foi discutido no Conselho do Comunidade Solidária.

Gostaria de acrescentar ao que disse o Dr. Augusto que o pontapé inicial para esse trabalho surgiu dentro do Conselho do Comunidade Solidária, com as reuniões de interlocução, conforme ele mencionou aqui. Estivemos presentes em duas dessas reuniões, pois o procedimento adotado foi a criação de grupos de trabalho com aqueles quatro tópicos que ele mencionou: o aspecto trabalhista, a parte fazendária de benefícios, o termo de parceria e mesmo o projeto desse terceiro setor, como forma de qualificação das entidades para compor esse terceiro setor. Esses grupos foram montados lá.

Não tivemos participação direta nesses grupos de trabalho, mas participamos em duas reuniões e depois em mais outras tantas realizadas na Casa Civil, onde se apresentou uma série de documentos para a discussão com os presentes. Lembro até que a Conselheira Dora participou também dessas reuniões — ela foi convocada para algumas dessas reuniões, ela está presente e pode confirmar isso.

Posso também acrescentar que essa versão final realmente não chegou a ter uma discussão, e nem sei se o CNAS seria o fórum para aprovar esse tipo de discussão, uma vez que é muito mais amplo do que o campo de ação do CNAS.

O Dr. Augusto mencionou que o trabalho está ainda para ser discutido. Acredito até que se esperam algumas modificações no Congresso Nacional, pois está colocado em termos de projeto de lei. Então, acredito que ainda deverá receber contribuições de vários locais.

Ele está pedindo que apresentemos alguma contribuição, se tivermos — foi o entendimento que tive no momento.

Quero deixar claro que o CNAS, como Conselho, esteve presente nessas reuniões, não por uma designação, mas porque o Presidente foi convocado, juntamente com o Vice-Presidente.

A Conselheira Dora e o Conselheiro Brito querem falar. Antes, vou passar a palavra ao Dr. Augusto, pois a pergunta foi dirigida a ele.

AUGUSTO DE FRANCO - O Presidente Gilson já disse que só tivemos duas reuniões de interlocução. Para entender isso, Dr. José Carlos, talvez devesse entender como trabalhamos. Primeiro, fizemos o levantamento dos problemas. Só fizemos duas reuniões. Nas duas, convidamos o CNAS como instituição, por intermédio de seu Presidente, mecanismo pelo qual convidamos todos os outros parceiros interlocutores que ali estiveram. Fizemos duas reuniões nos últimos treze meses. As reuniões formaram grupos de trabalho, por decisão própria das reuniões. Às vezes, nos grupos de trabalho não estavam todas as instituições presentes. Na última reunião que fizemos, saiu o grupo final de trabalho para ultimar a preparação do projeto de lei, que ficou já sob a coordenação da Casa Civil, uma vez que esse projeto de lei seria de iniciativa do Presidente da República e não havia outro jeito.

A nossa preocupação com a participação do CNAS foi constante. Além do CNAS, participaram várias outras instituições, conselhos, instituições da própria sociedade, não só as que estiveram presentes através de pessoas representativas, que participam dessas instituições, que têm assento no Conselho — um conjunto de noventa interlocutores da própria sociedade foi agregado a esse processo. Foi um processo longo e acompanhado também de pesquisa feita pelo IDESP sobre os principais problemas que afligem as organizações da sociedade civil. E isso não acabou. É um processo que vai continuar. Evidentemente, ele criou seu próprio fórum. Como não poderia deixar de ser, foi um processo que criou o seu próprio

fórum, que não foi o Conselho da Comunidade Solidária, mas um fórum mais ampliado, com pessoas de diversas instâncias do Estado e da sociedade.

Daqui para frente, temos vários outros problemas, inclusive a regulamentação dessa lei depois de aprovada. Isso vai ter que ser regulamentado, temos que saber como irá funcionar, existem questionamentos sobre a natureza do instrumento jurídico em termos de parceria. Até agora estamos caminhando com um apoio relativamente grande de todos esses interlocutores.

JOSE CARLOS LASSI CALDEIRA - A questão mais fundamental é o paralelismo que existe entre a função cartorial do CNAS, pois esta função está deferindo esse registro e esse Certificado de Filantropia para as entidade de uma forma geral, que são sem fins lucrativos. Estamos trabalhando com as entidades de educação, de promoção de cidadania, de saúde, quaisquer que sejam, para que tenham a possibilidade de relação convenial, onde certos privilégios na relação com o Governo estão passando por nós. Particularmente, até advogo que essa função cartorial é muito complicada. Já tivemos mesmo essa discussão aqui.

Se houver a possibilidade de ficarmos com o filé, que é trabalhar sobre a política, e deixar para algum outro órgão deliberar sobre essas questões, eu particularmente prefiro. Essa é uma visão particular. É muito melhor esse mecanismo menos burocrático do que conceder um determinado *status* de instituição passível de uma relação dessa natureza com o Governo. Mas o que me impressiona um pouco é como ficaria essa relação com o CNAS, que é algo meio complicado. E ela existe porque há um pressuposto legal que se chama Lei Orgânica de Assistência Social, o mecanismo hoje válido de estar credenciando instituições sem fins lucrativos.

AUGUSTO DE FRANCO - Estamos criando outro mecanismo.

Você disse certo paralelismo, não, é um total paralelismo. Optamos pelo total paralelismo. Vai continuar o regime atual e o outro. Não estou chamando de velho no sentido pejorativo, mas para contrapor a novo. É o regime que já existe e o que existirá. É total paralelismo. Optamos por dois sistemas realmente, pois era a melhor forma de fazer a coisa sem

uma confrontação, que não poderia ter um resultado positivo, e porque esse modelo já havia dado certo em outros lugares onde foi experimentado, e porque se tratam de âmbitos distintos, coincidem finalidades apenas em uma parte. Não estamos nos dedicando apenas às entidades que podem ser consideradas como filantrópicas. Ou apenas àquelas outras que podem ser consideradas como de Assistência Social. Há um conjunto de instituições, como se vê na lista, que não estavam amparadas nem abrigadas e são estratégica para nós. Então, estamos criando outro sistema. O paralelismo haverá inclusive dos títulos. Uma pessoa vai poder ter utilidade pública federal, estadual ou municipal, o registro no CNAS, o Certificado de Filantropia e também o Certificado de Organização da Sociedade Civil de Caráter Público. E a entidade vai poder manter essa duplicidade de títulos durante um período, período em que vai optar se quer ficar definitivamente com o novo ou quer se manter no antigo.

O que houver de impedimento legal, de prerrogativa legal no que tange àquelas de assistência social e congêneres, essas evidentemente terão que ficar no registro que está amparado pela lei. As outras, não.

JOSÉ CARLOS LASSI CALDEIRA - Muito mais do que a questão da assistência social, há uma questão maior, pois o estabelecimento do controle social dessa natureza, por meio dos conselhos hoje, no âmbito nacional, estadual e municipal, está sendo de certa forma discriminado e descentralizado no Brasil como um todo. Ou seja, agora, com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, é preciso que haja Conselhos de educação, de saúde, da criança e do adolescente.

Pergunto-lhe, pois pode ser que não tenha percebido, pois li muito rapidamente o material: existe alguma inter-relação entre essas organizações e o fato de elas terem tido algum tipo de acompanhamento ou avaliação desses conselhos que existem por aí?

AUGUSTO DE FRANCO - Não.

JOSÉ CARLOS LASSI CALDEIRA - Elas não precisam estar seguindo uma orientação de Conselho?

AUGUSTO DE FRANCO - Nada disso. Aqui advoga-se basicamente a auto-regulação, a regulação da própria sociedade, para as organizações da sociedade civil de caráter público, a não ser quando envolvidos recursos estatais. Quando envolvidos recursos estatais, o organismo que celebra o termo de parceria com a organização também é órgão fiscalizador, ou está ligado a ele um órgão fiscalizador e supervisor do que foi feito. Mas a idéia é que elas sejam regidas pelo seu estatuto. Evidentemente que seu estatuto terá que conter algumas cláusulas, para poderem ser reconhecidas como organização da sociedade civil de caráter público, e são as cláusulas que estão na lei.

Há outra coisa que esqueci de dizer, e talvez seja muito relevante: o registro é automático. Proíbe-se a diligência prévia. Isso parece chocante, mas é bom esclarecer. O registro é automático. Ele só pode ser negado caso a documentação apresentada esteja incompleta, se não estiver incompleta, o registro é automático. Entretanto, se a pessoa falsificou o registro, evidentemente se trata de um problema de falsificação ideológica e é um problema penal.

O registro não dá direito automático a celebrar com o Estado o termo de parceria. Como é um instrumento de fomento, o órgão do Estado que vai celebrar o termo de parceria, vai fazê-lo se tiver um projeto para tanto, então, vai entrar em relação com essa ou aquela. Mas o fato de o registro ser automático significa evitar a existência de tribunal ou de diligências prévias. Do contrário, cria-se outro problema: fica aquela fila de organizações esperando. O registro é automático e tem prazo, são 30 ou 45 dias. Vai ficar no Ministério da Justiça e, se este não aceitar, tem que dizer por que não aceita, e publicar no *Diário Oficial* que não aceita o registro daquela instituição. Isso foi muito solicitado, não foi uma invenção nossa. Foi muito solicitado pelos nossos interlocutores, porque entendem a dificuldade de um processo complicado, burocrático de reconhecimento, que envolve fatores subjetivos e tudo o mais.

DORA SILVIA CUNHA BUENO - Gostaria só de ratificar e dizer que participei desse grupo de trabalho como representante do Rotary Club. Apesar de ser membro do Conselho, eu estava lá representando o Rotary Club do Brasil.

Quero aproveitar e passar às mãos do Dr. Augusto um parecer da Federação Brasileira das Associações Cristãs de Moços, por intermédio de seu presidente, Duarte Vaz Pacheco, que não pôde estar aqui presente.

PRESIDENTE (Gilson Assis Dayrell) - Foi muito bem colocado pela Conselheira Dora, mas não mencionei que estive presente como membro do CNAS, apenas registrei que estive presente. Quem estive comigo lá foi o Conselheiro Vandevaldo, que era o Vice-Presidente e participou da reunião no Comunidade Solidária.

ANTÔNIO LUIZ P. RIBEIRO LEITE DE BRITO - Trata-se de uma questão rápida, sobre a qual já havia conversado com o Presidente antes da sessão, a respeito de um assunto em que fiquei em dúvida na explanação do Conselheiro do Comunidade Solidária: as deduções de Imposto de Renda das entidades. Achei importante a primeira segurada, pois quem entrou na área conhece a dificuldade que se tem no controle desses recibos dados para empresários doadores, para as entidades sociais, e como se controla isso. Houve uma restrição e só passou a ser adotado no Fundo da Criança e do Adolescente. Do ponto de vista prático, isso acarretou problema para as entidades, principalmente as de portadores de deficiência e idosos que não estavam contempladas. Já que houve uma medida de controle, e os conselhos estaduais e municipais começaram um avanço, vai uma sugestão de algo muito discutido: não seria um retrocesso voltar inicialmente para o ponto básico de liberar novamente para as entidades, em vez de começar a pelo Fundo da Assistência a ter um novo controle?

Tem sido muito falado, e é importante frisar: os fundos estaduais e municipais estão sendo vistos como governamentais, e nas leis municipais não o são. Eles são fundos passíveis de contribuição da sociedade civil. Em vez de abrir de vez para as entidades e novamente perder o controle, que limitássemos isso e os conselhos pudessem coordenar, juntamente com as entidades, pelo menos em um primeiro momento, essas doações. Talvez fosse mais interessante para quebrar o primeiro processo do uso do recibo de doação e a dedução de Imposto de Renda da forma como foi usado. Só apresentei uma sugestão e uma dúvida.

AUGUSTO DE FRANCO - Há uma problemática mais complexa por trás disso tudo: o sistema de financiamento das organizações do terceiro setor. Na verdade, temos que discutir a globalidade do sistema de financiamento. Falei sobre um aspecto, o da dedução do Imposto de Renda, mas existem muitos outros, inclusive os fundos dotais, se funcionam ou não.

Na verdade, os fundos que estão aí arrecadam pouquíssimo dinheiro — temos os dados. Não há uma tradição de doação para fundos no Brasil. É tão complicado o processo de doação que o sujeito desiste no meio. Não é tão eqüânime assim. Só existe um fundo na área social, o da Criança e do Adolescente. São coisas muito complicadas. Não existe um sistema de financiamento em relação ao terceiro setor, e esse sistema tem que ser construído com todos os controles devidos que você disse.

Com relação à dedução da doação no Imposto de Renda, evidentemente haverá controle. Do jeito que foi cortado, que foi abruptamente suspenso, gerou problemas muito maiores do que aqueles que geraria se tivesse permanecido — essa foi a nossa conclusão. Evidentemente, isso é uma peça, e uma peça provisória, pois cada regulamento para Imposto de Renda só tem validade por um ano. Voltamos e abrimos. Já há a decisão política do Governo de que vai voltar a dedução da doação. É um compromisso da área econômica inteira, é um compromisso do Presidente da República, é um compromisso do Ministro Malan e evidentemente do Secretário da Receita Federal, Everardo Maciel. Mas não significa que, uma vez editada essa medida provisória que regulamente o Imposto de Renda para 1999, tenhamos um sistema adequado. Depois, tudo tem que se encaixar nesse sistema de incentivos que tem de ser construído, não do ponto de vista apenas de um certo paternalismo estatal em relação às instituições de determinada natureza filantrópica, mas no sentido de alavancar recursos da sociedade. Essa tem sido a lógica. A lógica não é a de dizer: vamos dar um certo incentivo, pois o Estado não consegue fazer as ações. Isso é um ponto de vista. O outro ponto de vista é o seguinte: como o Estado tem que incentivar para multiplicar os recursos?

(Falta gravação.)

AUGUSTO DE FRANCO - ...Posso desenvolver um programa de acompanhamento escolar no Brasil, com a participação de ONGs e outras organizações do terceiro setor, resolvendo quase que 10% do problema que tenho de tráfego congestionado de fluxo nas primeiras oito séries do Ensino Fundamental. Posso resolver isso com 800 milhões de reais, se eu utilizar 8 mil organizações da sociedade civil. Se o Estado for fazer isso sozinho, pelas nossas contas, vai gastar quatro vezes mais.

Há interesse, inclusive do ponto de vista da estratégia do desenvolvimento estatal, de criar condições, incentivando as organizações do terceiro setor, predispondo-as a assumir responsabilidades na condução de determinadas políticas públicas, que não entendemos sejam só políticas governamentais ou estatais. Para fazer isso, é preciso ter um sistema de financiamento, não no sentido do apadrinhamento, da manutenção eterna daquelas instituições, mas no sentido de dotá-las inicialmente de condições tais que possam andar, depois, com as próprias pernas.

Na verdade estamos ajudando a construção, juntos, Estado e sociedade em parceria, de um novo ator social, um novo ator de políticas públicas que, se por um lado tem a função de pressionar o Estado para que ele cumpra os seus deveres constitucionais, tem a função de arrancar direitos do Estado, por outro lado, tem outra função proativa, de exercer a responsabilidade social, executando, elaborando, fiscalizando, avaliando programas de natureza pública, que não podem ficar unicamente sob o monopólio exclusivo do Estado.

Essa a idéia que vai continuar presidindo a história do novo sistema de financiamento, que evidentemente está em aberto, e agradeceremos muito se o CNAS puder também nos fazer sugestões nesse aspecto.

Esse debate vai continuar, dependendo das condições políticas do Brasil, mas penso que tende a continuar. Há espaços, seja esse atualmente aberto ou outro semelhante, e queremos contar com o apoio, com os insumos que todos os Conselheiros do CNAS podem dar, para que possamos ir desenhando esse novo marco legal conjuntamente.

ROSÂNGELA DIAS DE OLIVEIRA DA PAZ - Conforme o Augusto vai respondendo as questões, parece-me que além daqueles quatro primeiros pontos vamos

agregando outros. Além dos quatro há educação e saúde que ainda precisam ser mexidos. Há o financiamento do terceiro setor. Parece-me que essa conversa tende a ampliar um pouco o leque de questões que fariam parte de uma reforma muito maior do que a questão do marco legal propriamente dito, do ponto de vista jurídico de como as entidades teriam seus estatutos, onde elas se credenciariam etc.

Nessa direção, quero acrescentar mais um ponto. O José Carlos já levantou este assunto: como seria a relação dessas organizações do terceiro setor com o controle social e a gestão social?

Na Constituição de 1988, os Conselhos de Gestão foram uma conquista importante na política social, do ponto de vista de se estabelecer mecanismos coletivos de participação da sociedade nas várias esferas. É um processo que ainda está em construção, que tem problemas, mas que tem tido transformações muito importantes na descentralização dos municípios. Especialmente os Conselhos da Criança e Adolescente, de Assistência e de Saúde têm tido um papel fundamental. Se isso não estiver em nossa pauta, tenho a preocupação de que estejamos quase subentendendo que o objetivo é o fim dos conselhos e isso pode criar outros tipos de problemas.

AUGUSTO DE FRANCO - Pelo contrário.

ROSÂNGELA DIAS DE OLIVEIRA DA PAZ - Acho importante estar na pauta a relação desse terceiro setor com a gestão e o controle social, porque não vamos fazer isso individualmente. As entidades serão auto-reguláveis a partir de um novo marco legal - pelo que entendi do que você disse agora, não pelo que havia lido -, terão uma relação determinada com o Estado, têm um termo de parceria, um instrumento que possibilita delinear como estabelecer convênios ou não, em função de resultados. Mas existem as políticas sociais, que têm controle, que têm de ser definidas coletivamente nas várias esferas. Parece-me que isso tem que estar no horizonte, do contrário, temos 10 ou 11 anos de trabalho na construção dos Conselhos, e não podemos nos perder nessa caminhada.

AUGUSTO DE FRANCO - Pelo contrário. A idéia é fortalecer o papel dos conselhos, o papel inclusive de agências de *accountability*, em suma, de agências da democracia deliberativa, só entendendo que, em grande parte, o terceiro setor tem uma dinâmica própria. Mesmo que tenhamos feito leis e havido conquistas constitucionais e pós-constitucionais desenhando modelos, a dinâmica própria do terceiro setor, que é imensa, vai criar também formas de controle social por fora disso, ao longo disso. Não saberia responder sua pergunta, porque faz parte daquilo que queremos mesmo provocar.

ROSÂNGELA DIAS DE OLIVEIRA DA PAZ - Só quero que esteja na pauta.

AUGUSTO DE FRANCO - Evidentemente. Isso está até em outro ponto da pauta, na discussão sobre os Conselhos, outra discussão a que não nos referimos aqui.

PRESIDENTE (Gilson Assis Dayrell) - Vamos dar finalmente a palavra à Conselheira Fátima, porque o Dr. Augusto de Franco vai ter que se retirar. Será a última intervenção.

MARIA DE FÁTIMA DE A. FERREIRA - Será rapidíssima.

Trata-se de algo mais ou menos sobre o que o José Carlos disse. À medida que ele ia falando, mais minha preocupação ia aumentando. Quero saber o que existe de similar entre o terceiro setor e as organizações sociais propostas pelo MARE.

AUGUSTO DE FRANCO - Sobre isso posso falar. Na verdade, as organizações sociais propostas pelo MARE são uma peça da reforma administrativa do aparelho do Estado, como o Ministro Bresser gosta de chamar, para ser bem preciso, porque não é a grande reforma política do Estado, mas a reforma administrativa do aparelho do Estado, que pressupõe o núcleo estratégico, a agência executiva e a organização social. Isso faz parte, para quem está olhando essa problemática, do ponto de vista do Estado. Esse é o problema. Hoje só há duas organizações sociais no Brasil no âmbito Federal. É algo incipiente, é uma experiência, está em

caráter experimental, embora as OSs sejam uma lei aprovada, não é mais medida provisória. Foi reeditada e agora aprovada como lei. Ainda que seja possível um grupo de cidadãos fazer uma associação e virar uma organização social — teoricamente possível —, na prática, foram pensadas do ponto de vista daquelas instituições que estão dentro do Estado, mas que no bojo dessa reforma administrativa do aparelho do Estado não teriam mais razões para ficar dentro do Estado. Dou um exemplo: a ENAP está em um processo de virar organização social; ou as duas que existem, a Roquete Pinto e aquela do Cicotron, acelerador de partículas.

Na verdade pode ser uma organização da sociedade que conta com um certo contrato de gestão com o Estado, como foi chamado, e passar a ser uma organização social.

O ponto de vista em que abordamos essa questão é o complementar a esse. Está no outro pólo: é uma organização da sociedade civil de caráter público — mas parte do olhar da sociedade, não do olhar da reforma administrativa que o Estado fez ou está querendo fazer. Parte das necessidades e dos anseios de quem está lá na sociedade organizada, mas tem dificuldade, não consegue fazer convênio, não consegue fazer prestação de contas, não consegue ser financiado, não consegue pagar custeio de modo algum. Em suma, são milhares de organizações legítimas.

A porcentagem de “filantropia”, como foi dito hoje aqui, é muito pequena em relação ao número total de instituições que existem. Elas adquirem essa visibilidade, porque se faz um certo terrorismo na imprensa com isso — inclusive funcionários governamentais às vezes cumprem esse estranho papel de pegar um caso particular de organização que desviou e anunciar nas manchetes. Mas a grande maioria dessas organizações são realmente de filantropia. Se não fosse isso, podíamos mandar parar o Brasil e pedir para descer. De centenas de milhares, 250 mil organizações, no mínimo, se a maioria fosse “filantrópica”, realmente não teria solução alguma para este País. A grande maioria não o é. A grande maioria está lutando para exercer o seu papel.

Foi do ponto de vista das dificuldades dessa grande maioria de organizações da sociedade civil que se pensou isso. Evidentemente isso acompanha uma tendência mundial de reconhecer, cada vez mais, que a esfera pública tem que crescer e ser reforçada, que essa esfera pública não pode ser só estatal. Uma esfera verdadeiramente pública é também social,

portanto, não há como segurar o crescimento dessa imensa vocação da sociedade para assumir a maioria e a responsabilidade no desenvolvimento social.

É tudo uma conjunção de avanços, de tendências que já existem no plano mundial e nacional, junto com necessidades concretas e objetivas.

Fizemos um levantamento de 100 problemas detectados pelas organizações da sociedade civil sem fins lucrativos, de todos os tipos que expusemos — o Dr. Gilson tem esse levantamento de problemas. A partir desses problemas levantados, partimos para como resolver como agrupar isso nos principais tipos de problemas: problemas de registro, de cadastro, de prestação de contas, de financiamento, problemas trabalhistas e previdenciários, todo esse conjunto é chamado marco legal — o marco legal não é apenas o sistema classificatório dos cadastros. Isso é uma parte do marco legal, mas há também o regime trabalhista e previdenciário, o regime fiscal. Tudo isso faz parte do marco legal, e os problemas foram encaixados nessas gavetas e estamos tentando dar um impulso nisso. Obrigado.

PRESIDENTE (Gilson Assis Dayrell) - Agradeço ao Dr. Augusto de Franco pela exposição feita, que deu a este Conselho a oportunidade de tomar contato, por meio de todos os seus Conselheiros, com essa iniciativa do Governo na área do terceiro setor.

Ele fez o apelo para haver sugestões do Conselho a respeito do tema, que se abre a partir de agora, uma vez que esse projeto de lei encontra-se na Câmara Federal.

AUGUSTO DE FRANCO - E os demais projetos que estamos fazendo.

PRESIDENTE (Gilson Assis Dayrell) - Ainda virão outros.

Essa parceria com o Conselho da Comunidade Solidária deve se aprofundar.

Até já consultei informalmente a Elizabeth se poderemos também contar com o Comunidade Solidária nesses trabalhos que estão se abrindo daqui para frente.

AUGUSTO DE FRANCO - Com certeza.

PRESIDENTE (Gilson Assis Dayrell) - Seria importante, para quebrarmos esse gelo, eventualmente trabalharmos juntos. Daqui para frente temos que pensar naqueles que precisam de nós, e não em igrejinhas separadas, onde cada uma fica pontificando e fazendo o seu trabalho.

Agradeço mais uma vez ao Conselheiro Augusto de Franco. Deixo o Conselho à disposição para outras oportunidades em que queira apresentar questões como essa.

Solicito ao Secretário-Executivo acompanhar o Dr. Augusto de Franco. Muito obrigado.

Vamos passar ao ponto seguinte da pauta: os Informes das diversas Comissões.

Antes de passar ao ponto seguinte da pauta, quero dizer algo desde já, para evitar que alguém saia e não tenha essa informação. Estamos prevendo, daqui para frente, organizar as pautas do CNAS com a participação dos presidentes ou coordenadores dos diversos grupos técnicos do CNAS. Em função disso, já estamos convocando todos os coordenadores para uma reunião no dia 1º de setembro, para organizarmos a pauta da reunião do dia seguinte. Os coordenadores Fátima, Ângela e Tânia farão parte dessa reunião, que antes se chamava Presidência Ampliada, a reunião dos diretores desses grupos, dessas comissões, com a Presidência, para organizar a pauta. Ao falar em Presidência, entenda-se Presidência e Vice-Presidência reunidos com os coordenadores e os responsáveis internos do CNAS pela organização da pauta.

De maneira que já pode ser registrado pelo nosso pessoal de apoio que dia 1º teremos essa reunião. Ela será muito importante também, pois estaremos em pleno processo de reformulação da política, então torna-se realmente importante essa reunião.

Vou passar a palavra à Conselheira Ângela de Paula.

LUIZ GERALDO DE MATTOS - Presidente, quero fazer um lembrete, pois terei que sair, e não quero deixar passar um fato. Falou-se na Lei nº 8.666, e quis fazer uma referência, apenas como lembrete, para ajudar. Como estava na hora de outra pessoa falar, deixei passar. Parece-me que um dos nossos Conselheiros, o de Maceió, estava com problema

de pagamento de serviço contratado por entidade filantrópica. Mas não se fez menção aqui à Lei nº 8.883, a que garante essa possibilidade de contratação sem licitação. Se for levantado o problema de pagamento ou a contratação sem licitação, alegando apenas a legislação referente à Lei nº 8.666, não há como resolver. É preciso observar a Lei nº 8.883, que altera o dispositivo, o art. 20, inciso XXIV, da Lei nº 8.663. Por meio da Lei nº 8.883 é possível fazer isso.

Era só o que tinha a dizer.

ÂNGELA SILVIA COSTA DE PAULA - Antes de passar aos informes da Comissão de Normas, quero propor aos Conselheiros e ao Presidente a inversão da pauta. Ontem, na reunião da Comissão de Normas, senti que o Decreto nº 2.536 ainda suscita muita dúvida, muitos questionamentos e penso que isso demandaria um pouco mais de tempo. Talvez devêssemos trabalhar os outros informes antes, se o senhor achar prudente e os Conselheiros também. A proposta é fazer uma inversão da pauta, deixando os informes da Comissão de Normas para o final.

MARIA DE FÁTIMA DE A. FERREIRA - Proponho que se comece pelo de Política, pois a reunião ampliada urge encaminhamentos.

PRESIDENTE (Gilson Assis Dayrell) - Vou passar a palavra para a Conselheira Tânia, se todos estiverem de acordo, para fazer os informes de Política.

ROSÂNGELA DIAS DE OLIVEIRA DA PAZ - Antes de a Tânia se manifestar pela Comissão de Política, quero um informe sobre a eleição da sociedade civil. É algo rápido. Quero saber se as entidades da sociedade civil têm que se habilitar até segunda-feira, pois isso não consta do edital.

PRESIDENTE (Gilson Assis Dayrell) - É importante esclarecer algo.

MARIA DE FÁTIMA DE A. FERREIRA - Quem é o Colégio Eleitoral?

ROSÂNGELA DIAS DE OLIVEIRA DA PAZ - Quem vai votar?

PRESIDENTE (Gilson Assis Dayrell) - O Colégio Eleitoral serão aqueles que se inscreverem. A pessoa pode se inscrever para votar e, se quiser, pode também ser votada. Em princípio, inscreve-se para votar. Depois, há uma fase de apresentação de candidaturas. Estamos dizendo que todos os que quiserem se habilitar, no mínimo, terão direito a votar. Se julgar que há condições de ser representante dos trabalhadores, pode pedir a habilitação como candidato às vagas disponíveis. De maneira que recomendo a todos os Conselheiros que representam entidades que, no mínimo, compareçam como eleitores para termos uma eleição.

ROSÂNGELA DIAS DE OLIVEIRA DA PAZ - Temos que mandar uma carta, pedindo para nos habilitar para a votação.

PRESIDENTE (Gilson Assis Dayrell) - Só para a votação, no mínimo, inicialmente, porque os Conselheiros evidentemente representam entidades, e poderemos simplesmente dispensar a apresentação de documentos, uma vez que os Conselheiros representam entidades já aprovadas. Seria apenas habilitar-se como eleitor. Isso pode ser enviado por fax, depois enviar o ofício.

Passo a palavra à Conselheira Tânia para dar os informes da Comissão de Política, e para tratar as questões relativas à reunião ampliada, se já houver algum informe a respeito.

TÂNIA MARA GARIB - Foi distribuído para todos os Conselheiros a memória da nossa reunião de ontem, onde existe uma minuta da reunião ampliada proposta para a cidade de Belém, nos dias 15 e 16 de outubro.

Sob o tema central "A avaliação do processo inicial de descentralização da assistência social" há três subtemas a serem discutidos, para depois fazermos os trabalhos em grupos. Seriam eles a qualidade dos serviços de Assistência Social, o financiamento da

Assistência Social e a capacitação de gestores e Conselheiros. Depois, consta a descrição como esses temas serão trabalhados, a sugestão de possíveis convidados como painelistas ou conferencistas, e a responsabilidade de cada um que vai convidar as pessoas.

Essa sugestão está à disposição dos Conselheiros para alguma dúvida, algum esclarecimento, para que possamos caminhar nesse sentido.

Temos que agir com certa pressa, pois na mesma semana, em Belém, ocorrerá a festa do Círio de Nazaré. Teremos dificuldades em conseguir hotéis. Já temos uma proposta do Novo Hotel, um pouco distante, reservado e com espaço suficiente para o trabalho em grupo e para reuniões de Plenário.

As sugestões dos convidados estão aqui. Esse é o primeiro tema. Está havendo uma sugestão, em função da nossa discussão de hoje, de incluir o tema “Norma Operacional Básica”. Se os Conselheiros concordarem, incluiremos esse tema e veremos como redistribuir a pauta.

Há mais alguma sugestão para esse item da reunião ampliada?

MARIA DE FÁTIMA DE A. FERREIRA - Eu tenho. Quero dizer que sou fã da Comissão de Política. Daqui a pouco passo para lá.

TÂNIA MARA GARIB - Será bem-vinda.

MARIA DE FÁTIMA DE A. FERREIRA - O objetivo dessas reuniões ampliadas é mostrar também a cara do CNAS. Sempre temos levantado isso. Penso que essa não pode fugir à regra.

Volto a insistir que é a primeira reunião ampliada deste CNAS, com essa composição. O que pensamos e consideramos certo tem que ser dito.

Não sei se os convites já foram feitos, se não foram, estou propondo que, no painel sobre o financiamento da Assistência Social, seja convidado o Dr. João José Cândido. Não conheço o Dr. Crésio Rolim, não tenho nada com esse pessoal, mas penso que o Dr. João José Cândido, que já saiu, poderá falar sobre o financiamento da Assistência Social, sob a ótica do

Ministério da Previdência e Assistência Social, pois o INSS é previdência e deveria ser assistência social também. Estou propondo que no painel sobre o financiamento da Assistência Social deveria ter um representante do MPAS, que sem dúvida nenhuma seria o Secretário da SAS.

Proponho que haja um representante da Comissão de Financiamento do CNAS para falar e dar a posição do CNAS sobre o financiamento. Temos essa posição sobre o financiamento e deve ser exposta lá, do contrário, ficarão diversas pessoas expondo suas posições e o CNAS não. O que o CNAS pensa sobre isso? Por lei, o CNAS tem que aprovar o financiamento. Como ele aprovou ou não aprovou? Como o CNAS está vendo a execução? É fundamental que os Conselheiros municipais e estaduais vejam como o CNAS está deliberando sobre essas questões.

Nas outras questões, como a NOB, deveríamos ver quem do CNAS poderia falar sobre isso. Sobre a Política, proponho que seja o representante da Comissão de Política; sobre a NOB, o Gilson.

TÂNIA MARA GARIB - Deveria ser o representante da comissão que está sendo montada para essa atividade de política, para essa análise da Política. Podemos ver isso e aprimorar o assunto.

Com relação ao nome dos painelistas, há alguma sugestão de outros nomes?

PRESIDENTE (Gilson Assis Dayrell) - Quero comentar que está sendo proposto o nome do Prof. Vilmar Faria para essa parte do financiamento da Assistência Social na ótica do Governo Federal.

Sinceramente, penso que o tópico financiamento deveria ser da responsabilidade da SAS, que está envolvida diretamente com o financiamento, ou de alguém do Ministério do Planejamento.

Acredito que a parte do Prof. Vilmar Faria é mais ampla, de análise, de política.

TÂNIA MARA GARIB - Quero justificar por que razão se pensou nesse nome.

Do Prof. Vilmar Faria gostaríamos de ouvir exatamente o compromisso que o Governo Federal tem com a Assistência Social deste País. Quando se definem algumas coisas, automaticamente o financiamento está implícito. Se o Governo Federal entende que o Brasil Criança Cidadã é um programa prioritário, vai automaticamente prever recursos e financiamento para esse programa. Se ele prevê que o benefício de prestação continuada é prioritário, também. Foi nesse sentido que pensamos na pessoa dele.

PRESIDENTE (Gilson Assis Dayrell) - Conselheira, quero lembrar que o Prof. Vilmar Faria, na realidade, não tem um cargo executivo dentro do Governo. Ele ressaltou esse fato na sua exposição hoje, em que pese ele ter todas as informações possíveis sobre o Governo.

Essa questão do financiamento passa pela própria política nacional de Assistência Social, pois vamos financiar o que aprovamos da política. Quem de fato está envolvido diretamente nesse processo é ou a SAS, ou o Ministério do Planejamento ou o Ministério da Previdência, de maneira geral. Nesse caso, seria muito mais interessante colocarmos o Ministro Waldeck Ornélas. Seria para nós o grande nome para estar presente em uma reunião como essa, porque ele daria uma força política para a Assistência Social, na medida em que é o Ministro da Previdência e da Assistência Social.

Se queremos comprometer o Governo como instituição, devemos ter de fato o Ministro para esse tema específico. Se o tema fosse outro, como política social do Governo, ou algo desse tipo, o Prof. Vilmar Faria poderia repetir o que ouvimos aqui hoje, pelas suas qualificações, competência acadêmica etc.

Sinceramente, penso que o nome escolhido deveria ser o do Ministro Waldeck Ornélas. Se ele não puder ir, evidentemente indicará o Dr. João Cândido ou outro nome que possa, em nome do Governo, ter um compromisso, pois é o que queremos ter nesse tópico.

MARIA DE FÁTIMA DE A. FERREIRA - Provavelmente ele mandará o Dr. João Cândido.

PRESIDENTE (Gilson Assis Dayrell) - Se formos suficientemente convincentes, levaremos o Ministro Waldeck Ornélas para lá. Ele está com uma disposição muito grande. A Conselheira Tânia reuniu-se com ele, representando o FONGEMAS e houve uma abertura extraordinária do Ministro no sentido de reforçar uma série de coisas. Sinceramente, penso que deveremos ter o posicionamento do Ministro nesse caso.

Concordo com alguns comentários feitos, dizendo que por enquanto está faltando a cara do CNAS. Estamos falando em Deputada Fátima Pelaes, em Dr. Crésio Rolim, do INSS, em João Cândido, Secretário da Assistência Social. Mas é importante uma definição do que pretende o CNAS com essas reuniões de avaliação do processo. O ponto central disso é um primeiro esboço da Política Nacional de Assistência Social. Estaremos levando um boneco, conforme combinamos hoje, para as bases, para ouvir o que as pessoas têm a dizer, e dar sugestões sobre a política etc.

MARIA DE FÁTIMA DE A. FERREIRA - Já fizemos uma reunião ampliada em Recife sobre a política e ela foi exaustivamente discutida. Se não tivermos coisa nova, o boneco é apenas para informação e posterior discussão. Não haverá muito mais a discutir do que já foi feito em Recife, há menos de um ano.

TÂNIA MARA GARIB - Vamos colher subsídios para recheiar o boneco estabelecido pela política, e informar o encaminhamento em relação a isso. Mas a política ser tema não atrairia as pessoas.

MARIA DE FÁTIMA DE A. FERREIRA - Penso que deveria haver um informe sobre a política, como ela está, sobre a NOB, mesmo porque o Conselho se responsabilizou por uma revisão na 2ª Conferência. Eu fiz a negociação com a sociedade civil, e todos, por unanimidade, queriam que a NOB fosse revista por esse Conselho até o final de março. Já estamos em outubro e, se pudermos avançar em propostas de reformulação, será interessante. Senão, penso que teremos que fazer essa discussão lá na reunião ampliada, mesmo porque a NOB está muito ligada ao financiamento, um dos pontos centrais da discussão.

A minha proposta é que fique o João Cândido, a Fátima Pelaes, um representante da Comissão de Financiamento e o Sr. Ministro, se acham conveniente e que ele vai.

PRESIDENTE (Gilson Assis Dayrell) - A proposta para palestrantes na parte da manhã, seria a eventual participação do Sr. Ministro, do Dr. João Cândido, da Fátima Pelaes e do Crésio. Seria o Crésio também?

TÂNIA MARA GARIB - Não.

MARIA DE FÁTIMA DE A. FERREIRA - Ele estaria representando o INSS. Aqui está escrito: o financiamento da Assistência Social na ótica da Ministério da Previdência e Assistência Social. O INSS e a SAS são parte do Ministério da Previdência e Assistência Social.

PRESIDENTE (Gilson Assis Dayrell) - Então, será o Ministro?

MARIA DE FÁTIMA DE A. FERREIRA - Ele também falará sobre isso. O João Cândido terá todas as condições de falar sem dúvida nenhuma.

TÂNIA MARA GARIB - Quero fazer uma exposição para justificar o porquê dessa pessoa. Entendo e até concordo com o seu ponto de vista, mas quando pensamos na elaboração da reunião ampliada, foi pensando nos problemas que as pessoas que estarão lá enfrentam no dia-a-dia. Hoje, o benefício de prestação continuada é um grande problema nos municípios. O atendimento é ruim por parte do INSS no deferimento dos casos de benefícios de prestação continuada, há indiferença e uma série de coisas que estão acontecendo, e o INSS é o responsável. Mas só essa questão do benefício de prestação continuada daria uma reunião ampliada, se fosse o caso.

MARIA DE FÁTIMA DE A. FERREIRA - É exatamente o que estou dizendo.

Quanto ao financiamento, pelo que estão dizendo, o ponto é a sua forma de concepção, há o problema da eliminação, dos critérios rígidos com relação aos portadores de deficiência e dos idosos. Por que tão poucos idosos têm direito? Por que os critérios estão mais rigorosos com os deficientes? Isso realmente daria uma reunião ampliada.

Uma pessoa do Ministério da Previdência e Assistência Social daria jeito de responder sobre o financiamento, sob a ótica do Ministério, e inclusive sobre os benefícios de prestação continuada.

PRESIDENTE (Gilson Assis Dayrell) - Estou entendendo, pela sugestão dada, que se convida o Ministro para estar presente lá, e evitar outros representantes, como o INSS. Não é isso?

A Conselheira Cristina pediu a palavra.

CRISTINA MARIA SILVA ALBUQUERQUE - Entendo que a política fica como um informe. Quero fazer um encaminhamento com relação à NOB, para entrar como subtema. Na verdade houve uma falha desde o início. Todos já estão sabendo sobre o próprio compromisso assumido da avaliação da Norma Operacional Básica, algo que, se não resgataremos de imediato para aperfeiçoamento ou mudanças na NOB, será um entrave operacional muito grave. Poderá vir a ser um entrave operacional. Acho que a NOB deve entrar como um subtema de avaliação.

Gostaria, já aproveitando a ocasião, de propor um espaço obviamente para a Secretaria de Assistência Social fazer a retrospectiva de como aconteceu a Norma Operacional Básica.

MARIA DE FÁTIMA DE A. FERREIRA - É extremamente justo.

CRISTINA MARIA SILVA ALBUQUERQUE - Para que possa também fazer suas colocações, com relação às suas expectativas em uma possível reformulação da Norma Operacional Básica.

MARIA DE FÁTIMA DE A. FERREIRA - Proponho que fechemos ponto por ponto.

A primeira questão é o painel sobre o financiamento da Assistência Social. Quem será o palestrante? Será o Ministro...

PRESIDENTE (Gilson Assis Dayrell) - Será o Ministro.

MARIA DE FÁTIMA DE A. FERREIRA - Espere que há mais pessoas. Será a Fátima Pelaes?

ÂNGELA SILVIA COSTA DE PAULA - Aqui será o Ministro.

MARIA DE FÁTIMA DE A. FERREIRA - Será a Fátima Pelaes?

TÂNIA MARA GARIB - Na ótica do Legislativo.

PRESIDENTE (Gilson Assis Dayrell) - Vou passar a palavra ao Dr. João Cândido que está dando uma sugestão.

MARIA DE FÁTIMA DE A. FERREIRA - Também estou dando uma sugestão. Poderia ouvir a minha?

Penso que o Ministro deveria fazer a abertura da reunião e abordar não só a questão do financiamento, mas também salientar a maneira de como o Ministério da Previdência e Assistência Social e o Governo hoje estão vendo a Assistência Social. Para isso teria que ver a política, o financiamento etc. Ele faria uma exposição ampla, geral e irrestrita.

PRESIDENTE (Gilson Assis Dayrell) - Certo.

ÂNGELA SILVIA COSTA DE PAULA - Isso me lembra de alguma coisa.

MARIA DE FÁTIMA DE A. FERREIRA - Isso me lembra de alguma coisa.

Depois que fizesse uma abertura oficial, não faria uma abertura, uma saudação, mas uma palestra. Deve haver uma Mesa para discutir o financiamento, em que haja um representante da SAS, pode ser o Dr. João Cândido; um representante do legislativo, pode ser a Fátima Pelaes, que está ligada a isso; e um representante do CNAS, da Comissão de Financiamento, que tem que dizer o que o CNAS está pensando sobre o financiamento da Assistência Social. Volto a insistir que o CNAS tem, por lei, atribuições diferentes das do Ministério: o Ministério é o órgão gestor, nós somos o órgão fiscalizador. As pessoas que estão lá têm que saber o que está propondo o órgão gestor, o que está propondo o órgão fiscalizador e o que está propondo o Legislativo.

ÂNGELA SILVIA COSTA DE PAULA - Só para recapitular, Fátima, qual seria a proposta?

MARIA DE FÁTIMA DE A. FERREIRA - O primeiro ponto.

PRESIDENTE (Gilson Assis Dayrell) - Gostaria de ouvir os comentários do Dr. João Cândido.

JOÃO JOSÉ CÂNDIDO DA SILVA - A minha proposta coincide com a da Conselheira Fátima.

PRESIDENTE (Gilson Assis Dayrell) - Ótimo.

JOÃO JOSÉ CÂNDIDO DA SILVA - Restringir o Ministro do Estado ao item financiamento não seria bom. O financiamento é um dos temas dentro da Assistência Social. Existe a gestão, o financiamento, os recursos humanos, a capacitação técnica dos municípios. Alguém tem que dar assistência técnica aos municípios. Será o Estado quem dará? Somos nós quem daremos? Ou seremos nós, em convênio com o Banco Mundial? Alguém tem que dar assistência técnica aos municípios. Quem fará a transferência de tecnologia? Quem fará a desburocratização de todos os setores?

As estruturas estaduais e municipais de controle estão dez mil vezes mais atrasadas do que as federais. Enquanto os Tribunais de Contas Estaduais exigem um monte de documentos, o Tribunal de Contas da União não estão mais exigindo isso. A reforma do Estado não passou e está passando de longe pelos Estados e municípios. Os municípios exigem uma burocracia muito maior do que o Governo Federal hoje. A SAS está muito mais rápida que o Estado ou o município, para repassar um dinheiro para o Estado ou para o município. Sobre isso ninguém está falando. Todos exigem rapidez do Governo Federal, mas do Estado ser rápido com o município, e do município ser rápido com a instituição, ninguém fala sobre isso aqui dentro. É um tema que precisa ser colocado em pauta urgentemente. Não adianta continuar assim.

Estou tendo exemplo disso hoje. Estou com os pagamentos da prestação de benefícios continuados em dia com todos os Estados do País. Paguei 85 milhões nesses últimos quinze dias, mas inúmeras instituições estão sem receber desde o mês de março. Abril, maio, junho, até julho estão absolutamente em dia. Onde está a rapidez? Não adianta pôr em dia. Chegam telegramas na Secretaria de uma instituição que não recebeu, ou não cobrou. Ligo para o prefeito. Às vezes é um problema do prefeito com a instituição.

O Fundo Municipal de Assistência Social foi posto goela abaixo de alguns prefeitos. Então, ele não coloca nem o dinheiro da sua Assistência Social dentro do Fundo. O dinheiro da Assistência Social do prefeito está fora do Fundo. Com relação ao Estado é a mesma coisa. Temos que começar a discutir isso de peito aberto, se queremos fazer parcerias. Estou disposto a abrir o Fundo, para vocês o controlarem item por item, mês a mês, programa por programa. Mas também quero que os Estados e municípios abram seus fundos para que possamos discutir em parcerias, pois vivi dentro do Ministério da Saúde a NOB 93, a NOB 96, em

que se criaram as Comissões Intergestoras, bipartites e tripartites, que gerem o Sistema de Saúde brasileiro, e vivi o constrangimento dos Secretários de Saúde saberem muito bem o orçamento do Governo Federal, mas não saberem o seu. Sabem de cor o orçamento Federal. Perguntei: e o seu? Responderam: isso não sei, pois depende do humor do governador.

A estrutura de poder no Brasil é diferente: o prefeito manda muito mais do que o Presidente da República. O prefeito manda uma banana para a Câmara Municipal. Vocês já viram governador e prefeito governar sem maioria?! Só um governador ou um prefeito incompetentes governam sem maioria. Mas o Presidente da República está governando sem maioria.

Esse é um tema urgente que temos que pôr em pauta aqui. Vou falar sobre o financiamento. Está bem. Vou falar até sobre uma comissão que pretendemos fazer com o FONSEAS e o FONGEMAS, é um compromisso meu, e organizarmos uma PEC, para submetermos ao Conselho. Será uma PEC do tipo da que a Saúde organizou, a PEC nº 169, em que fique bem claras as responsabilidades dos governos federal, estadual e municipal. Está bem claro isso.

Os setores sociais estão se organizando dessa forma. A Educação já está na frente, pois tem recursos vinculados, e a área econômica já está aceitando essa vinculação.

A Saúde já está começando a vincular recursos. Vamos ter que entrar nessa esteira. Houve depoimentos claros, às vezes não públicos, na minha frente, afirmando que a área social funciona com um pires na mão. O governador coloca no orçamento o resto das obras, o resto do dinheiro que sobrou, quando coloca. O mesmo acontece com os municípios. Vamos falar a verdade aqui!

Quero abrir isso, Presidente, para ver se vocês me ajudam a administrar a Secretaria. Estou me pondo à disposição de ajudar a administrar a execução de uma Secretaria supercomplexa, que tem que ser administrada de forma compartilhada com o FONSEAS e com o FONGEMAS. O papel de vocês não é administrar, mas fiscalizar.

MARIA DE FÁTIMA DE A. FERREIRA - Penso que o CNAS poderia participar dessa comissão sobre a PEC, mesmo porque as conferências já pediram essa vinculação.

JOÃO JOSÉ CÂNDIDO DA SILVA - Deixe-nos trabalhar antes, depois traremos para vocês legitimarem.

PRESIDENTE (Gilson Assis Dayrell) - Com essas sugestões dadas, já temos clareza de como vamos organizar essa fase de abertura e de painéis. O texto precisará ser feito.

Quero aproveitar para comunicar aos Srs. Conselheiros que mandei um ofício à Secretária de Trabalho e Assistência Social do Pará, dizendo que vamos precisar do apoio logístico do Estado do Pará na organização da reunião.

MARIA DE FÁTIMA DE A. FERREIRA - Do Conselho Estadual também, pois é o nosso representante.

PRESIDENTE (Gilson Assis Dayrell) - Foi enviado para o Conselho Estadual também? (Pausa)

Acho que ela é a Presidente do Conselho.

MARIA DE FÁTIMA DE A. FERREIRA - Não. O Presidente do Conselho é o Edvaldo. Proponho uma comunicação ao Conselho imediatamente, pois vai ficar extremamente desagradável que o Conselho, que é nosso par direto, fique sabendo por meio do órgão gestor. Isso começa a criar problemas conosco, com CNAS. Deve ser encaminhado rapidamente.

PRESIDENTE (Gilson Assis Dayrell) - Recebi um ofício já preparado sugerindo entrar em contato com a Secretária para organizar.

MARIA DE FÁTIMA DE A. FERREIRA - A Secretária e o Conselho vão ter que fazer isso.

TÂNIA MARA GARIB - Fátima, é uma questão de infra-estrutura. Em função desse aspecto foi o ofício. Temos que falar com o nosso parceiro também, o Conselho Estadual.

MARIA DE FÁTIMA DE A. FERREIRA - Até mesmo porque os Conselhos também têm condições. O evento de Recife foi feito em parceria com o Conselho.

TÂNIA MARA GARIB - Mas normalmente os recursos do Conselho são os da Secretaria Estadual de Assistência Social. Unidos, darão maior retaguarda.

PRESIDENTE (Gilson Assis Dayrell) - Está feita a sugestão.

MARIA DE FÁTIMA DE A. FERREIRA - Mande para o Conselho.

PRESIDENTE (Gilson Assis Dayrell) - Talvez o Conselho Municipal de Belém também.

MARIA DE FÁTIMA DE A. FERREIRA - Sim. Mas é fundamental que o Conselho Estadual seja comunicado.

PRESIDENTE (Gilson Assis Dayrell) - Há mais alguma informação, Conselheira Tânia?

TÂNIA MARA GARIB - Quanto ao segundo item, efetivamente será um avanço começarmos a discutir a qualidade dos serviços, os indicadores de qualidade dos serviços. É um tema muito novo na assistência, mas precisamos começar. Por isso, aqui há duas possibilidades de consulta aos institutos de pesquisa que discutem esse assunto. Quem tiver alguma sugestão, pode dar.

Na Comissão de Política, não há nomes definidos, no caso vamos fazer a consulta, mas penso que a PUC, o IEE ou a FUNDAP já devem ter uma experiência nesse

assunto. Se houver aqui a sugestão de algum técnico que entenda dessa área, com uma visão de qualidade que se tem nas organizações não-governamentais, estamos abertos a recebê-la. Por isso vamos convidar alguém do GIF para participar dessa discussão. O nome sugerido foi da Neila Vilar Lins para já começarmos a discutir a qualidade dos serviços.

MARIA DE FÁTIMA DE A. FERREIRA - Nesse ponto não há nada a acrescentar.

TÂNIA MARA GARIB - O terceiro item é a capacitação de gestores e Conselheiros, e quem será responsável por apresentar o tema é o grupo de trabalho. Vamos passar a falar sobre ele, pois é o próximo assunto. Essa é a proposta de painéis.

MARIA DE FÁTIMA DE A. FERREIRA - Agora foi incluído um painel sobre a NOB feito pela SAS, com a proposta da Cristina. Eu colocaria a SAS e o CNAS. A mesma coisa seria a SAS dizendo o que fez, seu histórico; e o CNAS também dando a sua visão.

JOÃO JOSÉ CÂNDIDO DA SILVA - Também fiz uma proposta, além da do financiamento.

MARIA DE FÁTIMA DE A. FERREIRA - Além do financiamento e da NOB?

JOÃO JOSÉ CÂNDIDO DA SILVA - É a transferência de recursos. Nesse caso têm que estar o FONSEAS e o FONGEMAS juntamente com a SAS.

MARIA DE FÁTIMA DE A. FERREIRA - É a transferência de recursos para quê?

JOÃO JOSÉ CÂNDIDO DA SILVA - Não é o financiamento.

MARIA DE FÁTIMA DE A. FERREIRA - É a transferência de recursos para os Estados e municípios. Não são os critérios da NOB?

TÂNIA MARA GARIB - O senhor não entende que isso esteja dentro da NOB?

MARIA DE FÁTIMA DE A. FERREIRA - Também entendo que faz parte da NOB.

JOÃO JOSÉ CÂNDIDO DA SILVA - Discute-se a NOB como uma norma e se faz a avaliação daquilo que ela pegou e do que não pegou, isso é uma questão; ou se discute, dentro da NOB, um item chamado transferência de recursos, por que pegou e por que não pegou. É um tema enorme.

MARIA DE FÁTIMA DE A. FERREIRA - A NOB vai suscitar outras questões que não a transferência de recursos. Podemos pegar isso e dar o informe que estamos revendo. Mas será difícil para o CNAS dizer que está revendo, quanto tínhamos prometido uma revisão desde março. Não só o CNAS como a SAS, que foi quem ficou de rever a NOB.

TÂNIA MARA GARIB - Quero dizer que é um dia e meio de reunião.

PRESIDENTE (Gilson Assis Dayrell) - Infelizmente houve descontinuidades. Agora, estamos retomando.

TÂNIA MARA GARIB - É um dia e meio de reunião. Podemos, se o Plenário achar por bem, eliminar um dos outros temas e incluir a NOB, pois nela tudo é importante. Talvez devêssemos passar a capacitação para Informes, já que há um grupo de trabalho elaborando esse tema. No horário da capacitação, colocaríamos essa discussão centrada na transferência de recursos ou algo exposto com mais ênfase.

MARIA DE FÁTIMA DE A. FERREIRA - Sobre o financiamento temos gordura suficiente para queimar, sobre a qualidade da capacitação de gestores, também. Teria sobre a NOB? A SAS é quem tem que responder.

Dr. Cândido, o senhor acha que teria gordura suficiente?

JOÃO JOSÉ CÂNDIDO DA SILVA - Estava propondo ao Presidente um painel. Dentro da sua idéia, o financiamento seria um painel, uma Mesa. Outro, seriam os mecanismos de transferências de recursos *versus* descentralização.

MARIA DE FÁTIMA DE A. FERREIRA - É isso! Daqui para lá, a SAS deverá procurar gordura bastante para queimar.

JOÃO JOSÉ CÂNDIDO DA SILVA - Eu estou gordo. Você está mexendo comigo, não é?(Risos)

MARIA DE FÁTIMA DE A. FERREIRA - Não. De jeito algum. Estou brincando muito carinhosamente.

JOÃO JOSÉ CÂNDIDO DA SILVA - Sei disso.

PRESIDENTE (Gilson Assis Dayrell) - A Conselheira Tânia está de acordo? Teria que rever o texto. Já temos um quadro da nossa reunião do Pará.

ANTÔNIO LUIZ P. RIBEIRO LEITE DE BRITO - Quero só lembrar para que tenham cuidado com as datas de reserva. Preocupamo-nos muito com isso na Comissão de Política pois, segundo informações recebidas, é uma época muito difícil de reservas de passagens.

PRESIDENTE (Gilson Assis Dayrell) - Já estamos fazendo isso e vamos comunicar.

MARIA DE FÁTIMA DE A. FERREIRA - Desculpe-me mas a Coordenadora de Financiamento veio me alertar sobre uma questão extremamente importante. A PUC é, sem dúvida nenhuma, um dos nossos parceiros, mas estão faltando aqui a UNICEF e o IPEA.

TÂNIA MARA GARIB - Será um deles a falar. Quem tiver um estudo nesse sentido. Há alguma indicação?

MARIA DE FÁTIMA DE A. FERREIRA - Pode ser que o IPEA tenha alguém, precisamos ver.

TÂNIA MARA GARIB - Sobre indicadores de qualidade na área de Assistência Social?

MARIA DE FÁTIMA DE A. FERREIRA - A UNICEF também pode ter. Consulte, mas penso que a UNICEF tem.

PRESIDENTE (Gilson Assis Dayrell) - Sobre as pessoas que irão falar, depois poderemos discutir entre nós, para escolher realmente alguém que possa trazer uma boa contribuição. Precisamos saber se dentro do IPEA tem gente disponível. Inclusive há pessoas avaliando as entidades.

Vamos passar adiante, Conselheira?

TÂNIA MARA GARIB - O segundo assunto é com relação às deliberações da Conferência Nacional. Já adiantei isso no momento em que foi colocado. Estamos fazendo esse trabalho. Cada Conselheiro, se quisesse, poderia fazer esse trabalho, estar com o consolidado da 2ª Conferência nas mãos, contribuiria conosco, para ver as proposições feitas e os

encaminhamentos de cada uma. Estamos nos comprometendo para ver se encerramos esse assunto na próxima reunião de setembro, para repassar também para os senhores. É intenção da comissão de Política, que para cada proposição tenha um encaminhamento. Alguns são do CNAS; outros, solicitações que deveremos informar; outros ainda, consultas de legislação; e têm até proposições absurdas, que mesmo assim temos que dar um encaminhamento. Pretendemos entregar esse trabalho na próxima reunião.

O último tema é a constituição do Grupo de Trabalho que vai montar o Programa Nacional de Capacitação de Conselheiros de Assistência Social.

Até o momento, recebemos a indicação das pessoas que irão fazer parte desse grupo. Na Comissão de Financiamento está a Maria de Fátima; na de Normas, a Ângela. Os representantes da Comissão de Política são a Maria Dolores e o Brito. Os representantes do FONGEMAS é o Secretário de Goiânia, Luis Gonzaga. O representante do FONSEAS é a Rosângela, suplente do Dr. César. Os técnicos do CNAS são a Maria Auxiliadora Pereira, a Danielle Sales e a Maria das Mercês. Os técnicos da SAS são dois, e estamos aguardando um encaminhamento dos senhores.

ANTÔNIO LUIZ P. RIBEIRO LEITE DE BRITO - Havia encaminhado ao Presidente algo sobre a nossa preocupação na comissão com relação aos programas que estão saindo do Ministério. O Ministro citou um programa de capacitação.

TÂNIA MARA GARIB - O Grupo de Trabalho já vai receber alguns documentos que estamos recebendo. Há uma contribuição do Estado do Maranhão, uma contribuição do próprio CNAS, pois estão fazendo um curso sobre Políticas Sociais e elaboraram um documento sobre a capacitação.

O grupo vai montando o seu plano de trabalho e, com certeza, deverá contemplar todos os que estão propondo fazer a capacitação, a SAS, o Ministro, o CNAS, todos, para que não desperdicemos nem pulverizemos recursos, e não façamos ações em duplicidade. Por isso essa equipe, esse grupo de trabalho é composto de Conselheiros e técnicos.

Há alguma consideração em relação a isso?

ÂNGELA SILVIA COSTA DE PAULA - Aqui está sendo proposta uma data. Isso já foi pensado?

MARIA DE FÁTIMA DE A. FERREIRA - Não dá para ser na próxima semana, pois está muito em cima para os outros convidados. Estive olhando, e poderíamos fazer juntamente com a reunião do dia 1º ou do dia 2 de setembro.

ÂNGELA SILVIA COSTA DE PAULA - Não posso no dia 2.

PRESIDENTE (Gilson Assis Dayrell) - Gostaria de sugerir a inclusão da Conselheira Solange, do Ministério do Trabalho, como ponte com o pessoal da capacitação. É muito importante, pois eles têm recursos e precisamos explorar um pouco os recursos do FAT.

TÂNIA MARA GARIB - Muito bem lembrado.

O grupo tem que definir uma data, o mais rápido, melhor.

MARIA DE FÁTIMA DE A. FERREIRA - No dia 2 você não poderia?

ÂNGELA SILVIA COSTA DE PAULA - Não posso.

MARIA DE FÁTIMA DE A. FERREIRA - Estará perto e precisaremos vir mais uma vez.

ÂNGELA SILVIA COSTA DE PAULA - Mas não temos uma reunião no dia 25, terça-feira?

MARIA DE FÁTIMA DE A. FERREIRA - É impossível, impraticável, reunir essas pessoas de hoje até terça-feira. É difícil até para nós, que estamos aqui. Imagine perguntar para todos os que não estão aqui, a Rosângela, o Luís Gonzaga etc.

TÂNIA MARA GARIB - O grupo que trabalhará nesse sentido vai pensando em uma data, enquanto vamos avançando nos outros assuntos.

O próximo assunto é o projeto de lei sobre a renda mínima. Gostaríamos de recomendar à Presidência do CNAS que convide os responsáveis por esse projeto, para estarem conosco em uma próxima reunião do CNAS, para conhecermos um programa de inclusão de pessoas, competência da área da Assistência Social. Como foi dito hoje pelo Prof. Vilmar, inclusive será feito com recursos do Fundo Nacional, repassados para o FNDE, e desconhecemos essa proposta com mais detalhes. É uma sugestão de convite para uma próxima reunião.

PRESIDENTE (Gilson Assis Dayrell) - Aqui cabe tomarmos cuidado, pois estamos envolvendo muitos assuntos, e corremos o risco de naufragar. Temos que tomar cuidado, pois vamos decidir a pauta da próxima reunião no dia 1º, pela manhã, em uma reunião ampliada da Presidência. Vamos considerar tudo isso daqui nessa pauta, mas temos que ter essa preocupação.

TÂNIA MARA GARIB - Foi só uma sugestão.

ÂNGELA SILVIA COSTA DE PAULA - Quando será?

PRESIDENTE (Gilson Assis Dayrell) - A reunião ampliada será no dia 1º, pela manhã, às 9 horas. Será com os coordenadores das Comissões.

MARIA DE FÁTIMA DE A. FERREIRA - No dia 25 será tratada a Política.

PRESIDENTE (Gilson Assis Dayrell) - No dia 25 será tratada a Política. No dia 1º haverá a reunião ampliada para discutirmos outras coisas. Pode ser no dia 31, se quiserem.

MARIA DE FÁTIMA DE A. FERREIRA - Não, no dia 31 é difícil.

PRESIDENTE (Gilson Assis Dayrell) - É pior. É melhor no dia 1º mesmo.

TÂNIA MARA GARIB - Só estamos fazendo uma sugestão para que os Conselheiros do CNAS conheçam este programa que está sendo lançado, um projeto de lei. Se puder ser contemplado na próxima reunião, ótimo; se não, fica para outra reunião.

ÂNGELA SILVIA COSTA DE PAULA - Sobre o que é?

TÂNIA MARA GARIB - Sobre a renda mínima. Temos notícias de jornais que serão contemplados três mil municípios. Foi dito pelo Ministro que o programa vai envolver os municípios que não têm o programa de Erradicação do Trabalho Infantil. Foi dito uma série de coisas. Conhecer o programa com um todo seria melhor, e poderíamos também divulgar informações positivas com relação a isso. É uma sugestão.

Outra sugestão é que se reveja aquela cartilha sobre a Assistência Social e Cidadania. Por que razão estamos fazendo essa recomendação? Chegou uma consulta de um Conselho, da União de Prefeitos da Bahia, perguntando se os atos, as deliberações do Conselho tinham que passar por uma sanção do prefeito. Entendemos, óbvio, que não tem que passar. O Conselho é deliberativo.

ÂNGELA SILVIA COSTA DE PAULA - É óbvio que não.

TÂNIA MARA GARIB - Mas quando pegamos a cartilha, está escrito isso lá. Vamos pegar a cartilha.

MARIA DE FÁTIMA DE A. FERREIRA - Chegamos a um acordo aqui sobre a reunião ser no dia 8. Está bem, Tânia?

Temos que ter gordura para poder queimar. Temos que preparar essa reunião. Não podemos chegar aqui com convidados. Entre nós, é mais fácil, mas com convidados, temos que preparar melhor.

PRESIDENTE (Gilson Assis Dayrell) - Terminou a exposição?

TÂNIA MARA GARIB - Está nessa cartilha que as deliberações do Conselho devem passar pela sanção do prefeito. Isso não é correto, então, gostaríamos de rever essa cartilha. Vamos aproveitar para fazer isso, em função da discussão da Política e da NOB. O terceiro pacote será a revisão da cartilha. São esses os assuntos, obrigada.

PRESIDENTE (Gilson Assis Dayrell) - Está bem. Agradeço a Conselheira Tânia, que mostra que aquela Comissão está funcionando. A Comissão está brilhando.

MARIA DE FÁTIMA DE A. FERREIRA - Acho que está brilhando mais que ouro.(Risos)

PRESIDENTE (Gilson Assis Dayrell) - O próximo informe será da Comissão de Financiamento.

MARIA DE FÁTIMA DE A. FERREIRA - Dessa vez haverá um pobre, mas importante relato sobre as questões a serem levantadas.

Quero dizer que infelizmente não tivemos as atas das reuniões para acoplar, para que tenham uma noção do que foi discutido. Na reunião discutimos alguns pontos extremamente importantes.

Primeiro, o acompanhamento da execução orçamentária, uma das questões que devemos fazer, por lei, de três em três meses. Chegamos à conclusão de que, apesar de a SAS

ter apresentado a tempo, apenas apresentou uma parte das questões orçamentárias, a parte financeira, expondo quanto foi para cada Estado. Mas não mostrou o ponto de vista das questões físicas, que inclusive consta na lei. O César disse que o que a lei pede está aqui. Mas a lei pede em dois artigos: em um, a execução orçamentária; no outro, que isso seja feito com relação a programas etc. Precisamos ver não somente a questão do financeiro, mas a questão física de quantas pessoas foram atendidas, que percentual está previsto.

A Comissão de Financiamento ficou inclusive de fazer uma proposta do material que queremos, para que a SAS possa melhor apresentá-lo para nós, faça uma tabela das questões que consideramos relevantes, para saber exatamente como está a execução.

Particularmente disse isso na Comissão, e vou dizer aqui: só com aquelas informações não tenho como saber se a execução está indo bem ou não. Dá uma certa visibilidade, mas é muito pequena. Imagine para os conselhos estaduais e municipais, para quem pretendemos mandar depois a execução orçamentária, o que, aliás, sempre foi uma exigência deles. Tem que ser algo mais concreto.

Depois discutimos também os critérios de repasse de recursos. Uma das questões inclusive foi baseada nos estudos do IPEA e na Lei Orgânica da Assistência Social, que levanta a questão demográfica, da pobreza, enfim, alguns critérios que estão na Lei Orgânica da Assistência Social. Esses critérios foram muito questionados pelos Conselhos estaduais, municipais e por alguns gestores.

A nossa proposta é de se fazer uma revisão, não para ser aplicada em 1998, mas provavelmente para ser aplicada em 1999, tendo novos critérios de repasse de recursos. Mesmo porque fizemos esse levantamento baseado nos dados do IBGE. Os Conselhos questionaram, pois já estavam defasados, portanto, não poderiam estar sendo utilizados, porque já existiam. Os Estados chegaram a mostrar que com os novos dados o Estado teria tal valor. Enfim, essa questão vai fazer com que a Comissão tenha um trabalho extremamente rigoroso. Não vamos fazer novos critérios. No primeiro podemos ser muito questionados, pois foi o primeiro. Mas no segundo, depois de vários questionamentos, fazer mais questionamentos fica difícil. É claro que não podemos agradar a gregos e troianos, mas vamos tentar, pelo menos, agradar uma parte dos dois. Foi esse o outro assunto tratado.

Outro fato tratado foi o convênio com a UNICEF, que está fazendo exatamente um levantamento do financiamento da Assistência Social, onde ele está nos vários Ministérios, e o que é considerado realmente Assistência Social. Considera-se Assistência Social os tíquetes de alimentação dos funcionários públicos. Isso não é Assistência Social! Estão levantando onde estão, em que Ministério estão e que realmente é considerado, por nós, Assistência Social.

A UNICEF está fazendo esse trabalho, que terminou em dezembro, mas o consultor passou lá três meses e ficou de retomar por mais três. Houve um problema e mesmo o trabalho que ele já havia feito teria que ser repassado para a UNICEF como um trabalho que desse condições para fazer uma cartilha ou algo similar.

Não consegui encontrar ainda a pessoa. Vou tentar falar com o Dr. Piola, que faz parte também do Conselho de Saúde, para poder avançar nessa questão.

Outra assunto discutido foi o questionamento muito grande sobre o orçamento de 1999, feito sem se basear nos planos estaduais e municipais. Isso diz muito respeito à SAS. Não foi feito baseado nos planos estaduais e municipais, por várias questões justificadas pelo César e pela Albamaria. Mas achamos que é fundamental, para o ano 2000, se faça um orçamento baseado nos planos estaduais e municipais. Para isso é necessário, então, que se crie condições para que Estados e municípios tenham seus planos estaduais, com a possibilidade de serem acoplados ao orçamento do ano 2000.

Essas foram as questões mais importantes que discutimos.

Ontem deveríamos fechar algumas delas, mas a reunião da Comissão não foi realizada, pela ausência de alguns Conselheiros e em função de que a Conselheira que vos fala ter tido um problema de saúde. Ainda tentei vir à tarde, mas não consegui ficar no Conselho. A reunião foi suspensa. Mas já que vai haver algumas reuniões, poderemos tentar fazer uma extraordinária, com quem possa, para que possamos avançar, já que temos um grande leque de trabalho muito importante e precisamos dar conta dele.

PRESIDENTE (Gilson Assis Dayrell) - O Dr. João Cândido pediu a palavra para fazer um comentário.

MARIA DE FÁTIMA DE A. FERREIRA - É sobre os planos, eu vi.

JOÃO JOSÉ CÂNDIDO DA SILVA - Primeiro quero perguntar se o problema foi circulatório? (Risos)

MARIA DE FÁTIMA DE A. FERREIRA - Foi digestivo.

JOÃO JOSÉ CÂNDIDO DA SILVA - Já pedi à Dra. Albamaria que encaminhe, complementarmente ao ofício do Dr. César, as metas já atingidas em cada programa para facilitar a análise de vocês.

Meu segundo comentário é sobre os planos, e isso é um assunto muito sério. Hoje o professor explicou todas as vezes em que o PAB passa de verde ou azul para o vermelho. Isso é o trilhar do caminho da reforma sanitária brasileira, desde 1983, quando se começou a pensar em toda essa reforma que acabou no ano passado. Nesse caminho, ouvi de vários governadores e prefeitos, até muito amigos, a pergunta: o que preciso saber para ser um bom secretário de saúde? Sou engenheiro e não entendo nada de saúde. O que preciso saber para não ser enganado pelo secretário de saúde? Respondi: você precisa saber de uma coisa só: de que o povo está morrendo, de que está adoecendo, em que região isso se localiza, como localizar isso no mapa. Daí em diante se faz um grande plano de saúde. Essa é a grande dificuldade.

Na área da Assistência Social é pior ainda. Se eu perguntar ao prefeito da minha cidadezinha de Indaial, Santa Catarina, se ele sabe quantos portadores de deficiência carentes auditivos, visuais, motores existem em sua cidade; quantos idosos existem abaixo da linha da pobreza que não estão protegidos pelo seguro social estatal brasileiro; quantas crianças existem em creches; ele não sabe dizer. Por quê? Porque a assistência Social sempre foi feita pela primeira-dama ou por aquelas pessoas que não sabem fazer nada dentro da prefeitura, e vão fazer assistência social. Isso é uma constatação. Depois, com esse movimento, com a LOAS, tudo melhorou.

Como vamos fazer planos sem um sistema de informações sociais mínimo, básico? Temos que ter um sistema de informações sociais mínimo, básico e indicadores sociais.

A Saúde achou indicadores: a taxa de mortalidade infantil, a expectativa de vida ao nascer. Daí em diante foi desenvolvendo três, quatro ou cinco indicadores. Quando tentamos desenvolver dez indicadores, ficamos todo embananados. Mas se desenvolvermos um ou dois indicadores sociais, começamos a ter indicadores para montar um plano municipal mínimo.

Temos que aproveitar, Dra. Fátima, a experiência que existe hoje no PETI, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, que nunca foi bem explicado aqui dentro. É o único que está começando a se enraizar na base, fazendo com que o prefeito lhe dê uma importância fundamental.

Fui ver pessoalmente, comi o pó da estrada em Pernambuco, para ver o programa lá na base. De repente, está assim: o Fundo de Participação do Município, FPM, é de 150 mil reais/mês; e o PETI já está em 90 mil reais/mês. Aí o prefeito se interessou, toda a comunidade se interessou, o comércio todo se interessou, pois ele já faz parte da economia: funcionam os botequins, os botecos, porque lá existe o PETI.

Quero dizer para vocês que não temos que ter ilusões: sempre estamos a reboque das situações econômicas.

O Oswaldo Cruz foi um grande homem na área da Saúde, porque foi um homem à disposição do setor econômico na época. Ele tinha que limpar o porto do Rio de Janeiro para o Brasil comerciar, para que o comércio ficasse livre e os navios pudessem aportar, pois só havia peste no porto. Os Ministérios da Fazenda e o da Indústria e Comércio colocaram todo o dinheiro disponível para limpar o porto do Rio de Janeiro.

No instante em que fazemos parte da economia de um município, esses que estão no PETI têm as informações sociais. A Dra. Cristina tem esse depoimento. Esses sabem direitinho e não têm computador, não têm nada disso. Eles sabem quantas crianças estão fora do programa. Já estão desenvolvendo isso para os idosos e para os portadores de deficiência, porque o prefeito ou os vereadores acordaram. De repente, viram que o programa avançou.

Voltando ao plano, vou fazer um esforço danado, Conselheira Fátima, para ter um plano, uma meta, uma orçamentação integrada em função de plano, pois a senhora me deu o prazo: 1999. Não devo estar aqui em 1999, mas até o final do ano organizo um sistema de informações sociais, pelo menos um que seja mínimo.

Sabe que surpresa tive há pouco? A de ver como estamos desentrosados em se tratando do Governo. O Ministério da Justiça está fazendo um programa de informação sobre a Criança e o Adolescente. Até o final do ano, terei cinco mil municípios ligados por computador com o Ministério da Justiça, com essas informações lá dentro e eu não estava sabendo nada disso, vocês não estavam sabendo nada disso, e ninguém estava, e grande parte do programa foi pago pela SAS. Poderíamos acoplar essas coisas juntos.

Quero a ajuda de vocês nesse sentido. Vocês foram batalhadores da antiga LBA, penso que têm algumas informações, alguns indicadores. Podemos organizar grupos de trabalhos e fazer algo emergencial. Não adianta tentar chegar ao ótimo, ao ideal, à perfeição, nossa busca eterna. Se chegarmos a ter um ou dois indicadores, podemos começar a montar um plano municipal.

PRESIDENTE (Gilson Assis Dayrell) - Hoje, a presença do Secretário João Cândido realmente está sendo não só motivo de grande alegria para nós, mas também motivo e grande oportunidade para a SAS trazer aquilo de que o Conselho sempre se ressentiu: a presença do órgão gestor nas nossas reuniões, para trazer esse tipo de informação. De maneira que, Secretário, o senhor já está convidado, desde já, para ser um assíduo freqüentador das nossas reuniões, até para torná-las mais descontraídas, pois a descontração faz parte da personalidade do Secretário, e isso é muito bom.

Vamos passar ao último informe, o da Conselheira Ângela da Paula.

ÂNGELA SILVIA COSTA DE PAULA - Com relação aos informes da Comissão de Normas, quero primeiro passar a informação de que trabalhamos o Decreto nº 2.536, notadamente alguns pontos onde a Comissão de Normas estudou aquela primeira proposta de alteração do decreto enviada ao Ministério. Juntos, eu, como representante do Conselho, também na condição de assessora do Ministro, o Secretário-Executivo e o Dr. Gilson Dayrell trabalhamos com os outros técnicos do Ministério, e foi formulado um último desenho e essa minuta foi para a Casa Civil.

Ontem, nessa discussão na Comissão de Normas, ainda alguns questionamentos foram feitos, mas creio que por parte do Ministério não temos muito mais a fazer neste momento. Temos que esperar a decisão do Presidente da República, pois talvez alguma gestão seja feita lá. Mas aqui não nos é possível interferir mais.

Não vou fazer o relatório do texto, até porque penso que a reunião já está esvaziada, infelizmente, pois foi uma reunião muito densa. Quero até parabenizar o Presidente, o Secretário-Executivo, que promoveram essa reunião tão rica, com a participação do Secretário de Assistência Social, do Prof. Vilmar Faria e também do Augusto de Franco. Foi realmente uma reunião importantíssima.

Quero salientar também o que o Secretário disse: é importantíssimo sabermos fazer um balanço dentro de nossa própria Casa, e fazê-lo junto com os nossos pares, os outros Ministérios, para saber o que se têm de informação, para otimizar os nossos recursos. Isso é barato, é fundamental na elaboração de um modelo de política de Assistência Social.

Outro assunto que discutimos ontem, na Comissão de Normas, foi a preocupação com as resoluções. Algumas coisas têm que andar. A comissão técnica do Conselho está um pouco preocupada, porque não pode dar andamento a alguns assuntos, tendo em vista a não edição desse decreto. Trabalhamos a Resolução nº 34, que trata do registro das entidades filantrópicas.

PRESIDENTE (Gilson Assis Dayrell) - Dra. Ângela, gostaria de lembrar que hoje foi feita a sugestão de que essas avocatórias do Ministro sejam regulamentadas por meio de uma Resolução do CNAS. Essa foi uma questão levantada. Precisamos ter algo a dizer sobre isso, pois se o Conselho indefere nas suas comissões, e depois, com o parecer jurídico do Ministério, há uma aprovação, precisamos resolver esse impasse de alguma maneira.

ÂNGELA SILVIA COSTA DE PAULA - Fazer uma resolução. Perfeito.

PRESIDENTE (Gilson Assis Dayrell) - É preciso elaborar uma resolução sobre esse assunto. Até já falei sobre isso com o nosso Secretário-Executivo, mas sugiro que depois troquemos algumas idéias no âmbito do Ministério, para ver como se resolve isso.

ÂNGELA SILVIA COSTA DE PAULA - A proposta talvez seja fazer uma triagem, lá na Secretaria Executiva, daquilo que foi deliberado pela Comissão de Normas e depois teve um parecer diferente, ou teve um parecer confirmando aquela opinião. Esses processos devem ser encaminhados, para que possamos propor uma resolução. Foi muito bem pensado.

Discutimos essas duas questões principais. Mas creio que para a aprovação da resolução precisaríamos da maioria do Colegiado, e não a temos mais para a aprovação.

Vou propor que seja distribuído o produto dessa discussão de ontem sobre a Resolução nº 34. Se alguém quiser fazer alguma sugestão para esse documento pode fazê-la, e a Comissão de Normas a trará para próxima reunião. Era o que tinha a dizer.

MARIA TEREZA DINIZ - Gostaria de fazer um pedido, pois talvez tenha havido um esquecimento: que fosse anexado aquele documento elaborado pela Comissão de Normas e aprovado aqui na Ata do dia 25 de junho. Está aprovado, mas não aparece o texto. Isso dificultou bastante o nosso trabalho ontem.

PRESIDENTE (Gilson Assis Dayrell) - A propósito do Decreto nº 2.536.

MARIA TEREZA DINIZ - Exato, o que foi aprovado aqui, mas o texto não aparece.

PRESIDENTE (Gilson Assis Dayrell) - Quero dizer que na nossa ata temos um resumo executivo. Até gostaria de lembrar que aquilo foi apresentado pela Conselheira Ângela. A senhora se refere à reunião anterior a da eleição.

MARIA TEREZA DINIZ - Exato, na reunião anterior.

PRESIDENTE (Gilson Assis Dayrell) - Foi apresentado, discutido, mas não foi dada a redação final. As sugestões foram apresentadas, mas ficou faltando a redação final.

MARIA TEREZA DINIZ - Nós recebemos esse material.

PRESIDENTE (Gilson Assis Dayrell) - Receberam?

MARIA TEREZA DINIZ - Recebemos a redação final.

PRESIDENTE (Gilson Assis Dayrell) - Então, a senhora está reclamando do quê?

MARIA TEREZA DINIZ - Quero que seja anexada o decreto, porque é fruto de sugestões de entidades, de segmentos, que inclusive tomaram conhecimento desse material.

PRESIDENTE (Gilson Assis Dayrell) - Está certo.

Vou passar a palavra ao Secretário-Executivo, que tem alguma informação final para nós.

MARCOS MAIA JÚNIOR - Gostaria apenas de informar aos Conselheiros ainda presentes que a Coordenação da Comissão de Política pediu que desse a informação sobre a distribuição dos Anais da 2ª Conferência. Já foram distribuídos 1.628 exemplares, para os 516 conselhos municipais de Assistência Social que constam do cadastro do CNAS; 27 conselhos estaduais, 752 delegados, 180 universidades, 26 escritórios da SAS, 26 escritórios de representação do CNAS e 31 Conselheiros do CNAS. Esses já foram distribuídos. Na próxima semana estarão sendo distribuídos para a Relatoria da 2ª Conferência, para os palestrantes, para os Conselheiros antigos do CNAS, para as comissões do Senado e da Câmara, para convidados, para os Conselhos da Criança e do Adolescente, para os Conselhos de Saúde, de Educação e

para os conselhos municipais que não constam do cadastro e serão encaminhados via prefeitura municipal.

Quero informar também aos senhores Conselheiros que a Secretaria Executiva começou, semana passada, em conjunto com a DATAPREV, a elaboração de uma mídia eletrônica, um CD eletrônico, onde colocaremos todas as informações do CNAS, todas as entidades registradas, todas as entidades portadoras de certificado, todas as resoluções, desde 1994, as informações básicas sobre o CNAS, os Conselheiros e as entidades representativas, para que isso possa ser distribuído. Se não der nada errado no meu plano, pretendo trazer para a próxima reunião a apresentação visual desse CD. Depois de confeccionado, vamos distribuí-lo para os Conselheiros e para os Conselhos.

Conversei também com o Dr. Cândido a respeito do entrosamento com a Secretaria, sobre alguma informação que possa ser inserida nesse documento — é um documento eletrônico de fácil confecção —, pois temos todos esses dados arquivados e não haverá nenhuma dificuldade.

Pedimos, por meio de uma circular, para os conselhos estaduais e municipais atualizarem esses dados, para que também inseríssemos nesse documento as informações atualizadas sobre os conselhos estaduais e municipais instalados.

Também quero informar que o Conselho se transferiu para o anexo do Ministério. Estamos na fase final de montagem da nossa rede de informática, o que vai melhorar bastante o trabalho do Conselho e facilitar a comunicação com os Conselheiros por meio da comunicação eletrônica.

Finalmente, gostaria de ressaltar aqui a minha satisfação, como Secretário-Executivo, de contar com a presença do Dr. João Cândido. Quero dizer que essa Secretaria, os beneficiários e assistidos da Assistência Social ganharam muito com a nomeação desse grande profissional, o Dr. João Cândido. Hoje, todos puderam presenciar seu pronunciamento e ver seus assessores.

A Secretaria Executiva continua à disposição de vocês. Qualquer problema que tiverem, estamos à inteira disposição.

PRESIDENTE (Gilson Assis Dayrell) - Estamos, assim, chegando ao final da nossa reunião. Quero reiterar aqui a minha alegria por ter contado com a presença de todos, principalmente com a da Secretaria de Assistência Social e todos os seus diretores. Inclusive contamos hoje com a presença do senhor Ministro, mostrando que quer participar das nossas reuniões. Infelizmente ele não pode vir à tarde, mas a sua presença na parte da manhã foi importante, pois trouxe muitas informações para nós que estamos nessa nova fase do Conselho.

Peço aos Conselheiros, ao encerrar, que se lembrem de que a nossa eleição para os membros faltantes da sociedade civil deverá ocorrer no dia 24 de setembro. Portanto, depois da nossa próxima reunião, teremos a eleição. Espero que o Conselho finalmente fique completo, com todos os seus membros, pois estão faltando um titular e três suplentes.

Agradeço a todos mais uma vez e declaro encerrada a nossa reunião. Muito obrigado.